

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA



**BR 230, NORDESTINOS NA ROTA TRANSAMAZÔNICA: A TRAJETÓRIA
DOS MIGRANTES NO ESTADO DO PARÁ (1970-1974)**

Recife, 2012.

Magno Michell Marçal Braga

**BR 230, NORDESTINOS NA ROTA TRANSAMAZÔNICA: A TRAJETÓRIA
DOS MIGRANTES NO ESTADO DO PARÁ (1970-1974)**

Dissertação de mestrado exigida
como requisito parcial para
obtenção do título de mestre em
História pela Universidade Federal
de Pernambuco.

Orientadora: Profa. Dra. Ana
Maria Barros

RECIFE

2012

B813b Braga, Magno Michell Marçal.
BR 230, nordestinos na rota Transamazônica : a trajetória dos migrantes no Estado do Pará (1970-1974) / Magno Michell Marçal Braga.
– Recife: O autor, 2012.
135 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof^{fa}. Dr^a. Ana Maria Barros.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em História, 2012.
Inclui bibliografia e anexos.

1. História. 2. Migração. 3. Trabalhadores migrantes – Brasil, Nordeste. 4. Imprensa. 5. Rodovia Transamazônica. I. Barros, Ana Maria (Orientadora). II. Título.

981 CDD (22.ed.) UFPE (CFCH2012-106)

**ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO ALUNO MAGNO MICHELL
MARÇAL BRAGA**

Às 10h. do dia 18 (dezoito) de junho de 2012 (dois mil e doze), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno **Magno Michell Marçal Braga** intitulada **"BR 230, NORDESTINOS NA ROTA TRANSAMAZÔNICA: A TRAJETÓRIA DOS MIGRANTES NO ESTADO DO PARÁ (1970-1974)"**, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito **"APROVADO"**, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Ana Maria Barros dos Santos, Maria do Socorro de Abreu e Lima e Kalina Vanderlei Paiva da Silva. A validade deste grau de Mestre está condicionada à entrega da versão final da dissertação no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da resolução Nº 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam, a presente ata os professores supracitados, o Coordenador, Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 18 de junho de 2012.

Prof.^a Dr.^a Ana Maria Barros dos Santos

Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro de Abreu e Lima

Prof.^a Dr.^a Kalina Vanderlei Paiva da Silva

Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho

Sandra Regina Albuquerque

Aos Joões e Marias, que dão
sentido a este trabalho e fazem
daqui, o “impávido colosso”.

*Mas é preciso ter força, é preciso
ter garra, é preciso ter gana
sempre...*¹

Agradecimentos

Depois de mais de dois anos de iniciado o curso de mestrado em uma das mais renomadas universidades do país, é chegada a hora de agradecer a todas as pessoas, que de forma mais ou menos incisiva, foram determinantes para o sucesso deste trabalho. Certamente cometerei algumas injustiças, provocadas pela ineficiência de minha memória. Contudo, algumas pessoas merecem a imortalidade proporcionada pelos escritos.

Começo por aquela que foi, na verdade, a grande culpada desse trabalho, minha amiga Luciana Varejão, que com muito incentivo me convenceu a fazer a seleção para Mestrado e que, mesmo após a entrada no curso, continuou a ajudar e orientar nos primeiros passos. Tal curso me proporcionou fortalecer alguns laços de amizade e formar outros, com certeza os de maior “valor agregado” foram construídos junto aos “pernambucanos do sul”, Airton e Anderson. Pessoas cuja saudade me acomete constantemente. No meio acadêmico não poderia me furtar a agradecer também a outro Airton, este por sua vez, paraense, que tive a oportunidade de conhecer em Marabá e descobrir que cursava doutorado na mesma universidade em que defendo esta dissertação. Maria Ivonete, professora da UFPA em Altamira também colaborou para produção deste trabalho, com sua tese e, com sua receptividade na linda cidade paraense. Cidade esta que também me ofereceu a amizade da professora Raquel Lopes, que além de café ofereceu sua amizade acompanhada de um livro importantíssimo. Simplesmente Le Goff.

Agradeço ao CNPQ, cujo financiamento dado para a pesquisa, foi fundamental. Também a minha orientadora, Ana Maria, que, com suas opiniões melhorou este trabalho e as professoras Maria do Socorro Abreu e Kalina Vanderlei, que também colaboraram para a construção de um texto objetivo e útil ao que se propõe. À professora Kalina, dedico também minha estimada amizade e admiração pelo tamanho do conhecimento que uma pessoa tão jovem pode conseguir organizar.

Agradeço a toda a família Anjos, que agiram com todo o significado do sobrenome, em especial Dona Josi, que me aceitou por quase um mês em sua

¹ FERNANDO, Brant e NASCIMENTO, Milton. Maria Maria. 1978.

residência, em Belém do Pará. Estadia pela qual, nada será suficiente para compensá-la. Também foi importante a ajuda recebida de Dílson. A eles, muito obrigado.

Aos amigos pessoais, agradeço por terem estado sempre a minha volta quando preciso foi e, profetizando, quando preciso for. Agradeço a comunidade alternativa do “AP. 1802”, em especial, Juju, que a cada dia se torna mais especialista em gráficos e tabelas de Excel, à Manuela Assalino, que com paciência e compreensão fez parte desta caminhada e aos irmãos que escolhi pra vida, Bruno Wagner, Dhiogo Rezende, Rafael Sales e Diogo Cavalcanti.

À minha família, Marina, Elen, Nicole, Fatinha, Manases e em especial à minha heroína, pessoa para qual, todos os adjetivos inventados até hoje seriam insuficientes para demonstrar todo o amor, admiração e agradecimento por tudo que fez e ensinou ao longo destes vinte e sete anos de existência, Marisonea, minha amada mãe.

Resumo

Este trabalho tem como objeto de estudo a rodovia Transamazônica, a veiculação de sua imagem em jornais² e revistas de circulação nacional e o movimento migratório desenvolvido pelo Governo Federal, que tinha como objetivo direcionar a população pobre do sertão nordestino para as áreas margeadas pela grande rodovia. O período abordado situa-se entre 1970 e 1974, caracterizado por ser o período de maior repressão política da ditadura civil-militar que se estendeu de 1964 a 1985. As fontes utilizadas foram os jornais O Liberal (PA), Diário de Pernambuco(PE), Itatocan(PA), O Marabá(PA), Revista Manchete, além de arquivos do Tribunal Regional do Trabalho do Pará, de dados recolhidos junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Pará e de entrevistas realizadas com trabalhadores migrantes e habitantes da região margeada pela Transamazônica no estado do Pará. Este trabalho se pauta por uma abordagem social da história, tendo como foco o trabalhador migrante.

PALAVRAS CHAVES: Migração; Mídia; Nordestinos; Transamazônica.

² Devido à não conservação adequada de vários exemplares de jornais e, nos casos dos micro filmados não estarem em condições de identificar as páginas, não estão informados os cadernos e páginas dos periódicos.

Abstract

The purpose of this thesis is to study the Transamazônica road, the diffusion of its image on newspapers and national magazines, and the migratory movement instigated by the Government who tried to direct the poor population of the Brazilian Northeast to the vicinities of the road. The study focus the period between 1970 and 1974, a period characterized for being the most repressive of the military-civilian dictatorial government that extended since 1964 to 1985. The sources employed are mostly newspapers, such as O Liberal (PA), Diário de Pernambuco (PE), Itatocan (PA), O Marabá (PA), and magazines like Revista Manchete, but also data from different Courts in the Estate of Pará (*Tribunal Regional do Trabalho* and *Tribunal Regional Eleitoral*) and interviews with migrants and inhabitants of the Transamazônica area.

Keywords: Migration; Midia; Nordestinos; Transamazônica.

Índice

Lista de Abreviaturas.....	9
Lista de Quadros, Figuras, Mapas e Imagens.....	10
Introdução.....	12
Capítulo 1- Entre a Seca e a Cerca.....	23
1.1 O Nordeste.....	23
1.2 A Amazônia.....	39
Capítulo 2 – A Transamazônica Falada: A visão da grande imprensa.....	53
2.1 A Rodovia.....	53
2.2 Diretrizes do Governo para Mídia.....	76
Capítulo 3- A Transamazônica Vivida: Trabalhadores Migrantes na Região.....	93
3.1 O Trabalho na construção da rodovia.....	102
3.2 A vida e a fixação em solo amazônico.....	110
Considerações finais.....	124
Fontes.....	129
Referências Bibliográficas.....	131
Apêndice.....	135

Lista de Abreviaturas:

BASA – Banco da Amazônia

CAETA - Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia

CEJIL - Centro pela Justiça e o Direito Internacional

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DIT – Divisão Internacional do Trabalho

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

ESG – Escola Superior de Guerra

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFOCS – Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IOCS - Inspetoria de Obras Contra as Secas

MA – Ministério da Agricultura

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MST – Movimento dos Trabalhadores sem Terra

NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

ONG – Organização Não Governamental

PIB – Produto Interno Bruto

PIN – Plano de Integração Nacional

SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TRE - Tribunal Regional Eleitoral

TRT – Tribunal Regional do Trabalho

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Número de eleitores nordestino maiores de 60 anos, por microregião.	55
GRÁFICO 2 – Percentagem de eleitores em Marabá	56
GRÁFICO 3 – Número de processos X Construtoras	87
GRÁFICO 4 – Principais objetos de reclamação	108

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – Transamazônica e Cuiabá-Santarém	45
MAPA 2 – Zona de atuação da Guerrilha do Araguaia e do Exército	95

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Estimativa dos recursos públicos destinados ao combate à seca entre os anos de 1912 e 1914.	33
QUADRO 2 – Evolução da concentração da propriedade no nordeste - 1950-60.....	35
QUADRO 3 – Principais elementos da estratégia de ocupação da Amazônia (1953 a 1970).....	48
QUADRO 4 – População do Município de Marabá	68
QUADRO 5 – PIB, Inflação e Dívida Externa (1964-1973).....	77
QUADRO 6 – Eleitores por faixa etária e estado de origem.....	126

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 – Revista Manchete, especial Amazônia. 02/1973	53
IMAGEM 2 – Diário de Pernambuco, 18/07/1970.....	61
IMAGEM 3 – Diário de Pernambuco, 03/07/1970.....	69
IMAGEM 4 – Diário de Pernambuco, 04/07/1970.....	70
IMAGEM 5 – Diário de Pernambuco, 04/07/1970.....	70
IMAGEM 6 – Diário de Pernambuco, 08/07/1970.....	71
IMAGEM 7 – Diário de Pernambuco, 15/07/1970.....	71
IMAGEM 8 – Revista Manchete, outubro de 1970. Ed. Especial “Brasil 70”.....	74

IMAGEM 9 – O Liberal 08 e 09/08/1970	79
IMAGEM 10 – O Liberal 13/01/1972	84
IMAGEM 11 – Revista Manchete, especial Amazônia. 02/1973	90
IMAGEM 12 – Revista Manchete, especial Amazônia. 02/1973	113
IMAGEM 13 – O Liberal 11/01/1972	95
IMAGEM 14 – Revista Manchete, 09/01/1971	113

Introdução

*“a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas”.*³

Este trabalho deverá tratar de um processo histórico ocorrido entre 1970-1974 e que resultou na transferência de milhares de trabalhadores de várias regiões do país para a Região Norte em consequência da construção de uma grande rodovia que cortaria o Brasil de leste a oeste, interligando as regiões Nordeste e Norte. Nosso objetivo é tratar daqueles que migraram, oriundos do Nordeste, em direção ao trecho da rodovia localizado nos limites do estado do Pará. Em especial o público alvo desse projeto político, denominado Plano de Integração Nacional (PIN), que eram os trabalhadores flagelados da seca nordestina.⁴ Em verdade, a rodovia transamazônica resultaria, segundo o governo federal, em “um vasto programa de deslocamento de trabalhadores dos sertões semi-áridos, visando sua adequada fixação em extensas e férteis áreas”⁵ da região amazônica. Objetivamos analisar os discursos emitidos pelo poder público e pela mídia (jornais principalmente) no que tange o mega projeto estatal e os trabalhadores que dele se beneficiariam.⁶

A migração de populações pobres do interior do Brasil não foi exclusividade do século XX, figurou tradicionalmente em nossa História. Pessoas viveram se movimentando em busca de sobrevivência desde o século XIX, exemplo disso pode ser o caso da produção da castanha na região de Tocantins, que era realizada por trabalhadores sazonais da região de Goiás e Maranhão⁷.

No que diz respeito aos espaços sociais encontrados pelos migrantes e posteriormente reconstruídos por eles, concordamos com Foucault quando afirma serem

³ LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. Editora Unicamp. Campinas, 2003. p. 422.

⁴ **Plano de Integração Nacional (PIN)** apud SILVA, Maria Ivonete Coutinho da. **Mulheres Migrantes na Transamazônica: Construção da ocupação de fazer política**. Tese de doutorado UFPA, 2008. p. 35.

⁵ Idem.

⁶ Nenhum dos jornais pesquisados pode ser considerado como “alternativo” em relação ao conteúdo produzido.

⁷ GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **Errantes da selva: histórias da migração nordestina para Amazônia**. Recife: Editora da UFPE, 2006, p. 172.

uma espécie de gládio constante entre esferas de poder.⁸ Essa relação de poder se apresenta também nas tentativas de produção e de fixação das representações feitas por aqueles que detêm o poder, visando seu assujeitamento por indivíduos e grupos que passam a reivindicar seu controle. Isso significa dizer que grupos de maior poderio podem produzir intencionalmente discursos e representações que mais tarde serão ou não tidas por grupos alheios à esfera do poder como suas, justificando a condição de dominadores e dominados. Contudo, seria demasiado creditar as formas como grupos criam e reproduzem suas representações de si mesmos apenas às configurações pré-concebidas externamente a esses grupos. Para Roger Chartier a apropriação das representações só pode ser estudada se recusarmos a “dependência que relaciona as diferenças nos hábitos culturais a posições sociais dadas *a priori*, seja em escala de contrastes macroscópicos (entre elites e o povo, entre dominadores e dominados), seja na escala de diferenciações de escalas menores (por exemplo, entre os grupos sociais hierarquizados pelos níveis de fortuna e atividades profissionais)”.⁹ Deve-se portanto, a fim de obter uma aproximação maior da forma como tais representações são apropriadas por grupos sociais e reinventadas no decorrer do tempo, observar não só onde se produziram tais discursos, mas também onde e como eles circularam. Sendo esses variáveis de acordo com o regime político estabelecido ou o espaço social observado¹⁰.

A construção da memória de um povo ou nação mantém uma relação íntima com as representações que se fazem no curso de sua história. Por exemplo, a concepção do Estado brasileiro (representado pelos dirigentes que o assumiram) após a proclamação da República, colocando o processo histórico de lado, enaltecendo a ação efetiva de pessoas ou grupos específicos enquanto responsáveis pelo progresso. Essa forma de ver a história mostra como o estado via seu povo, ou seja, como coadjuvante no processo de transformação da sociedade, mas não dá conta da forma pela qual o povo viu e se viu nesse processo histórico. A proclamação da república guiada por concepções positivistas tendia a afastar o grande público do círculo do poder.¹¹ “No entanto, há de se reconhecer que as representações, em uma sociedade com certo grau de liberdade, não são exclusividade do estado ou das classes dominantes”¹². Aqueles que de longe do

⁸ CF. FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**, GRAAL editora, São Paulo, 2008.

⁹ CHARTIER, Roger, **À Beira da Falésia: A História entre certezas e Inquietude**. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002. p. 68.

¹⁰ Idem.

¹¹ C.F. CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**. Companhia das Letras, São Paulo, 1987.

¹² MONTENEGRO. 2007. p. 35.

poder o observam, constroem suas próprias representações e as modificam ao longo de suas vidas, dando forma as suas memórias individuais e coletivas.

Não seria diferente no caso dos trabalhadores migrantes da rodovia Transamazônica. Vejamos como o Seu Adelson vê o período em que sua família optou por migrar para a região da transamazônica em busca de lotes para produção e subsistência da família: *“Os trabalhadores começaram a ver que tinha alguma coisa errada, e aí, este mesmo governo que, que trouxe a gente, nos abandonou né ...o abandono em si é desde cedo.”*¹³.

Podemos perceber que há uma formulação da memória individual, independente daquilo que se tentou noticiar no período. Todavia, essa memória não remete apenas aquele tempo, mas também ao atual, sendo fruto de várias reformulações ao longo dos anos e das novas condições políticas, que permitiram mudanças no discurso da mídia acerca da rodovia e do projeto político da época estudada. Entendemos que a memória jamais para de se reinventar, portanto, seria demasiado aceitar que as representações impelidas pelo poder público e pela mídia seriam capazes de ordenar completamente a memória coletiva do processo histórico vivenciado, tampouco, não podemos negar a interferência dos discursos oficiais no bojo em que se formam tais memórias. É esse o campo de batalha mencionado anteriormente na obra de Foucault.

Quando pensamos em fazer uma reconstrução da trajetória dos migrantes que chegaram ao estado do Pará na década de 1970, oriundos do Nordeste, optamos por uma abordagem plural no que tange às fontes utilizadas nesta pesquisa. Nesse sentido serão aqui utilizadas fontes escritas como jornais (Diário de Pernambuco, O Liberal do Pará, Folha de São Paulo, Itatocan e o Marabá)¹⁴, sendo os dois primeiros mais observados; documentos oficiais do Estado, como Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes às décadas de 1970 e 1980, arquivos da Justiça do Trabalho do estado do Pará, dados do Tribunal Regional Eleitoral do estado do Pará, disponíveis para consulta na comarca de Belém, documentos impressos produzidos por observadores da época, como manuais e livros sobre a rodovia e seus impactos, e fontes orais obtidas através de entrevistas realizadas no campo de pesquisa entre 2010 e 2011.

¹³ Entrevista realizada por um migrante nordestino ao autor na cidade de Altamira-PA em fevereiro de 2011.

¹⁴ **Diário de Pernambuco** (1970-1974) veiculado no estado de Pernambuco e disponível no acervo do arquivo público do estado de Pernambuco; **O Liberal** (1970-1974) de circulação no estado do Pará e disponível no acervo da biblioteca pública do estado do Pará; **Folha de São Paulo** (1970) de circulação no estado de São Paulo e disponível on-line pela própria instituição; **Itatocan** (1970-1974) de circulação local, na microregião de Marabá-PA e disponível no acervo do arquivo público de Marabá- PA.

com trabalhadores e trabalhadoras migrantes, além de outros observadores que vivenciaram o período estudado¹⁵.

A escolha dos jornais como fonte dá sentido ao que procuramos, uma vez que estes almejam, ao longo do tempo, serem vistos como extensores da realidade. No entanto, sabemos que por trás dos discursos, notícias e editoriais, agem os interesses de grupos ligados direta e/ou indiretamente ao Estado, reproduzindo mais ou menos intencionalmente suas posições diante do público leitor, “nesse sentido, então, os jornais são aqui entendidos, primeiramente, enquanto ‘produto social’, isto é, como resultado de um ofício exercido e socialmente reconhecido, constituindo-se como objeto de expectativa, posições e representações específicas”.¹⁶

Tentamos buscar significações além do óbvio exposto nas páginas dos periódicos, oportunizando novas interpretações daquilo que estava sendo veiculado pela imprensa no período de maior exceção política de nossa história recente. Torna-se essencial, portanto “compreender como os mesmos textos podem ser diversamente apreendidos, manipulados e compreendidos”.¹⁷ Buscamos respostas no silêncio e omissão de algumas palavras e notícias. Como nos diz Orlandi, os silêncios e omissões são em certa medida elucidadores da prática discursiva de um grupo: “*As notícias, os fatos selecionados serão entendidos e recuperados, então não enquanto situações que ‘realmente’ aconteceram e cuja veracidade iremos comprovar, mas antes enquanto situações plenas de significação*”.¹⁸

É através dos discursos que podemos apreender como foram feitas as representações e nesse caso, tratadas aqui segundo o conceito de Chartier, colocadas como motivadoras das ações de indivíduos e/ou dos grupos sociais, uma vez que, “mesmo as representações coletivas mais elevadas não têm existência não são realmente

¹⁵ Sobre as condições dos acervos consultados é importante ressaltar a ótima organização do arquivo da Biblioteca Pública do Estado do Pará, que mantém microfilmada a maior parte do acervo que consultamos. Já o acervo do arquivo público do estado de Pernambuco apresentam sérios problemas quanto à manutenção, que, no que diz respeito à nossa pesquisa, além de não se encontrar micro filmado, apresenta algumas edições muito danificadas pelo tempo e má conservação. Todavia, os arquivos do Tribunal Regional do Trabalho foram os que mais despertaram preocupação durante nossa pesquisa, já que descobrimos que a maior parte dos processos trabalhistas do período estudado foram **incinerados** por contenção de espaço, ficando micro filmado apenas partes desse processos, como o termo de reclamação e o veredicto.

¹⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro**: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. Companhia das Letras, São Paulo, 1987. p. 15.

¹⁷ CHARTIER, Roger, *op cit.* p. 70.

¹⁸ ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: Princípios e Procedimentos, Editora Pontes, Campinas – SP 2009. Idem. P. 15-16.

tais senão na medida em que comandam atos”.¹⁹ Por sua vez esses atos “fazem reconhecer uma identidade social, a exhibir uma maneira própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição”.²⁰

A partir dessas considerações devemos observar o contexto em que foram produzidos os textos jornalísticos e a que interesses esses discursos e representações sociais buscavam convergir. Vale dizer aqui que entendemos as representações sociais enquanto “fenômeno dinâmico, num processo permanente de reorganização, sendo condição e produto da prática social”²¹, ou seja, produzida a partir do embate entre forças de origem distintas: A ação das elites dominantes e a experiência vivida pelos grupos desprovidos do poder político-econômico. O embate entre o que se buscou relatar e o que de fato foi vivenciado pelos trabalhadores.

Optamos pela utilização de vários tipos de fontes por considerarmos essencial na medida em que reconstruirmos esse importante período da história brasileira, tendo como enfoque as formas de representação do projeto na mídia nacional e as condições de vida e luta dos trabalhadores e trabalhadoras migrantes do Nordeste. Tentamos dar voz àqueles que normalmente não têm oportunidade de compartilhar suas memórias com um público além de seu convívio.

Não significa, no entanto, que a memória popular e suas lógicas de construção, afirmação e reprodução social sejam necessariamente dominadas, menor, menos verdadeira, pois esta apresenta lógicas próprias.²² A abordagem dada à memória aqui é aquela definida por Le Goff e Montenegro, que depositam na memória a importante missão da construção do ser social e histórico ao longo da vida de cada indivíduo. Memória esta construída a partir dos embates entre os agentes oficiais (Mídia e Estado) e as interpretações e representações construídas no seio do convívio comunitário.²³

Nós ousamos identificar as estratégias construídas pelo Estado ditatorial, em parceria com a mídia nacional para credenciar o projeto como sendo patriótico e responsável pela ocupação e desenvolvimento da região Norte, além de pretender ser redenção do povo do Nordeste. Para isto nos norteamos por trabalhos como os de Lilia Mortz Schwarcz, que se preocupa em esmiuçar as entrelinhas dos jornais paulistas do

¹⁹ Marcel Mauss *apud* CHARTIER, Roger, *op cit.* p. 72.

²⁰ CHARTIER, Roger, *op cit.* p. 73.

²¹ *Idem.* P. 261.

²² C.F. CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**. São Paulo. Editora Moderna, 1981.

²³ C.F. LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. Editora Unicamp. Campinas, 2003; MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada. Editora contexto, São Paulo. 2007; MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, Metodologia e Memória**. Editora Contexto, São Paulo, 2011.

final do século XIX afim de compreender as representação do negro e da escravidão nesse período, além de Fernando Dominience, que trata da veiculação midiática da rodovia transamazônica nas revistas O Cruzeiro e Manchete do mesmo período estudado por nós. Ambos nos trazem pistas de como devemos dialogar com as fontes provenientes da imprensa.²⁴

A partir desse referencial teórico inicial nos propomos perceber as vinculações da mídia com o Estado brasileiro, as omissões e as intenções dos discursos reproduzidos, pois houve uma íntima relação entre imprensa e Estado ao longo de nossa história, em especial nos períodos de exceção política como no caso da década de 1970, marcada pelo auge da repressão política no Brasil.²⁵

Essa relação já pôde ser percebida em vários trabalhos, inclusive aqueles trabalhos que tratam do processo migratório, como no caso da obra Ana Maria de Souza, e que percebe a relação entre os “discursos produzidos pelo poder público (secretarias de governo e órgãos de assistência social), pela imprensa e por políticos”²⁶, neste caso migrantes pobres que “ocupavam” a cidade de Cuiabá, no Mato Grosso.

Um dos principais objetos de nosso estudo é a Rodovia Transamazônica, que foi o carro chefe do Plano de Integração Nacional (PIN). Este último foi forjado com a prerrogativa de utilizar recursos públicos para promover a integração da região Norte ao resto Brasil e levar um relevante quantitativo de trabalhadores oriundos do Nordeste para a região amazônica. Fato que em tese melhoraria a vida dos migrantes e garantiria o desenvolvimento amazônico.

Como fontes para nossa pesquisa, além das matérias e manchetes dos jornais e entrevistas, colhemos também, dados do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará, acerca dos eleitores de origem nordestina com idades superiores e inferiores aos sessenta anos, procurando traçar um perfil do migrante que se fixou a terra. Utilizamos também publicações oficiais do Governo Federal, como o Plano de Metas do governo, além de uma coletânea de discursos do presidente Médici intitulada Jogo da Verdade, buscando aí entender os objetivos e os meios que o governo determinou para as regiões Norte e Nordeste. Dados fornecidos pelo Tribunal Regional do Trabalho da sexta região

²⁴ MENEZES, Fernando Dominience. *Enunciados sobre o futuro*: ditadura militar, Transamazônica e a construção do “Brasil grande”. Dissertação de mestrado, UNB: 2007 e SCHWARCZ, Lilia Moritz. Retrato em branco e negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. Companhia das Letras, São Paulo, 1987.

²⁵ C.F. GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

²⁶ SOUZA, Ana Maria de. *Relatos da cidade*: representações e práticas de apropriações urbanas *Apud* MONTENEGRO, Antônio Torres. História, **Metodologia e Memória**. Editora Contexto, São Paulo, 2011. p. 34.

(Belém) também ajudaram a entendermos as relações trabalhistas no período de construção da grande rodovia.

Também tentamos identificar as estratégias desenvolvidas pelos grupos de trabalhadores e trabalhadoras migrantes da Transamazônica, que se esforçaram para superar dificuldades como a falta de assistência estatal, conhecida pelos migrantes quando solicitavam financiamentos para a produção e não os obtinham ou quando esperavam que houvesse a manutenção das estradas que facilitariam o escoamento da produção, mas não a viam, ou ainda, quando pereciam, doentes e inválidos para o trabalho e ao procurarem assistência médica não a encontravam, comprometendo assim a sobrevivência das famílias na região. Vejamos o que nos diz seu Adelson sobre esse tema:

*Vivemos assim...um período de desgraça mesmo, muito feio, quando adoecia alguém, pra tirar da vicinal o pessoal colocava numa rede, colocava na nuns paus assim, ficava atravessada né e ficava levando aquele doente, a comunidade inteira se mobilizava pra tirar aquela pessoa.*²⁷

Assim sendo, é uma proposta da História social, tendo como pano de fundo toda a rede de relações de poder existentes nas diferentes esferas de convívio social desse público migrante.²⁸ Buscando este objetivo, “entrevistando velhos trabalhadores e trabalhadoras sobre sua história de vida, procuramos e/ou mesmo aguardamos que marcas das diversas histórias fossem lembradas/narradas.”²⁹ Através dessas histórias individuais podemos traçar um conjunto de passagens que formam em seu bojo a história coletiva daqueles trabalhadores e trabalhadoras e, conseqüentemente, a História social de nosso país.

Optamos por deixar que os depoimentos esclareçam algumas características do processo vivenciado naquele período através de citações diretas acerca de alguns temas como: Condições e regime de trabalho, moradia, assistência e saúde. Também faremos interpretações no que tange às omissões e/ou exaltações específicas de temas recorrentes nas entrevistas e relatos similares ou omissões coletivas. No que diz respeito às variadas estratégias de controle da memória coletiva, Le Goff nos diz que “a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo

²⁷ Entrevista realizada por um migrante nordestino ao autor na cidade de Altamira em fevereiro de 2011.

²⁸ C.F. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Editora Graal. São Paulo, 2008. Sobre as relações de poder intrínsecas nas várias esferas de convívio social.

²⁹ MONTENEGRO, 2007. p. 15.

poder.”³⁰ Sendo assim, passa a ser uma estratégia necessária a afirmação de qualquer grupo social o controle das memórias coletivas. Nas palavras de Le Goff:

*Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva.*³¹

A observação do discurso dessas camadas menos abastadas e utilizadas muitas vezes como válvulas de escape ou exército de reserva, empurrando-os ou atraindo-os de um lado para outro de acordo com os interesses econômicos do momento nos leva a perceber que “no Brasil o capitalismo é capaz de submeter muitas vezes as populações pobres às condições mais modernas de trabalho. Entretanto, no que tange às condições de vida ou aos direitos elementares da cidadania, esta população é credora de uma **incomensurável dívida social**”.³² Ao passo que entrevistamos e publicamos as opiniões desses grupos, oferecemos a chance de um público maior conhecer as formas como os homens e mulheres simples, do ponto de vista econômico, vêem seu passado e o processo histórico que os tornou o que são hoje.

“O que importa na História Oral não são os fatos acerca do passado, mas todo o caminho em que a memória popular é construída e reconstruída como parte da consciência contemporânea...”³³. Entretanto não nos seria possível compreender a história dos comuns sem escutá-los e transformar suas memórias em fontes inesgotáveis de interpretação do processo vivido no passado.

Poderíamos resumir nossa missão com as palavras de Le Goff:

*Cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários de sua objetividade científica.*³⁴

Para alcançarmos esse objetivo pretendemos nos fundamentar nas discussões a respeito da utilização de diversas fontes na reconstrução de nossa História recente. A linha que separa a memória da História é mais ou menos tênue de acordo com a

³⁰ LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. Campinas – SP, Ed. UNICAMP, 2005. p. 422.

³¹ *Idem*.

³² FARIA, Vilmar. **Desenvolvimento, urbanização e mudança na estrutura do emprego**: a experiência brasileira dos últimos trinta anos. *Apud* MONTENEGRO, 2007. p. 14. Grifo nosso.

³³ MONTENEGRO, 2007. p. 16.

³⁴ LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. Campinas – SP, Ed. UNICAMP, 2005. p 471.

perspectiva e os autores utilizados para conceituá-las. Autores como Maurice Halbwachs consideram um abismo entre História e memória, contudo Le Goff nos guia por um caminho de cumplicidade e completude entre ambas.³⁵ A fim de garantir maior clareza e legitimidade no que estamos propondo fazer, adotamos o uso de fontes orais atreladas às fontes históricas escritas e de naturezas diversas como já mencionado. Não queremos, contudo, promover qualquer tipo de juízo de valor acerca das contribuições da História Oral, ou documental (escrita), pois isto seria precipitado neste trabalho.

No primeiro capítulo pretendemos fazer uma breve exposição da situação social e histórica das regiões Nordeste e Norte, privilegiando os processos que se mostraram mais pertinentes na formação de suas respectivas regiões. No Nordeste por exemplo, temos a seca como elemento importante na construção imagética e social, além das relações de poder desenvolvidas, principalmente o coronelismo, que limitou a capacidade de organização dos trabalhadores rurais da região. Já na região Norte temos como exemplo dos processos mais importantes para formação da região os mega projetos de colonização desenvolvidos desde o fim do século XIX e ao longo do XX, além da dificuldade do Estado se fazer presente na região, que é de baixíssima densidade demográfica e de difícil acesso a várias localidades, além da atuação dos latifundiários e da relação perversa que a “sociedade” desenvolveu com os povos indígenas.

O segundo capítulo será determinante para entendermos como a mídia e o Estado brasileiro se esforçaram para fazer da Transamazônica um verdadeiro semióforo³⁶, tornando-a representação do poder e alcance que o Estado tinha em relação ao seu povo e território. Observamos nesse capítulo as matérias publicadas em jornais e revistas de circulação nacional, mas, principalmente nos estados do Pará, Pernambuco. Esse estudo se revelou capaz de nos proporcionar um melhor entendimento da relação entre Estado e mídia na década de 1970.

A prática cotidiana dos jornais e revistas seria, de acordo com o observado nesta pesquisa, uma das mais eficientes armas de convencimento da população brasileira de que o Plano de Integração Nacional (PIN) seria a solução para os problemas das regiões Nordeste e Norte.

³⁵ CF. HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. São Paulo. Editora Vértice, 1990. e LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas – SP, Ed. UNICAMP, 2005. no que tange as perspectivas adotadas por ambos acerca da distinção entre História e Memória.

³⁶ CF. CHAUI, Marilena. **Brasil, mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

No terceiro capítulo ateremos às exposições dos trabalhadores que vivenciaram o processo de construção da Transamazônica e sua concomitante utilização como área receptora de trabalhadores rurais. A maioria dos relatos coletados são de migrantes nordestinos, mas, também, levamos à reflexão os depoimentos de moradores da região estudada que já habitavam a área antes da construção da rodovia e que presenciaram as mudanças ocorridas em função da mesma.

Uma vez que trabalhamos com depoimentos, acreditamos que “é preciso dispensar às fontes orais o mesmo rigor crítico utilizado no tratamento de outras fontes documentais”³⁷, levando em consideração o universo e as condições em que foram produzidos os relatos, uma vez que, as circunstâncias em que se produz o depoimento juntamente com as condições sócio-econômicas dos depoentes no momento interferem diretamente no conteúdo do relato.

Optamos por adotar também, os relatos orais “por que a medida que os depoimentos populares são gravados, transcritos e publicados, torna-se possível conhecer a própria visão que os segmentos populares têm de suas vidas.”³⁸ Concordamos também com Montenegro no que se refere à distinção entre História e memória enquanto conceitos que remetem de formas diferentes ao passado, mas que confluem inseparadamente, pois se utilizam de mecanismos semelhantes para conseguir a reconstrução de algum processo ou acontecimento do passado que se projeta no futuro através da reconstrução histórica ou rememoração.³⁹

Ao longo do século XX a história oral foi ganhando espaço em países de grande tradição historiográfica como os EUA e a Grã Bretanha. Nos EUA, por exemplo, “entre 1952 e 1959, grandes departamentos de *oral history* foram criados nas universidades de Columbia, Berkley, Los Angeles”⁴⁰ gerando diversos debates acerca dessa nova forma de fazer a História. Esse processo fez com que as técnicas fossem sendo aprimoradas, a fim de rebater críticas no que tange ao grau de aproximação dos trabalhos de História Oral com o evento que realmente ocorreu no passado. O desenvolvimento dos debates espalhados pelo mundo corrobora a crescente utilização dos relatos orais e nos fez despertar para essa forma rica de compreender os processos vividos na história recente.

³⁷ GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Cidades da Mineração: Memória e práticas culturais**, Mato Grosso na primeira metade do século XX. Cuiabá, EdUFMT, 2006. p. 46.

³⁸ MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo, Editora Contexto. 2007. p. 16.

³⁹ *Idem*.p. 17.

⁴⁰ LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. Campinas – SP, Ed. UNICAMP, 2005. p 468.

Por fim, justificamos a utilização da História Oral em nosso trabalho, uma vez que, a memória individual e coletiva são as molas promotoras de mudanças e permanências nas sociedades ao longo dos tempos, em especial “na segunda metade do século XX”.⁴¹

Nossas entrevistas foram realizadas entre julho de 2010 e março de 2011, sendo a maioria delas concebidas em fevereiro de 2011 nas microrregiões de Marabá e Altamira, no estado do Pará. Encontramos algumas dificuldades para a coleta desses relatos, uma vez que, tivemos pouco tempo para pesquisa de campo realizada nos trechos da Transamazônica - pouco mais de um mês - todavia, pudemos obter um número razoável de depoentes, fato que nos levou a algumas conclusões que poderão ser apreciadas no curso deste trabalho.

Algumas entrevistas foram realizadas com hora e data marcadas, tendo o entrevistado tempo para organizar em sua mente as lembranças de décadas atrás; já outros relatos foram feitos mais ou menos no improviso, por indicação de outros entrevistados ou por encontrá-los em meio a uma busca incessante pelas ruas das cidades, feiras, centros comerciais entre outros. Trabalho desgastante, mas muito gratificante.

⁴¹ *Idem.* p 469.

Capítulo 1: Entre a Seca e a Cerca

*“E esse povo lá de riba, de Pernambuco, da Paraíba que vem buscar no Recife, poder morrer de velhice, encontra só, aqui chegando, cemitério esperando”.*⁴²

1.1 O Nordeste

Os vários conceitos de Nordeste podem ser construídos e reconstruídos a partir das possíveis abordagens e questionamentos feitos acerca dessa região geográfica brasileira. Como diz Manuel Correia de Andrade:

Conforme o aspecto abordado e o ponto de vista do autor, o nordeste é apontado ora como área das secas, que desde a época colonial fazem convergir para a região, no momento da crise, as atenções e as verbas dos governos; ora como área dos grandes canaviais que enriquecem meia dúzia em detrimento da maioria da população; ora como área essencialmente subdesenvolvida devido a baixa renda per capita dos seus habitantes ou, então como região das revoluções libertárias de que fala o poeta Manuel Bandeira em seu poema ‘evocação do Recife’⁴³.

O Nordeste, enquanto região geográfica e política da federação brasileira, foi criado nas primeiras décadas do século XX. Antes disso Norte e Nordeste era “uma coisa só”. A atual demarcação foi definida pelo IBGE em 1968, englobando os atuais estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão⁴⁴. Essa demarcação resulta em aproximadamente 19% do território nacional⁴⁵. O Nordeste da década de 1970 pode ser mais bem compreendido a partir da revisitação dos conceitos atribuídos a esta região e seu povo durante décadas. No entanto é preciso compreender como surgiu o(s) conceito(s) de Nordeste e nordestinos que ao longo do século XX foi responsável pela atenção dispensada pelos governos federais e estaduais e que fizeram dessa região e seus habitantes conhecidos ou caricaturados no mundo todo.

⁴² MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida Severina**. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1980.

⁴³ ANDRADE, Manuel Correia. **A terra e o homem no Nordeste**. Livraria editora ciências humanas, 4ª edição, São Paulo, 1980. p. 9.

⁴⁴ Parte do território de Minas Gerais é compreendida como sertão e também é alvo de ações da SUDENE.

⁴⁵ Idem, p. 42.

O sertão é interpretado de formas diferentes, de acordo com o sujeito escolhido para sintetizá-lo. Se desde os tempos coloniais essa região era para a coroa portuguesa:

*...o interior do Brasil, as terras desconhecidas; para o colonizador, o inferno do exílio. Mas era entendido como o paraíso para a massa de degredados, perseguidos pela inquisição, negros e índios fugidos...para quem a imagem do sertão representava acima de tudo, esperança e liberdade.*⁴⁶

Para Silva, “definindo-o como a antítese da imagem de civilização, sertão era a área *selvagem* por excelência, temida e idealizada como espaço de riquezas e liberdades ilícitas.”⁴⁷ Sendo considerado qualquer área que observasse essa característica a definição de sertão na era colonial é bastante ampla, mas consideraremos aqui a atual divisão geográfica instituída pelo IBGE. É importante ressaltar que nos dois primeiros séculos da colonização portuguesa a área de exploração econômica se concentrou no litoral, salvo algumas exceções como o caso do recôncavo baiano⁴⁸.

Observamos em trabalhos acerca do período colonial cenários descritos como uma sociedade relativamente plural, como nos diz Ambrósio Fernandes:

*Dentro da Vila de Olinda habitam inumeráveis mercadores com suas lojas abertas, colmadas de mercadorias de muito preço, de toda a sorte, em tanta quantidade que semelha uma Lisboa pequena.*⁴⁹

Como podemos observar acima, essa seria uma sociedade mais complexa, contudo, optamos por classificar os grupos que para cá vieram no período inicial da colonização em dois grupos principais e distintos: a fidalguia, responsável pela organização da exploração colonial e detentora de privilégios, e os plebeus pobres e degredados, que por uma aventura na busca de riqueza ou por cumprir pena vieram para o Brasil. A forma como se organizou a sociedade colonial de início, em alguns aspectos

⁴⁶ GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *Errantes da selva: histórias da migração nordestina para Amazônia*. Recife: Editora da UFPE, 2006. p. 31.

⁴⁷ SILVA, Kalina Vanderlei. ‘Nas solidões vastas e profundas’: a conquista do sertão pernambucano pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. Tese de doutorado em História, UFPE, Recife, 2008.

⁴⁸ MORAES, Emanuel de. *Brasil Sertão*. Editora Nova razão cultural. Rio de Janeiro, 2008.

⁴⁹ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Recife: Imprensa Universitária, 1966. p. 26-27 *apud* SILVA, Kalina Vanderlei, Nas solidões vastas e assustadoras: A conquista do sertão pernambucano pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. Tese de doutorado pela UFPE, 2008. p. 25.

se assemelhava ao regime feudal, de concentração de terras e privilégios por um lado e dependência dos não proprietários por outro⁵⁰.

A economia colonial girou durante os séculos iniciais em torno da produção açucareira e esta por sua vez impunha um regime de monocultura voltada para exportação e baseada no latifúndio e no trabalho escravo. A produção de outros gêneros alimentícios era pequena, quase nula. Resultado dessa prática foram os altos preços dos produtos de primeira necessidade que desde cedo fizeram os habitantes pobres do nordeste conhecer o sabor amargo do açúcar, transformando em fome e anemia o sonho de riqueza no novo mundo⁵¹. Tal situação foi percebida durante a administração do Conde Maurício de Nassau, que a fim de evitar a carestia e a consequente fome generalizada decretou no dia 18 de janeiro de 1638 o cultivo da mandioca por fins de subsistência nas fazendas de açúcar⁵².

A atual (e mutante) identidade regional do Nordeste é, junto com seu espaço geográfico, uma construção histórica situada no início do século XX, tendo surgido para atender às necessidades políticas, sociais e culturais que emergiam no início do século passado. Segundo Durval Muniz, os estereótipos do Nordeste seco e do nordestino flagelado foram construídos para atender a interesses que eram, em certa medida, das próprias classes dominantes da região, grupos esses em processo de falência de seus empreendimentos agro-industriais. O objetivo seria, então, chamar a atenção das autoridades nacionais para a “emergência” nordestina e solicitar destas, providências em socorro aos “flagelados”, o que por sua vez envolveria, por exemplo, o perdão de “algumas” dívidas acumuladas ao longo de anos de investimentos fracassados e “algum” socorro financeiro aos “necessitados”.⁵³

É importante entender que esse tipo de discurso foi apropriado por vários setores da sociedade nacional e adaptado às necessidades e interesses envolvidos em cada período de acordo com a intenção e os resultados pretendidos, uma vez que “não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos...”, uma vez que “...estamos comprometidos com os sentidos e o político”.⁵⁴

⁵⁰ MORAES, Emanuel de. *Op cit.*

⁵¹ Sobre a alimentação na sociedade colonial brasileira, ver mais em FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. 48ª edição, Global editora. São Paulo, 2006 e FURTADO, Junia Ferreira. **Cultura e sociedade no Brasil colônia**. Editora Atual, São Paulo, 2001.

⁵² MORAES, Emanuel de. *Op cit.* P. 47.

⁵³ CF. ALBUQUERQUE, Jr., Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. Editora Cortez, São Paulo, 2001.

⁵⁴ ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. Editora Pontes, Campinas – SP 2009. p. 9.

Ora o nordestino se colocava ou colocava o Nordeste como flagelado e esquecido pelo resto do Brasil, ora o “Brasil” lembrava que o nordestino é um flagelado que buscava sua redenção no sul do país. Um articulista do Jornal *O Estado de São Paulo* descreve em uma matéria publicada em 10/08/1923 o que seria, segundo ele, o Nordeste e o que seria o Sul.

*Algo sabíamos por leitura sobre a terra do sofrimento, que tem prados só de urzes, tem montanhas de penhascos, habitações só de colmos, céu que nunca se encobre...chão que nunca recebe orvalho, rios que não têm água. O Nordeste brasileiro só foi divulgado com tal designação após a última calamidade que assolou em 1919, determinando a fase decisiva das grandes obras contra as secas. (...) quando levas de esqueléticos retirantes vieram curtir saudades infindas na operosidade do generoso seio sulino, quem sabe se ainda em dúvida, entre a miséria de lá e a abundância daqui...*⁵⁵

Do ponto de vista desse jornalista tínhamos um Nordeste fatigado por suas condições naturais. Todavia, seu povo podia mitigar seu flagelo, acolhido com *generosidade*, numa região onde a *abundância* era capaz de fazer suportar a *infinita* saudade de sua terra natal. Essa abundância da qual se refere o jornalista pode ser explicada pelo processo de industrialização e principalmente pelos fartos recursos existentes na região Sudeste, oriundos em sua maioria da atividade cafeeira da década em que ele fala.

Não é difícil encontrarmos na literatura e na música brasileiras descrições de um Nordeste seco e sem perspectivas melhores, colocando o sertanejo no “abismo” da migração. Migração esta que tendeu nas primeiras décadas do século XX para grandes cidades em função do processo, ainda que tímido, de industrialização ocorrida nessas e também para a região extratora do látex, localizada na Amazônia brasileira.

Composição: João Pernambucano / Catulo da Paixão Cearense (1914)

*“Ai, que saudade do luar da minha terra
Lá na serra branquejando
Folhas secas pelo chão
Este luar cá da cidade tão escuro
Não tem aquela saudade
Do luar lá do sertão

Não há, oh gente, oh não*

⁵⁵ “A Enciclopédia brasileira”, *O Estado de São Paulo* (OESP), 10/08/1923 *apud* ALBUQUERQUE, Jr., Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. Editora Cortez, São Paulo, 2001.

*Luar como este do sertão
Não há, oh gente, oh não
Luar como este do sertão*

*Se a lua nasce por detrás da verde mata
Mais parece um sol de prata
Prateando a solidão
E a gente pega na viola que ponteia
E a canção e a lua cheia
A nos nascer do coração*

*Coisa mais bela neste mundo não existe
Do que ouvir-se um galo triste
No sertão, se faz luar*

*Parece até que a alma da lua é que descanta
Escondida na garganta
Desse galo a soluçar*

*Ai, quem me dera que eu morresse lá na serra
Abraçada à minha terra
E dormindo de uma vez
Ser enterrada numa grota pequenina
Onde à tarde a surunina
Chora a sua viuvez”⁵⁶*

Ao nos depararmos com a música de João Pernambucano e Catulo da Paixão, escrita em 1914, podemos observar como o sertão nordestino é descrito de forma romântica, exaltando suas belezas naturais, a forma como surge o luar, comparando-a a um sol de prata que prateia (ilumina) a solidão (escuridão), ao mesmo tempo a melancolia provocada pela distância da terra natal invocada ao lembrar das noites de luar o faz desejar a morte em sua terra. A música foi escrita num período em que a migração nordestina rumo ao norte do país estava em alta, devido ao *rush* da borracha, todavia, a letra evidencia que se trata de outro tipo de migrante, aquele que abandona sua terra em busca da cidade grande, onde as noites não parecem tão iluminadas quanto as do sertão, caracterizando o processo de êxodo rural evidenciado ao longo de todo o século XX no Brasil, mas potencializado a partir do governo Vargas..⁵⁷

A seguir temos um trecho da obra de Graciliano Ramos publicada em 1938 e que ganhou *status* de clássico da literatura, devido ao alcance que a obra atingiu

⁵⁶ Música intitulada de “luar do sertão” de 1914, composição de João Pernambucano e Catulo da Paixão Cearense.

⁵⁷ FERRARI, Monia de Melo. A migração nordestina para São Paulo no segundo governo Vargas (1951-1954): Secas e desigualdades regionais. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos. 2005.

nacional e internacionalmente. A obra foi produzida durante a década de 1930, que foi marcada pela “transformação da literatura regional em literatura nacional. Nesse período a literatura é encarada como responsável por desvendar o Brasil.”⁵⁸ O trecho se refere ao livro, cujo nome fala por si só. *Vidas Secas*.

*Estavam no patio de uma fazenda sem vida. O curral deserto, o chiqueiro das cabras arruinado e também deserto, a casa do vaqueiro fechada, tudo anunciava abandono. Certamente o gado se finara e os moradores tinham fugido (...) Miudinhos, perdidos no deserto queimado, os fugitivos agarraram-se, somaram as suas desgraças e os seus pavores. O coração de Fabiano bateu junto do coração de Sinha Vitória, um abraço cansado aproximou os farrapos que os cobriam.*⁵⁹

A descrição feita por Graciliano Ramos neste trecho dá conta de um sertão castigado, carrasco da vida humana e animal, que provoca o abandono em busca de uma sofrida sobrevivência. O texto relata ficcionalmente, mas com riqueza de realismo a vida de retirantes nordestinos, oprimidos pela seca, mas principalmente pela seca, que os condena a um eterno vai e vem, provocando a fadiga, a fome e a conseqüente desnutrição.

Segundo Albuquerque Jr., a construção do Nordeste “se dá, no entanto, no plano cultural, mais do que no político”.⁶⁰ É importante notar que os discursos acerca do Nordeste e dos nordestinos construídos ao longo do século XX foram apreendidos por sulistas e nordestinos, além da própria *práxis* acadêmica que por muito tempo reproduziu tal discurso. Muitas vezes esses discursos eram reproduzidos academicamente por herdeiros daquela antiga elite social (escravista/açucareira), em declínio, à qual interessava a imagem depreciativa. É o caso clássico do escritor, sociólogo, intelectual e “herdeiro” dos engenhos Gilberto Freyre, cuja obra se espalhou não só pelo Brasil, mas pelo mundo inteiro, sendo respeitada como um “retrato” do Nordeste⁶¹. Onde se percebe certo grau de preconceito na descrição dos povos que para o Brasil se deslocaram forçosamente, oriundos da África e romanticamente o processo

⁵⁸ ALBUQUERQUE, Jr., Durval Muniz de *Op cit.* p. 107.

⁵⁹ RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. e-book 45ª edição, p. 5.

⁶⁰ ALBUQUERQUE, Jr., Durval Muniz de. *Op cit.* p. 35.

⁶¹ Sobre a trajetória de Gilberto Freyre ver mais em PALLARES-BURKE, Maria Lucia Gracia. Gilberto Freyre: **Um vitoriano dos Trópicos**. Editora UNESP, São Paulo, 2005.

de colonização e por sua vez exploração colonial baseado no “avanço civilizador da cana”.⁶²

Apesar da utilização do discurso da seca com fins particulares, observados principalmente ao longo do século XX, os relatos sobre falta de chuvas na região denominada Nordeste, surgiram ainda nos primeiros séculos da presença portuguesa na região. Há relatos dessa situação desde 1552, em documentos enviados a corte portuguesa,⁶³ no entanto, como já fora dito, a falta de chuva em si não era o principal problema enfrentado pelos trabalhadores, mas sim a concentração da riqueza.

Ao longo dos séculos XIX e XX vários projetos de intervenção na região foram apresentados, alguns deles chegaram a ser introduzidos, mas fracassaram. A introdução de animais, que em tese seriam muito mais resistentes ao forte calor e à falta d'água, como os camelos e os dromedários e que serviriam para o trabalhador conseguir superar as adversidades naturais da região, figurou entre as propostas apresentadas ainda no século XIX. Estes animais por sua vez chegaram a ser trazidos para o Brasil e apresentados como solução para o sertanejo, pois,

*O animal podia andar uma semana inteira sem descansar, ficava sem comer seis dias e até dois meses sem beber, carregava até 32 arrobas, tanto como seis cavalos, andava 20 léguas por dia, em uma semana percorria 120 léguas e 'se contentava com cardos, com folhas de árvores espinhosas, e mesmo com pedaços de madeira, de ramos e de folhas secas.*⁶⁴

Segundo a lógica apresentada, este seria um ótimo investimento na tentativa de amenizar o sofrimento dos trabalhadores nordestinos do sertão, todavia, após alguns anos da importação desses animais, o que ficou constatado foi o completo fracasso do investimento que teve como resultado a morte da maioria dos animais, que não se adaptaram ao clima e cuidados brasileiros.⁶⁵

A segunda metade do século XIX foi marcada pela ascensão política e econômica do sudeste brasileiro, que ancorado nos lucros do café, se impunha ao resto do país. A área onde hoje se considera a demarcação do Nordeste, ainda não

⁶² CF. DABAT, Christine Paulette Yves Rufino. **Moradores de Engenho**: Estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Tese de Doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco, 2003. Sobre uma análise acerca da obra de Freyre.

⁶³ VILLA, Marco Antônio. Vida e morte no sertão: História das secas nos séculos XIX e XX. Editora Ática, São Paulo, 2001.

⁶⁴ Idem, p. 29.

⁶⁵ VILLA, Marco Antônio, *op cit.* p. 35

denominada assim, passava por um momento de crise em sua economia, agravada pelo “esquecimento” político, restando-lhe a condição de fornecedora de mão-de-obra escrava para os cafezais do novo centro político-econômico ascendente. O descontentamento com o Imperador atingia a poesia popular que ecoava:

*E vós, D. Pedro segundo
Do Brasil imperador
Que andais percorrendo o mundo
Mas fazendo o quê, senhor?
Vinde salvar esse povo
Cheio de glória tão novo
Que hoje é pasto de corvo
Porque vós sois um traidor! [...] ⁶⁶*

As críticas eram feitas devido ao tempo gasto pelo Imperador em viagens ao exterior, exatamente no período em que o sertanejo enfrentava uma grave seca, que assolou a região na década de 1870. Com a ocorrência nesse período, de saques e invasões a centros urbanos, realizados como estratégia de sobrevivência daqueles que sofriam com a fome e a sede proveniente dos sucessivos anos sem chuvas e assistência. Esse tipo de estratégia, analisada por Villa acerca do século XIX também foi utilizada em grande número durante o século XX, em especial nos anos iniciais da década de 1970, com uma das maiores secas já registradas na região Nordeste. Completos cem anos da ausência do imperador D. Pedro II, os habitantes que sofriam com as consequências da seca adotam estratégias similares às já praticadas no século anterior, como podemos ver em jornais da época cuja manchete chama a atenção do leitor pelo tom de alarme: **“FLAGELADOS INVADEM E FAZEM AMEAÇA: SANHARÓ.”**⁶⁷

O alarme ecoado pela manchete nos parece ter a intenção de chocar a todos, alertando para o perigo social que aqueles “flagelados” causavam aos centros urbanos quando não se conformavam com a situação encontrada no campo. A matéria mais parece uma manchete policial e os “flagelados” mais parecem criminosos que invadem o espaço alheio, fazendo refém toda uma cidade. No entanto a matéria começa dizendo: “Este município foi invadido aproximadamente às 10 horas de sábado por vários

⁶⁶ *Idem* p. 58/59.

⁶⁷ Diário de Pernambuco, 19 de janeiro de 1971.

flagelados que limitaram-se apenas a pedir alimento⁶⁸”. O leitor que simplesmente observasse a manchete teria uma visão bem diferente do que de fato ocorreu naquela cidade, a ocupação tinha uma motivação legítima (sobrevivência), no entanto, ao colocar esse tipo de manchete cria-se uma forjada visão homogenia do fato ocorrido. Os “invasores” queriam matar a fome de suas famílias e a ameaça de que fala a manchete consistia em: “os flagelados declararam que aquilo era apenas um aviso e que no próximo sábado caso a prefeitura não abra frente de trabalho os mesmos voltarão com maior número permanecendo na cidade até que seja resolvida a situação”⁶⁹. Aos olhos do jornal que publicou a matéria, a grande ameaça na verdade consistia na permanência daqueles “visitantes indesejáveis” na cidade, que concorriam para uma mudança no cotidiano citadino. Os camponeses são então caricaturados como perniciosos ao convívio comum da cidade, demonstrando a forma como eram vistos pela imprensa pernambucana.

Do ponto de vista econômico, o empreendimento mais importante do Nordeste sempre fora a produção açucareira, que passava por profundas transformações, resultando em uma séria crise que ameaçava a posição privilegiada dos antigos senhores. Por sua vez, essa crise também foi muito combatida pelas elites regionais, que se desdobravam em estratégias de manutenção da classe e seu *status*. É relevante saber que a maior parte do contingente populacional e trabalhador do Nordeste se encontrava na Zona da Mata (açucareira) e no Litoral. Todavia, essa estrutura ainda colonial “dada a decadência que já se encontrava, não resistirá e entra num processo geral de decomposição”,⁷⁰ sendo porém, mantida até os dias de hoje por subsídios garantidos pelo governo Federal e por oscilações nos preços⁷¹, que por vezes fazem aumentar ou diminuir as margens de lucros. Esse processo de decomposição fez com que cada vez mais as capitais fossem se tornando refúgio dos trabalhadores do interior, fosse do sertão, agreste ou zona da mata.

Durante os séculos XIX e XX, apesar de a maior parte da população nordestina viver na região úmida da Zona da Mata e do Litoral, suas condições de vida não eram muito melhores que as do sertanejo. O trabalhador da zona da mata sofria condições de penúria e exploração, sendo oprimido pelo latifúndio e muitas vezes tratado como

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ PRADO, Jr., Caio. Formação Econômica do Brasil. Editora Brasiliense, São Paulo, 1977. p. 215.

⁷¹ DABAT, Christine Paulette Yves Rufino. *Op cit* p. 71. Sobre oscilações nos preços do açúcar no correr do século XX.

exército de reserva. Levado de um lado para o outro de acordo com os interesses do capital. Multiplicaram-se o número de bóias frias, permanentes migrantes sazonais⁷², são os “Corumbas, moradores do sertão nordestino, que se mudam para a zona da mata na época de funcionamento das usinas, empregando-se no corte da cana e retornando terminado o corte⁷³” e que figuram no cenário nacional como exemplo solidificado das estratégias do capital para garantir a plena exploração econômica do trabalhador.

Ao longo do século XX os trabalhadores sem terra própria se expunham à exploração dos grandes proprietários, e juntamente com os pequenos proprietários “formam a grande massa camponesa nordestina que, encontrando no campo condições econômicas verdadeiramente repulsivas migram⁷⁴”, gerando nas grandes cidades e outras áreas receptoras condições de miséria semelhantes às da região repulsora.

Além dos longos períodos de estiagem (no caso do sertão) “uma das causas que mais contribuem para agravar esse problema é a estrutura fundiária dominante (tanto no sertão, quanto na zona da mata, sendo no agreste um pouco mais distribuído) que tende sensivelmente para a concentração da propriedade e a falta de garantia de contratos escritos e respeitados”.⁷⁵ Durante o século XX, em especial meados do século⁷⁶, os trabalhadores da Zona da Mata que cultivavam em terras de outros proprietários ficavam sujeitos as oscilações de interesses econômicos, não tendo garantias nem mesmo de suas roças, que poderiam ser destruídas em épocas de bons preços da cana no mercado para produção da mesma. No sertão, o trabalhador sem terra própria sofria com a mesma lógica, sem, no entanto, haver a produção açucareira. Essa configuração criava um universo propício à prática migrante.

Na primeira década do século XX foi criado o primeiro órgão federal de combate as secas, a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), formalizada pelo então presidente Nilo Peçanha. Segundo Villa, a primeira vez que se falou a respeito de secas no Nordeste foi durante o governo de Hermes da Fonseca, uma mudança de

⁷² MIGRATÓRIOS, Centro de estudos. Migrações no Brasil: O peregrinar de um povo sem terra. Edições Paulinas, São Paulo, 1986. p. 19.

⁷³ SUAREZ, Maria Tereza Sales de. Cassacos e corumbas. São Paulo, Ática, 1977 *apud* GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *Errantes da selva: histórias da migração nordestina para Amazônia*. Recife: Editora da UFPE, 2006, p. 173.

⁷⁴ ANDRADE, Manuel Correia. **A terra e o homem no Nordeste**. Livraria editora ciências humanas, 4ª edição, São Paulo, 1980. p. 43.

⁷⁵ *Idem*. P. 44.

⁷⁶ DABAT, Christine Paulette Yves Rufino. Op cit. p. 71. Os preços do açúcar encontravam-se baixos no período de 1930 à 1945, levando vários produtores a aforarem suas terras, entretanto, quando houve uma melhora provocada pela demanda e outras medidas tomadas pelo Estado.

nomenclatura, já que antes se falava em “Norte” e isso significou, nos anos seguintes, uma forte influência na demarcação da “nova região”.

Ainda segundo Villa, os debates ocorridos acerca da região atingida pelas secas não se efetivaram em obras estruturais, isto devido ao “temor dos políticos nordestinos com os resultados de uma alteração profunda no sertão, diante de seus interesses eleitorais”.⁷⁷

Como se pode observar, não havia interesse político em uma real alteração no quadro estrutural da região, pois esta alteração poderia significar a autonomia dos trabalhadores diante do paternalismo reproduzido pelas políticas ditas coronelistas que já dominavam o cenário nordestino desde o século anterior. Essa situação pode ser ratificada pelo quadro a seguir. Os anos que se sucederam a criação do IOCS (1909) foram marcados por uma paulatina redução de verbas destinadas ao combate das secas e assistência da população rural. Vejamos o quadro:

Quadro I: estimativa dos recursos públicos destinados ao combate à seca entre os anos de 1912 e 1914.

Ano	Percentual da receita federal gasto.
1912	1,3
1913	1,15
1914	0,9

Fonte: Adaptado de VILLA, Marco Antônio. *Morte e vida no sertão: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*.

Como mostra o quadro acima, na política federal de combate às secas não se via uma efetiva ação de combate aos problemas gerados pela falta prolongada de chuvas demonstrada pela redução dos gastos públicos ao longo dos anos indicados. Mais tarde percebeu-se a manipulação dos recursos destinados ao combate à seca, que passaram a ser direcionados pelas elites locais que se apropriavam da máquina pública com a finalidade de manter as estruturas sociais existentes, preservando assim seus antigos benefícios. Exemplo dessa postura foi a apropriação feita pelas elites nordestinas no Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) a partir de sua criação.⁷⁸

⁷⁷ VILLA, Marco Antônio. *Op cit* p. 96/97

⁷⁸ ANDRADE, Manuel Correia. 1964 e o Nordeste: Golpe, Revolução ou Contra-revolução?. Editora Contexto, São Paulo, 1989.

Na presidência de Epitácio Pessoa (1919 – 1922) o IOCS passou a ser a Inspetoria Federal de Obras contra as Secas (IFOCS), e algumas ações foram postas em prática, além de projetos que eram debatidos como possível solução para o problema da seca entre estas propostas estava a de transposição das águas do rio São Francisco, levando-as para o Jaguaribe. O Presidente paraibano “destinou 15% das receitas da União para cá (*Nordeste*) e transformou a região num canteiro de obras: construção de barragens, rodovias, ferrovias e melhoramentos em três portos. Tudo iniciado quase simultaneamente.”⁷⁹. Todavia, as obras iniciadas no governo de Epitácio Pessoa foram abandonadas por seu sucessor Arthur Bernardes (1922-1926), sob a prerrogativa de equilibrar as finanças públicas federais⁸⁰.

Durante alguns anos o IFOCS ficou sob o comando do também paraibano José Américo, que além de político era um escritor de renome no cenário nacional, tendo entre suas publicações *A Bagaceira*, romance no qual o Nordeste e os nordestinos são “retratados” ou “estereotipados”, como descritos a seguir.⁸¹. O livro confronta dois “tipos” de nordestinos, o livre e solidário – sertanejo(a) – e o submisso e egoísta – brejeiro -, fazendo surgir outras formas de exportar impressões acerca do Nordeste e seus *filhos da terra*.

*A Bagaceira é praticamente a obra que inaugura a tradição literária do romance social nordestino, que estabelece a denúncia da miséria como regional e espacial, muitas vezes escondendo as responsabilidades dos homens de poder.*⁸²

. Essa e outras obras literárias, como *Os Sertões* de Euclides da Cunha, onde o nordestino é “antes de tudo um forte”, foram, juntamente com os discursos políticos, acadêmicos e midiáticos emitidos ao longo do século XX, fomentadores imagéticos da região e seus habitantes.⁸³

Segundo Dabat, “na zona canavieira de Pernambuco, a estrutura fundiária manifesta uma concentração tão extrema que constitui um quase monopólio.”⁸⁴ Em meados do século XX podíamos observar o grau de concentração fundiária a partir dos

⁷⁹ 30 presidentes e duas verdades Incômodas. Vandeck Santiago. Diário de Pernambuco, disponível em <http://www.diariodepernambuco.com.br/politica/especiais/NEdepoisdeLula/verdadesincomodas.shtml> consultado em 8/06/2011.

⁸⁰ Idem.

⁸¹ O livro é considerado um clássico da literatura nacional, onde segundo Guimarães Rosa, se “abriu para todos nós o caminho para o moderno romance brasileiro”. Visto na “orelha” da edição 11ª edição do livro.

⁸² SILVA, Claudécir Ribeiro da. A representação do Nordeste nas letras das músicas da cantora Marines. Campina Grande. UEPB, 2009. p. 45.

⁸³ ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz. A Invenção do Nordeste e ou outras artes. Editora Cortez, São Paulo, 2001.

⁸⁴ DABAT, Christine Paulette Yves Rufino. Op cit. p. 63.

recenseamentos realizados por órgãos governamentais e que mostram a grande disparidade entre o número de famílias e o de estabelecimentos rurais, sendo os primeiros muito mais numerosos que os segundos. Situação que parece ainda pior quando atentamos para o fato de que não eram raros os casos em que um proprietário possuía mais de um estabelecimento rural, como no caso de algumas usinas, que possuem vários engenhos⁸⁵.

Quadro II

Evolução da concentração da propriedade no nordeste - 1950-60				
Estabelecimentos	1950		1960	
	Famílias (%)	Área (%)	Famílias (%)	Área (%)
Multi-familiares grandes	41,9	50,6	1,0	42,0
Multi-familiares médios	9,5	41,9	10,7	47,0
Familiares	7,1	5,0	9,1	8,0
Sub-familiares	18,1	2,5	30,4	3,0
Parceiros	9,1	-	5,4	-
Trabalhadores	55,2	-	43,4	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: ANDRADE, Manuel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste. p. 46.

O aumento de capital oriundo de outras atividades, como a industrial e comercial, aliado à facilidade de crédito para certos grupos e o caráter essencialmente comercial da agricultura nordestina aumentaram cada vez mais a concentração de terras na região, alimentando ainda mais a fogueira da tensão social na região. Essa tensão atingiu seu ápice com o advento das Ligas Camponesas e da luta dos assalariados rurais e posseiros em meados do século XX, mas que apesar de um relativo sucesso inicial e forte disseminação pela região, foi duramente reprimida após a chegada dos militares ao poder, em 1964. Nesses anos a vida dos trabalhadores rurais sofria uma piora constante. Os proprietários adotavam a política de expulsão dos moradores de suas propriedades, a

⁸⁵ ANDRADE, Manuel Correia. A terra e o homem no Nordeste. Livraria editora ciências humanas, 4ª edição, São Paulo, 1980.

quantidade de camponeses morando precariamente nas pontas de rua dos municípios crescia, particularmente em Pernambuco após o golpe de 1964.⁸⁶

Devido a esse episódio das ligas camponesas a imagem figurativa do Nordeste passou a ser também a imagem de uma região de mobilização dos trabalhadores rurais, em especial o Estado de Pernambuco, como nos diz Montenegro “ O Nordeste do Brasil, em especial o estado de Pernambuco, passou a ser considerado uma área de grande mobilização de trabalhadores rurais, por intermédio, sobretudo, das Ligas Camponesas”.⁸⁷ Além disso, o comportamento de alguns políticos do estado, como Pelópidas da Silveira, filiado ao partido Socialista e Miguel Arraes, governador de Pernambuco no pré-golpe de 1964 e que além de filiado ao Partido Trabalhista Nacional adotou uma política de reconhecimento de algumas lutas camponesas, gerou por parte da mídia especulações acerca da *esquerdização* da região, fato que levou os militares a dispensar uma atenção especial à região e em especial à Pernambuco.⁸⁸

No caso da zona da mata, o processo de concentração fundiária levado a efeito pela grande indústria da cana é explicado por Manuel Correia de Andrade, que diz:

*As usinas, ao serem instaladas, dispunham de máquinas com capacidade de esmagamento superior a capacidade de produção – dentro das condições técnicas então dominantes – dos engenhos a ela vinculados, e tratavam de adquirir mais terras para atender a fome de canas de suas moendas. Adquiridas as terras sem certo planejamento o desequilíbrio passava a proceder de forma contrária...*⁸⁹

Dessa forma acarretava na compra de mais máquinas, que por sua vez tornava tal processo cíclico, em prejuízo dos pequenos proprietários e daqueles que viviam na condição de foreiros⁹⁰, obrigados a abandonar suas lavouras de subsistência para se dedicar a produção da cana. Foi justamente da luta desses trabalhadores espoliados pelo sistema latifundiário que emergiu a famosa conquista dos moradores do engenho Galiléia, em vitória de Santo Antônio, que ao conseguirem realizar a primeira desapropriação de terras a partir da permanência nelas, ocuparam páginas da mídia

⁸⁶ ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o sindicalismo rural**. Recife: UFPE, 2005.

⁸⁷ MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, Metodologia e Memória**. São Paulo, Editora Contexto. 2010. p. 35.

⁸⁸ *Idem*.

⁸⁹ ANDRADE, Manuel Correia, 1980 *op cit*. p. 97.

⁹⁰ Foreiro era o trabalhador que vivia nas terras dos engenhos e em troca pagava o foro aos donos da propriedade. Normalmente estes trabalhadores desenvolviam um tipo de agricultura de subsistência, algumas vezes chegando a comercializar o excedente em feiras nas cidades. CF. Dabat. Christine Paulette Yves Rufino. *Op cit*.

impressa com repercussão nacional e internacionalmente⁹¹, gerando apreensão com relação aos rumos que o sistema fundiário brasileiro tomariam a partir de então. A luta desses grupos simbolizou a luta nacional dos trabalhadores do campo contra as variadas formas de exploração do trabalhador rural, entre elas o cambão, o pulo da vara e as cadernetas.⁹²

Após essa vitória, o movimento se fortaleceu e passou a se denominar ligas camponesas, homônimo de outro movimento da década anterior. Gerou-se grande preocupação por parte dos proprietários, afinal aquele episódio poderia soar como um alerta do fim daquele sistema secular de estrutura fundiária. Todavia, após o golpe de 1964, toda e qualquer mobilização de trabalhadores no sentido da luta pela posse da terra foi duramente sufocada.⁹³

Exatos cem anos após o episódio de “protesto” contra a ausência do “estado” que resultou na poesia dedicada ao imperador Pedro II e tendo sobrevivido a numerosas secas, os sertanejos continuavam a sofrer com promessas não cumpridas e com a corrupção que escoava o pouco da assistência prestada pelos governos federais e estaduais⁹⁴. Entretanto, em junho de 1970, segundo as manchetes de grandes jornais como o Diário de Pernambuco e O Liberal do Pará, os brasileiros tiveram alguns dias de expectativa em relação às ações do Governo federal em relação ao Nordeste. Fora no dia 6 de junho de 1970 que o então presidente da república Emílio Garrastazu Médici pronunciou-se acerca da seca, em um discurso realizado na cidade do Recife para milhares de pessoas, após uma curta viagem por algumas regiões do Nordeste atingidas pela seca.

Vim ver e vi. Vi o Nordeste de dentro, dos sertões secos...Vi as frentes de trabalho, feitas só para assistir o homem. Vi os postos de alistamento destas mesmas frentes, com multidões famintas, angustiadas, esperando a sua vez...

⁹¹ A repercussão do acontecimento nos EUA pode ser vista através da obra de Page, publicada em 1972. PAGE, Joseph A.. **A Revolução que nunca houve: O Nordeste do Brasil 1955-1964**. Editora RECORD, Rio de Janeiro, 1972.

⁹² Cambão eram os dias de trabalho gratuito que os moradores pagavam em troca da permanência na terra. O pulo da vara era a manipulação para mais das terras a serem cultivadas pelo trabalhador e as cadernetas eram onde ficavam anotados todos os gastos realizados pelos trabalhadores durante o mês e onde era comum haver exageros por parte dos representantes do latifundiário já que normalmente os trabalhadores rurais eram analfabetos. C.F. MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, Metodologia e Memória**. Editora Contexto, São Paulo, 2010. p. 35/36.

⁹³ Várias obras tratam da repressão feita pelos governos militares aos movimentos trabalhistas do meio rural brasileiro, entre eles as obras já citadas nesse trabalho de Christine Dabat, 2003, Manuel Correia de Andrade, 1989 e Maria do Socorro Abreu, 2005.

⁹⁴ ANDRADE, Manuel Correia. **1964 e o Nordeste: Golpe, Revolução ou Contra-revolução?**. Editora Contexto, São Paulo, 1989. VILLA, Marco Antônio. **Vida e morte no sertão: História das secas nos séculos XIX e XX**. Editora Ática, São Paulo, 2001

Nada em toda minha vida, me chocou assim e tanto me fez emocionar e desafiar minha vontade. ... Não, não me conformo. Isso não pode continuar.

...

É certo que não podemos deixar as coisas como estão; é certo que precisamos corrigir desvios e distorções. O que podemos fazer, em prazo menos iminente, é ajustar os planejamentos à realidade e contribuir para a mudança da mentalidade político-administrativa também aqui no Nordeste.

Decidi então fortalecer a agricultura nordestina, para torná-la resistente as secas, empenhando recursos substanciais, até de origem externa, em programas de irrigação em áreas selecionadas. Decidi canalizar, também, consideráveis recursos de incentivos fiscais para a execução de projetos agrícolas, onde quer que se configure uma clara perspectiva de produtividade...

Ao fim dessa viagem de que retorno ainda mais determinado a cumprir a minha missão, quero dizer ao povo do Nordeste que não lhe prometo nada, não prometo milagres, nem transmutação, nem dinheiro, nem favores, nem peço sacrifícios, nem votos nem mobilizo a caridade. Só digo que tudo isso tem de começar a mudar.⁹⁵⁹⁶

No entanto, observamos que pouco de concreto fora anunciado: o discurso repercutiu na mídia muito mais pela forma como fora proferida e pela condição ditatorial imposta no período do que pelo seu conteúdo⁹⁷. Ao fazer uma análise do dito e do *não dito* podemos observar que o presidente se preocupou em afirmar continuamente a necessidade de mudança, sem, no entanto, apontar a forma pela qual essa mudança poderia ser efetivada, nem tampouco afirmar claramente que ações emergenciais seriam tomadas para a assistência imediata dos milhões de nordestinos e nordestinas que morriam à beira das estradas. Nota-se também a insistência em passar *indignação* com o visto, despejando tons de emoção, objetivando o convencimento do que se estava dizendo. Ao falar sobre os projetos de irrigação, por exemplo, destaca que seriam em áreas “selecionadas”, não atendendo assim ao montante de famintos, e conclui que não “promete nada”, apenas diz “que isso tudo tem que mudar”.

Alguns dias depois do discurso presidencial, retornou a apreensão, principalmente de políticos como Nilo Coelho (PE) e João Agripino (PB), com relação ao futuro devido à notícia de que 30% dos recursos fiscais destinados à SUDENE seriam transferidos para a região Norte. Contudo, a justificativa era de que esse dinheiro seria empregado para solucionar os problemas de ambas as regiões. Nascia o projeto da

⁹⁵ Discurso do Presidente Médici em Recife, 6 de junho de 1970 *apud* ALCATRAZ, Flávio, **Transamazônica: A redescoberta do Brasil**. Livraria Cultura Editora, São Paulo, 1972. p. 17, 18, 19, 20 e 21.

⁹⁶ As frentes de trabalho eram utilizadas desde o século anterior para justificar uma míngua ajuda do governo aos trabalhadores sem perspectivas de trabalho na lavoura. Em muitos casos os homens passavam o dia varrendo estradas em troca de alimento ou dinheiro – insuficiente – para o sustento da família. Cf. VILLA (2001).

⁹⁷ O discurso repercutiu nas principais mídias impressas do país, entre elas o Diário de Pernambuco, O Liberal do Pará e a Folha de São Paulo.

Transamazônica. O empreendimento fazia parte do projeto maior denominado Plano de Integração Nacional – PIN -, que previa a ligação do Nordeste com o Norte através da construção de uma enorme rodovia que cortaria a selva amazônica, promovendo o deslocamento de famílias nordestinas para as regiões úmidas e “carentes de população e exploração”, servindo como redenção do povo nordestino, incorporação definitiva do Norte à economia brasileira e simbolizando a construção do “Brasil Grande”.⁹⁸

No ano seguinte ao discurso do presidente, com a lei complementar nº 11 de 1971, os trabalhadores rurais passaram a gozar de direitos como previdência social e aposentadoria por invalidez e velhice, conquista importante e de grandeza similar à criação do estatuto do trabalhador rural de 1963, que entre outros lhes garantiu o salário mínimo⁹⁹.

1.2 A Amazônia

“Chegando, aprendo que nessa viagem que eu fazia, sem saber desde o sertão, meu próprio enterro eu seguia.”¹⁰⁰

A região da Amazônia brasileira já fora retratada das mais variadas formas, desde um “inferno verde” à “Terra de Canaã”¹⁰¹. Todavia desde os tempos coloniais as imagens formuladas acerca da região possibilitam interpretações diversas, de acordo com o sujeito que olha. Para os migrantes que, em qualquer período, pereceram no interior da floresta, esta representou o verdadeiro inferno verde, todavia, para os habitantes nativos e para aqueles que de lá retiraram todas as riquezas possíveis, a região muito mais era o prodigioso vale, símbolo da redenção.¹⁰²

⁹⁸ MARTINE, G. **Expansão e retração do emprego na fronteira agrícola**. Brasília, 1982. MENEZES, Fernando Dominience. **Enunciados sobre o futuro: ditadura militar, Transamazônica e a construção do “Brasil grande”**. Dissertação de mestrado, UNB: 2007.

⁹⁹ C.F. ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o sindicalismo rural**. Recife: UFPE, 2005.

¹⁰⁰ MELO NETO, João Cabral de. Op cit.

¹⁰¹ Essas representações foram propagadas respectivamente em fins do século XIX e início do século XX e durante o governo de Getúlio Vargas. Essas expressões podem ser encontradas em . GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **Errantes da selva: histórias da migração nordestina para Amazônia**. Recife: Editora da UFPE, 2006 e SECRETO, Maria verônica. **Soldados da Borracha: Trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas**. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

¹⁰² No início do século XX a literatura acerca da região nomeou a Amazônia como inferno verde, toda via, durante o governo Vargas, o estado se encarregou de transformar as imagens negativas do primeiro ciclo da borracha em esperanças para o povo nordestino. Ver mais em SECRETO, Maria Verônica. **Soldados da Borracha: Trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas**. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

A Amazônia brasileira foi durante o século XX alvo de alguns projetos que visavam sua incorporação econômica ao resto do país. Numa breve retrospectiva podemos citar o segundo ciclo da borracha¹⁰³ que por sua vez, promoveu a ida de milhares de nordestinos para a região extrativa da borracha.¹⁰⁴

Os projetos desenvolvidos durante o período da ditadura civil-militar¹⁰⁵, a partir de 1964, foram iniciados nos primeiros anos do regime e utilizavam o argumento da integração nacional. Foram exemplos disso os dispositivos que alteraram a lei de criação e regulamentação da zona franca de Manaus (decreto nº 288 de 28.03.1967), e com o Plano de Integração Nacional (PIN), que visava, por meio da construção de duas grandes rodovias (Transamazônica e Cuiabá-Santarém), integrar e levar “desenvolvimento” à região amazônica.

A história da ocupação da região amazônica antes do PIN pode ser dividida em três fases:

A primeira fase foi a da exploração das drogas do sertão, caracterizada pela extração rudimentar dos produtos oriundos da região amazônica como o açaí, o guaraná, entre outros. Essa fase se estendeu desde o período colonial até a primeira tentativa de incremento da produção agrícola na região, o que, segundo Samuel Benchimol, ocorreu na segunda metade do século XVIII, com a administração do Marquês de Pombal. Todavia, essa tentativa fracassou e a região se voltou novamente ao extrativismo.¹⁰⁶

A segunda fase foi marcada pela produção da borracha, iniciada ainda no século XIX e alimentada pelas demandas industriais dos países desenvolvidos, em especial a indústria de pneus para automóveis e bicicletas. Neste momento se destacaram as indústrias de Henry Ford, que chegou a ocupar quase 2 milhões e 470 mil acres de seringais na região amazônica nas primeiras décadas do século XX, mas que depois de um início promissor caiu no fracasso e foi “melancolicamente” abandonada pela empresa, tendo em vista os melhores preços que passaram a conseguir do produto

¹⁰³ O primeiro ciclo se configurou ainda no século XIX e resultou na incorporação do atual estado do Acre ao Brasil. Sobre o segundo ciclo CF. SECRETO, Maria Verônica, *op cit.* 2007.

¹⁰⁴ FERRARINI, Sebastião Antônio. **Transertanismo: Sofrimento e miséria do nordestino na Amazônia**. Editora vozes Ltda. 1979. GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **Errantes da selva: histórias da migração nordestina para Amazônia**. Recife: Editora da UFPE, 2006. MARTINS, Edilson. **Amazônia, a última fronteira**. Editora Codecri Ltda., Rio de Janeiro, 1981. SECRETO, Maria Verônica. **Soldados da Borracha: Trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas**. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

¹⁰⁵ Consideramos aqui a ditadura vivenciada pelo Brasil entre 1964 e 1985 uma ditadura de caráter civil-militar, uma vez que houve presença maciça de ambos os setores no apoio ao regime e na administração do governo.

¹⁰⁶ BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia, formação social e cultural**. Editora Valer, Manaus, 1999.

oriundo da Ásia.¹⁰⁷ No auge do preço (1910), a borracha foi responsável por 40% de toda a exportação brasileira, competindo com o café do Sudeste¹⁰⁸. Após três décadas, a região voltou a ser economicamente e politicamente importante para o país, pois se iniciara junto com a segunda guerra mundial o novo ciclo da borracha.

Esse ciclo surgiu com o advento da entrada brasileira nas forças aliadas dos EUA durante a segunda guerra mundial (1939-1945), ficou conhecido como a batalha da borracha. Novo surto produtivo, incrementado pelo desabastecimento do mercado ocidental em virtude desse conflito, que fez com que o então presidente da República brasileira Getúlio Vargas, conseguisse algumas vantagens econômicas para o país em troca de seu apoio militar e logístico (envio da produção de borracha) aos os norte-americanos. Segundo Secreto¹⁰⁹, o período Vargas foi responsável por uma transferência de grande contingente populacional da ainda recém-criada região Nordeste para o Norte do país.

Através de acordos políticos com os EUA e seus aliados, o Brasil enviou milhares de trabalhadores nordestinos para os seringais amazônicos, com a missão de garantir o abastecimento dos aliados, e mesmo não entrando nos números oficiais de baixas de guerra, milhares de nordestinos pereceram diante do “inferno verde”. Para garantir o pleno funcionamento do empreendimento o governo passou a tentar suprir de infra-estrutura básica a região, criando o Banco da Borracha, que, mais tarde, durante o governo militar, se tornou Banco da Amazônia (BASA S.A.), o serviço especial de saúde (SESP), além de melhoramentos em ferrovias, portos e aeroportos.¹¹⁰

Pelas estatísticas oficiais da Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA) e do Departamento Nacional de Imigração (DNI), foram encaminhados oficialmente à região amazônica, durante o período de 1943 a 1945, 16.235 trabalhadores e 8.065 dependentes, totalizando 24.300 pessoas. Todavia, esses números, segundo Benchimol, não correspondem a realidade, pois baseado nos registros de entrada e saída de pessoas através dos portos, dá-se conta de 75.000 mil pessoas em transito rumo ao interior da Amazônia. Em sua maioria, pessoas pobres do agreste e sertão nordestino¹¹¹.

¹⁰⁷ MARTINS, Edilson. **Amazônia, a última fronteira**. Editora Codecri Ltda., Rio de Janeiro, 1981. p. 16/17.

¹⁰⁸ BENCHIMOL, Samuel. *Op cit*, 1999, p. 135.

¹⁰⁹ SECRETO, Maria Verônica *Op cit*.

¹¹⁰ PANDOLFO, Clara. **Amazônia brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras**. Editora CESUP, Belém, 1994.

¹¹¹ BENCHIMOL, Samuel. *Op cit*, p. 136.

Os números apresentados por Benchimol nos dão conta de que os relatórios oficiais do governo não representaram o montante real de pessoas se deslocando em busca de sua sobrevivência no dado período, e nos leva a refletir também acerca dos dados oficiais apresentados pelo governo federal sobre o processo migratório para a região da Transamazônica na década de 1970, uma vez que encontramos indícios de manipulações por parte do Estado de algumas informações que circulavam na mídia da época e que serão discutidas no correr desse trabalho.¹¹²

Os dois ciclos da borracha iniciados respectivamente em fins do século XIX e meados do século XX marcaram as primeiras grandes levas de migrantes nordestinos para as regiões amazônicas, tendo como resultados efêmeros surtos de progresso e desenvolvimento econômico para seus organizadores e beneficiários e longos anos de sofrimento e penúria para os que se deslocaram em nome de alguma causa patriótica ou simplesmente em busca de suas sobrevivências.

Após o fim do ciclo da borracha ficaram apenas lembranças de uma época áurea, conhecida como a era dos “barões”, quando ocorreram sinais de desenvolvimento na região, principalmente nas capitais Manaus e Belém e um saldo de milhares de trabalhadores pobres, doentes, uns com e outros sem condições de voltar a sua terra natal¹¹³.

A terceira fase se situa a partir da década de 1950, com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) criada pela lei nº 1806, de 6 de janeiro de 1953, com o propósito de elaborar projetos com vistas ao desenvolvimento econômico da região amazônica. A criação da SPVEA tinha seus objetivos bem esclarecidos nos itens: 1- Assegurar a ocupação da Amazônia em um sentido brasileiro; 2- Construir na Amazônia uma sociedade economicamente estável, capaz de, com seus próprios recursos, prover a execução de suas tarefas sociais; 3- Desenvolver a Amazônia num sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira.¹¹⁴

Para Pandolfo, algumas contribuições importantes foram dadas nas primeiras ações da SPVEA: Os primeiros inventários florestais; o primeiro centro de pesquisas

¹¹² Segundo Clara Pandolfo e Osny Duarte, o número de famílias alocadas na região da Transamazônica não chegou a metade do previsto pelo governo federal, além disso, durante as entrevistas podemos observar uma distância muita grande entre o que fora veiculado pela propaganda oficial e o que fora vivenciado pelos migrantes. Esses dados serão melhor apresentados no decorrer do trabalho.

¹¹³ Idem, 138.

¹¹⁴ PERE, Petit. **Chão de promessas: Elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964**. Belém editora Paka-Tatu 2003

florestais; vários levantamentos geológicos e estudos pedológicos e sobre recursos pesqueiro que aumentaram o conhecimento dos recursos naturais da vasta região amazônica.

A SPVEA atuou também na melhoria da rede de distribuição elétrica das usinas de Manaus e Belém e na elaboração de projetos de saneamento básico, além de gerenciar projetos pioneiros como uma refinaria de petróleo em Manaus e uma fábrica de cimento no Pará.¹¹⁵ Houve também uma preocupação na formação profissional com fins a atender a demanda por pessoal qualificado dentro do país, para isso foram distribuídas bolsas de estudo dentro e fora do país, sobretudo na área de geologia. Esses investimentos tinham por prioridade fazer com que a região passasse a figurar entre as áreas de fundamental importância econômica do país, deixando de ser apenas cartão postal do país.

Dentre as obras efetivamente sob o controle da SPVEA, destaca-se a construção da rodovia Belém-Brasília, considerada um mega-projeto e bancado a todo custo pelas aspirações do então presidente Juscelino Kubitschek, que encarou a grande obra como pedra fundamental de sua administração e símbolo de sua preocupação com a integração da região amazônica ao resto do país.¹¹⁶ A obra incentivou uma corrente migratória, em sua maioria, oriunda do Nordeste, em direção à região Centro-Oeste e norte do país. As condições de vida desses novos migrantes foram analisadas em obra coordenada por José Marcelino Monteiro Costa e publicada pelo Núcleo de Altos estudos amazônicos (NAEA) em 1977, podemos destacar as impressões dos pesquisadores a citar:

A impressão mais alarmante, no contato com os colonos pobres da Belém-Brasília, nos veio ao conhecer suas precaríssimas condições de saúde, ao verificar de perto um estado doentio generalizado e ao presenciar, algumas vezes situações desesperadoras de crise. A história de vida do colono representa um cotidiano de convivência com a doença, uma resistência permanente contra as moléstias, sem oportunidade de recuperação do desgaste acumulado por gerações desnutridas e depauperadas.¹¹⁷

Tais impressões puderam ser descritas a partir de pesquisa realizada em um trecho da rodovia Belém-Brasília, no entanto, as condições de pobreza e insalubridade

¹¹⁵ PANDOLFO, *op cit* p. 51.

¹¹⁶ CF. PANDOLFO, Clara. *Op cit*.

¹¹⁷ BAER, Werner BARATA, José Fernando Nunes; COSTA, José Marcelino Monteiro; HÉBETTE, Jean; MARIN, Rosa E. Acevedo; SMITH, Nigel. **Colonização, Desenvolvimento e modelos econômicos**. NAEA, Belém, 1977 p. 12.

citadas acima não são privilégios desses colonos da Belém-Brasília. O projeto de colonização desenvolvido pelo governo federal nos anos 1970 nas margens da rodovia Transamazônica, também apresentaram condições precárias de vida e saúde para os colonos instalados, estas observações serão melhor apresentadas no correr desta dissertação.

A SPVEA enfrentou várias complicações para tornar efetivas suas intenções no sentido de valorização econômica da região amazônica, dentre as dificuldades podemos citar a carência de mão de obra qualificada, a permanente interferência político-partidária, além da escassez de recursos e da vastidão do território a ser trabalhado.¹¹⁸

Na década de 1960 algumas propostas de integração da Amazônia ao resto Brasil eram debatidas por técnicos e outros estudiosos. Entre as propostas apresentadas se destacou a do instituto Hudson, que previa a construção de um gigantesco lago que integraria os rios Paraguai e Oniroco, abrangeria uma vasta região, tornando navegáveis imensas áreas e ainda produziria mais de 30 milhões de quilowatts, todavia, a idéia proposta pelo engenheiro Roberto Panero fora considerada pela equipe do ministério dos transportes e outros departamentos do governo militar como “impatriótica e entreguista”¹¹⁹. Tal projeto resultaria na criação de um verdadeiro “mar de água doce” na região e promoveria a internacionalização da região, interligando cinco nações Sul-americanas.

*O projeto Hudson teria como consequência o despovoamento de uma das partes mais povoadas da Amazônia, retirando com a formação do lago, os ribeirinhos que vivem ao longo do Amazonas e seus afluentes. Além disso, constituir-se-ia em espaço aberto aos interesses econômicos internacionais, em particular dos americanos, autores da proposta.*¹²⁰

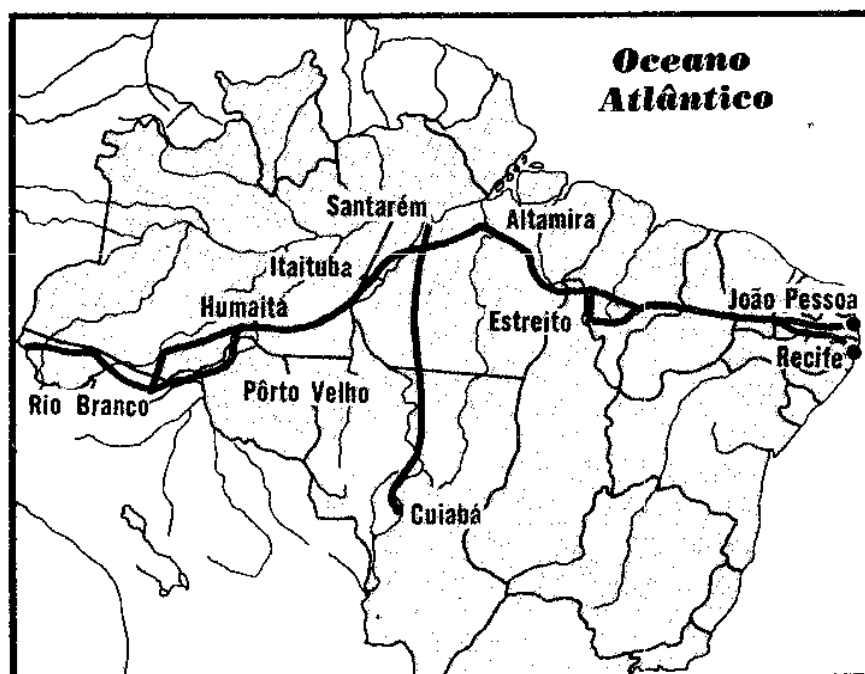
¹¹⁸ PANDOLFO, *op cit* p. 53.

¹¹⁹ MELO FILHO, Murilo. O jovem deve saber tudo sobre a Transamazônica. Bloch editores, Rio de Janeiro, 1971. p. 11. Essa obra foi produzida pela editora Bloch em parceria com o Ministério da Educação com o objetivo de ser utilizado como recurso para popularização da rodovia junto a população estudantil em 1971. A Editora Bloch foi fundada por imigrantes Ucranianos que vieram para o Brasil após a revolução russa de 1917, inicialmente dedicou-se apenas a trabalhos gráficos, posteriormente lançou-se no mercado jornalístico com produtos como a Revista Manchete, uma das mais circulantes do país durante sua existência. Foi comum observar a existência do jogo político da empresa com candidatos ou governantes, como ocorrido com o presidente JK e posteriormente com Seu alinhamento à diretriz imposta pelos governos militares. Ver mais em: MENEZES, Fernando Dominience. *Enunciados sobre o futuro: ditadura militar, Transamazônica e a construção do “Brasil grande”*. Dissertação de mestrado, UNB: 2007

¹²⁰ SILVA, Maria Ivonete Coutinho da. Mulheres Migrantes na Transamazônica: Construção da ocupação de fazer política. Tese de doutorado UFPA, 2008. p. 34.

O projeto era muito mais acalentado pelos idealizadores do próprio instituto Hudson e outros estrangeiros do que pelos brasileiros e outros sul-americanos propriamente ditos¹²¹. O foco do governo passou a ser então os mega-projetos rodoviários.

MAPA I



Fonte: MELO FILHO, Murilo. O jovem deve saber tudo sobre a Transamazônica. p. 15.

Acima vemos a Transamazônica, segundo um pequeno livro produzido em 1971 pela editora Bloch em parceria com o Ministério da Educação, onde se objetiva persuadir a população jovem do Brasil a apoiar e defender a construção da rodovia como saída mais plausível para o desenvolvimento do país. O mapa mostra a Transamazônica saindo de Recife e João Pessoa e a rodovia Cuiabá-Santarém, que corta a primeira, formando uma cruz no meio da região amazônica. Esses, juntamente com a

¹²¹ MARTINS, Edilson. *Op cit.* P. 18/19.

Perimetral Norte foram os principais projetos rodoviários desenvolvidos pelos militares para a região amazônica.

A partir do golpe de 1964, o governo militar brasileiro promoveu uma série de mudanças nas políticas públicas, mudanças estas que visavam alinhar o país a um processo modernizador e desenvolvimentista, aliando o capital nacional e o capital estrangeiro aos projetos políticos do Estado. Para tanto, as oligarquias locais, mesmo esvaziadas em seus poderes, fizeram alianças com a burocracia tecno-militar do governo federal, a fim de manter seus privilégios¹²².

Segundo Alves Filho, a política de integração desenvolvida pelo governo militares resultou na criação de uma condição colonial interna, onde a metrópole seria o Sudeste e as demais regiões, inclusive a Amazônia seriam regiões exploradas. Ainda segundo esse autor, o projeto de integração da Amazônia foi criado a partir de gabinetes distantes da realidade amazônica. Todavia, seguindo a diretriz do Governo militar foi criada então, a Superintendência de desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que estava ligada ao Ministério Extraordinário para coordenação dos organismos regionais e que depois passou a se chamar Ministério do Interior e mais tarde Ministério da integração regional¹²³. A mudança do organismo responsável pelo desenvolvimento da Amazônia resultou num enfraquecimento político e da capacidade efetiva de ação, pois a antiga SPVEA estava vinculada diretamente à presidência da república e a nova SUDAM, além de estar vinculada a ministérios, também possuía um leque maior de objetivos, muito além da valorização econômica, e que por estar vinculada com um ministério que tinha muitas outras atribuições além da Amazônia dificultava o atendimento a suas prioridades.

A região sob responsabilidade da SUDAM no interior da Amazônia era caracterizada por trabalhadores que viviam essencialmente da pesca, nas comunidades ribeirinhas, ou da extração vegetal, como no caso da castanha, exportada via porto de Belém e do açaí, que se configura como alimento base da região. Em ambos os casos, os trabalhadores estavam à margem da ação do estado e eram obrigados a viver de acordo com os ditames do latifúndio.

Até os anos 1970, não existia organização camponesa institucionalizada naquelas áreas interioranas(...) onde a agricultura

¹²² ALVES Filho, Armando ; SOUZA Jr., José Alves de; BEZERRA Neto, José Maia. **Pontos de História da Amazônia** vol. II. Editora Pakatatu, Belém, 2000, p. 49.

¹²³ PANDOLFO, *op cit.*

*tinha um papel muito secundário. A atividade produtiva sobre a qual se tinha estruturado a sociedade local ao longo dos séculos – e que sustentava a economia – era o extrativismo nas suas diversas expressões: a coleta do látex e da castanha, a caça aos animais silvestres, a garimpagem do cristal de rocha e do diamante. Os trabalhadores viviam na dependência de patrões poderosos e eram dominados pelas oligarquias locais, donos, através de concessões governamentais, arrendamentos e foros, de imensas áreas florestais. Não havia espaço para organização política desses trabalhadores.*¹²⁴

A chegada de migrantes na região amazônica ocorria paulatinamente, mesmo antes do projeto transamazônica, principalmente em direção ao Sul/Sudeste do estado do Pará, com trabalhadores que se deslocavam de forma espontânea, em busca de terras “devolutas” para se fixarem e produzirem para sua subsistência. Contudo, a forma espontânea de colonização facilitava a reprodução das “relações nada harmônicas, das regiões de origem dos migrantes¹²⁵”. Nessas regiões, onde o Estado não se fazia sentir, era necessário que os trabalhadores por si mesmos passassem a desenvolver estratégias de ocupação e resistência contra os infortúnios produzidos pela opressão oligárquica. Isso não significa que nos casos onde o Estado se fez presente a vida do trabalhador tenha sido mais fácil, contudo, a ausência de instituições leva a formulação de estratégias diferenciadas de sobrevivência.

“A força dos colonos no enfrentamento de seus problemas, reduzia-se ao espaço privado da família e da rede de parentesco, dos laços de conterraneidade, das relações pessoais e coletivas de vizinhança e da coesão confessional das agremiações religiosas”¹²⁶. No caso desta última, a igreja católica que “tem um papel fundamental na organização dos posseiros. Face à omissão do governo central quanto à violência, por ele aceita como preço necessário a ser pago pelo desenvolvimento¹²⁷. Esse papel da Igreja se institucionalizou com a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975, criada justamente, para atender através dos enfrentamentos jurídicos pela regularização da posse da terra e por vezes a defesa da integridade física dos posseiros vitimados pelos grandes proprietários.

Nas grandes cidades como Manaus e Belém, viu-se ao longo do século XX um surto de desenvolvimento estimulado inicialmente nos tempos do *rush* da borracha, além da entrada de várias indústrias que chegavam a região de olho nos incentivos

¹²⁴ HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina (orgs). **No mar, nos rios e na fronteira: Faces do campesinato no Pará**. UFPA, 2002.

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ Idem.

¹²⁷ BECKER, Bertha K.. Amazônia. Editora ática. São Paulo, 1994. p. 39.

fiscais concedidos na Zona Franca de Manaus. Ali se produziam principalmente produtos eletro-eletrônicos e outros bens duráveis. A região de Belém era impulsionada pela exportação de produtos oriundos do extrativismo vegetal e mineral, como ocorrido com o projeto dos Carajás em 1980¹²⁸.

As principais estratégias criadas para o desenvolvimento e ocupação da Amazônia desde a década de 1950 até a implementação do PIN (1970) estão dispostas no quadro abaixo.

QUADRO III

Principais elementos da estratégia de ocupação da Amazônia (1953 a 1970)		
Ano	Programas, projetos e órgãos executores	Objetivos
1953	SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia/ Presidente da República	Elaborar planejamentos quinquenais para valorização econômica da Amazônia
1958	Rodovia Belém – Brasília (BR-010)/ Ministério dos Transportes, DNER	Implantar um eixo pioneiro para articular à Amazônia Oriental ao resto do país
1960	Rodovia Cuiabá – Porto Velho (BR-364)/Ministério dos Transportes, DNER	Implantar um eixo pioneiro para articular a porção meridional da Amazônia
1966	Sudam – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia/Ministério do Interior	Coordenar e supervisionar programas e planos regionais; decidir sobre a redistribuição de incentivos fiscais
1967	Suframa – Superintendência da zona Franca de Manaus/Ministério do Interior	Integrar a porção ocidental da Amazônia, mediante criação de um centro industrial e agropecuário e isenção de impostos
1968	Comitê Organizador dos estudos Energéticos da Amazônia/Ministério das Minas e Energia	Supervisionar estudos referentes ao aproveitamento do potencial energético
1969	Incentivos Fiscais / Sudam	Promover investimentos na região, por meio de deduções tributárias significativas
1970	PIN – Programa de Integração Nacional	Estender a rede rodoviária e implantar projetos de colonização oficial nas áreas de atuação da Sudene e Sudam

Fonte: Bertha K. Becker e Ivaldo Lima. AMAZÔNIA. Editora Ática, São Paulo, 1994.

Como se pode observar há duas constantes nos projetos estabelecidos para a região. A primeira é o incentivo fiscal, objetivando a atração de capital privado para a região e a segunda é o investimento maciço em malha rodoviária, que não por acaso vem a impulsionar também a entrada de capital privado na região. Tais condições

¹²⁸ ALVES FILHO. *Op cit.* P. 54./ PANDOLFO, *Op cit.* p. 62.

expostas levam-nos a concluir que o principal objetivo foi em todos os momentos promover a ocupação da região através do favorecimento do grande capital, fosse ele industrial ou agro-pecuário.

A política desenvolvimentista dos governos militares em relação à Amazônia se destacou pelos seguintes objetivos norteadores¹²⁹.

1- Transformar a Amazônia em região fornecedora de produtos primários para os mercados interno e externo. Resultando na implantação dos Latifúndios em detrimento das pequenas propriedades de subsistência.

2- Incrementar a pecuária, em virtude dos altos preços da carne bovina no mercado internacional da década de 1970. Resultando também na criação de latifúndios, com uso mínimo do potencial agrícola do solo e quase nenhuma mão de obra, pois “por onde passa o boi, o homem é expulso”¹³⁰.

3- Fazer da região área de consumo dos bens produzidos nas regiões industrializadas do país. Para atingir esse objetivo era necessário aumentar a densidade demográfica da região, todavia, não com milhares de pessoas famintas e sem capital financeiro e cultural como no caso dos flagelados nordestinos. Para tanto, foram induzidos também agricultores oriundos das regiões sul do país, com um capital financeiro e cultural contrastante em relação ao nordestino.¹³¹

Para atingir tais fins havia a necessidade de garantir os investimentos, e essa garantia veio por meio do financiamento público, através dos incentivos fiscais, que se configuravam como verdadeiras “galinhas dos ovos de ouro” e com a pouca fiscalização exercida significou grandes desvios para aplicações menos arriscadas e mais rentáveis como a bolsa de valores, que disparava a cada novo boato de investimento¹³².

Uma das estratégias básicas do Estado, enquanto fomentador do processo de mobilização e fixação dos trabalhadores nordestinos na Amazônia baseou-se no modelo de urbanização, que prevê a atração de fluxo migratório e sua conseqüente fixação na região a partir da criação de núcleos urbanos, munidos de assistência médica e escolar.

¹²⁹ ALVES FILHO. *Op cit*, p. 50.

¹³⁰ MARTINS, Edilson. **Amazônia, a última fronteira**. Editora Codecri Ltda., Rio de Janeiro, 1981. p. 21.

¹³¹ *Idem*.

¹³² ALVES FILHO, *Op cit* p. 53.

São funções da urbanização segundo Bertha Becker “A atração de fluxos migratórios, a organização do mercado de trabalho e o controle social”.¹³³

Ainda segundo Becker:

*Os estudos elaborados para a SUDAM, ainda em 1966, já propunham que, ao invés de se utilizar o método clássico de desenvolvimento de regiões despovoadas, baseado na prospecção de recursos naturais e posterior assentamento da população para sua exploração, se urbanizasse primeiro a região para que a própria população realizasse as prospecções e adaptações necessárias à exploração de recursos.*¹³⁴

Assim, alguns projetos criados a *posteriori*, tiveram por base esses estudos. Exemplo deles foram a Zona Franca de Manaus e a Polamazônia. Tais projetos tinham por intenção buscar no desenvolvimento dos aparelhos urbanos mais ou menos planejados o maior atrativo para a chegada de migrantes, que por sua vez teriam o papel de proporcionar o desenvolvimento e exploração econômica da região. Outro fator de atração das populações aos centros urbanos é a maior expectativa de acumulação econômica, além das já mencionadas assistência médica e escolar.

O caso da transamazônica possui algumas características peculiares, pois além de pretender promover o deslocamento de um grande fluxo populacional através da própria rodovia, se utilizou de algumas cidades antigas, escolhidas como espécies de pólos regionais margeados pela grande rodovia. Foram os casos de Marabá e Altamira. A primeira era banhada pelos rios Tocantins e Itacaiunas, que já eram há tempos roteiros de fluxos migratórios, além de responsáveis pelo desenvolvimento econômico da região; e a segunda margeada pelo Xingu, cuja importância para a cidade era também essencial.

Nas palavras de Becker:

*No caso da Transamazônica, os núcleos planejados pela colonização oficial se superpõem à velha estrutura urbana vinculada à circulação fluvial, utilizando as antigas cidades dotadas de equipamento funcional e localização vantajosa, como é o caso de Altamira e Marabá.*¹³⁵

¹³³ BECKER, op cit. p. 52.

¹³⁴ Idem. p. 53.

¹³⁵ Idem. p. 59.

O caso de Marabá, área que por sua vez foi alvo de nosso estudo, é representativo das transformações ocorridas em funções dos projetos estatais. A cidade como já fora mencionado, era alvo de fluxo migratório através dos rios antes mesmo da Transamazônica, mas passou a contar com um crescimento jamais visto após a sua construção. Nós pudemos atestar que a interferência do Estado mudou não só o cotidiano e a economia da cidade, mas também sua organização. Surgiram, além do antigo núcleo urbano existente, chamada de Marabá Velha, as chamadas Cidade Nova e Nova Marabá. A primeira teve seu crescimento proveniente dos constantes fluxos comerciais fluviais e da exploração da castanha, a segunda com crescimento espontâneo, expandido horizontalmente as áreas de ocupação urbana e a terceira planejada pela SUDAM, para ser o novo centro administrativo executada em grande medida a partir da invasão de grandes áreas verdes.

Altamira, que fora escolhida como capital da transamazônica “antes da construção da Transamazônica, era uma cidade tipicamente amazônica, isto é um de escoamento de produtos extrativos coletados no interior”¹³⁶, utilizando para tal as vias fluviais do rio Xingu. Segundo Milder, “a construção da Transamazônica (...) transformaram Altamira em um “*boomtown*”¹³⁷.

Apesar do grande surto inicial de desenvolvimento da região, observou-se muitos problemas quanto à aplicação do projeto estatal de colonização e fixação do homem nordestino as terras roxas da área demarcada.

No estudo de Ron Milder acerca do desenvolvimento de Altamira a partir da construção da rodovia ele enumera alguns dos principais problemas enfrentados pelos trabalhadores e órgãos responsáveis pela distribuição das terras e assistência aos trabalhadores.

Entre os principais problemas de execução foram enumerados:

- 1- O Crescente fluxo de migração espontânea para região e que não recebia qualquer tipo de apoio estatal.
- 2- O número insuficiente de agentes do Estado para organizar a execução do projeto de distribuição de terras e assistência.
- 3- A dependência dos trabalhadores financiados pelos bancos, que eram obrigados a aceitar as diretrizes impostas por estes.

¹³⁶ MILDER, MILDER, Ron. **Uma nova rodovia para Altamira, um novo caminho para Altamira: O Desenvolvimento de Altamira e sua região após a construção da Transamazônica**. Nijmegen, 1987. p.5.

¹³⁷ Idem.

- 4- A não diferenciação da fertilidade dos lotes em determinadas regiões, gerando um pequeno grupo de privilegiados em detrimento de outros com terras pouco férteis e tendo que atender às mesmas exigências produtivas.

Todos esses problemas citados acima se tornaram coadjuvantes a partir do momento em que os projetos de assistência foram suspensos, nos anos que se seguiram ao governo de Médici. Outro dado citado no estudo de Milder e constatado em nossa visita à região de colonização dirigida foi que os produtores de origem centro-sul do país, que possuíam capital próprio superaram mais facilmente as falhas de assistência, uma vez que, não eram totalmente dependentes dos créditos bancários. Essa situação gerou uma desigualdade perceptível atualmente nessa região entre os colonos de origem nordestina e os do centro-sul, que apresentam melhor desenvolvimento de seus empreendimentos agrários.

Capítulo 2 – A Transamazônica Falada: A visão da grande imprensa

“Nunca esperei muita coisa, digo a vossas senhorias. O que me fez retirar, não foi a grande cobiça; o que me fez apenas busquei foi defender minha vida de tal velhice que chega antes de se interar trinta”.¹³⁸

IMAGEM I



Trecho da Transamazônica aberta.

Fonte: Revista Manchete, especial Amazônia. 02/1973, p. 69.

Acima vemos um trecho da rodovia Transamazônica aberta em plena selva amazônica, distante de qualquer contato com as cidades ou vilarejos existentes na Amazônia. O isolamento foi um dos maiores obstáculos a serem vencidos pelos migrantes. No entanto, pouco se falava sobre as adversidades as quais todos os trabalhadores estavam imersos. A revista Manchete, por exemplo, serviu de grande veículo de divulgação e massificação da a imagem positiva da construção da Transamazônica.

A proposta de construção da Transamazônica nasceu junto com o Plano de Integração Nacional (PIN) que fora assinado pelo presidente da República Emílio

¹³⁸ MELO NETO, João Cabral de. Op cit.

Garrastazu Médici, dez dias depois do seu discurso, na cidade do Recife, no dia 06 de junho de 1970 após uma visita ao interior do Nordeste.¹³⁹

Segundo Petit, um fator importante que teve bastante influência no desenvolvimento dos projetos de integração da região Norte é anterior a este período, estando vinculado ao surgimento da CEPAL (Comissão econômica para a América Latina e o Caribe). Criada pela ONU em 1948 por iniciativa de vários intelectuais dispostos a discutir a participação deste continente em relação ao mundo a comissão adotava um modelo de desenvolvimento, cujos países latino-americanos só conseguiriam se desenvolver se destruísse o paradigma ditado pela Divisão Internacional do Trabalho (DIT) que, anteriormente, havia colocado estes países como fornecedores de matérias-prima e consumidores de produtos industrializados, condenando-os à dependência perpétua. Este conceito fora estendido à observação interna do Brasil analisando as disparidades das regiões norte/sudeste.¹⁴⁰

A rodovia então, surgiria como responsável pelo processo de desconstrução do modelo imposto à região Norte, transformando-a em área produtora e exportadora de bens para as demais regiões brasileiras e estrangeiras.

2.1 A Rodovia

*Partindo de conexões com a rede rodoviária do Nordeste atravessará a Belém-Brasília na altura de Marabá, as margens do Tocantins, para, em seguida, cruzar as bacias do Xingu e do Tapajós e alcançar Humaitá, onde se encontrará com a estrada Porto Velho-Manaus. Com seus 1750 Km, a estrada, que se poderá chamar de Transamazônica, conectará os pontos terminais dos trechos navegáveis dos afluentes meridionais do rio Amazonas e será uma vereda aberta ao nordestino para a colonização de enorme vazão demográfico e o início da exploração de potenciais até então incessíveis.*¹⁴¹

Como se pode perceber na reportagem acima, a construção da rodovia era colocada pelo Estado e repetida pela grande imprensa como uma espécie de solução para os problemas enfrentados pela população nordestina, oprimida pela estrutura fundiária e sofrida pelas secas consecutivas. A “vereda aberta ao nordestino” passou a ser propagandeada aos quatro cantos do país. Não obstante, é importante ressaltar que a

¹³⁹ Plano de Integração Nacional *apud* SILVA, Maria Ivonete Coutinho da. **Mulheres Migrantes na Transamazônica: Construção da ocupação de fazer política**. Tese de doutorado UFPA, 2008.

¹⁴⁰ Petti, Pere. *Chão de promessas: Elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964*. Belém editora Paka-Tatu 2003.

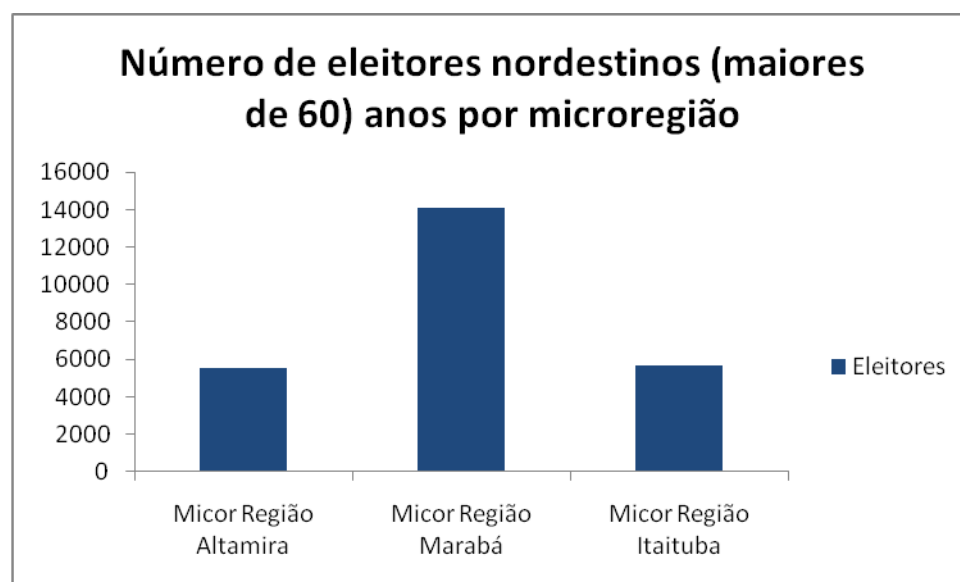
¹⁴¹ Jornal do Brasil, 17/6/1970 *apud* VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária**. ZAHAR editora, Rio de Janeiro, 1981. p. 145.

região de destino dessas massas de “futuros” colonizadores era descrita como um imenso vazio demográfico, fato que não corresponde à realidade vivenciada na época. Segundo Ianni, a migração para a região norte, em especial para o sul do Pará, já ocorria em escalas consideráveis desde a construção da rodovia Belém-Brasília nos anos 1956-60, assim, entre 1960-70 já havia uma grande quantidade de posseiros nas regiões de Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, Marabá e outras.¹⁴² Essa característica da região Sul/Sudeste do Pará pôde ser observada a partir de nossa pesquisa de campo, que evidenciou a chegada de grande quantidade de trabalhadores nordestinos ao Pará bem antes do projeto estabelecido pelo PIN. Cerca de 40% dos entrevistados nesta área chegou antes da década de 1970 para trabalhar principalmente como camponeses em terras devolutas ou na extração da castanha.

É importante ressaltar que o projeto de Transamazônica tinha como objetivo, também, a ligação do Brasil com o oceano pacífico a partir de conexões rodoviárias com o Peru. Os quilômetros rodoviários do lado vizinho seriam construídos em parceria com governo brasileiro.

Esses dados podem ser fortalecidos quando observamos a quantidade de leitores, segundo dados do TER-PA de 2011, de origem nordestina e que tem idade superior a sessenta anos.

GRÁFICO I



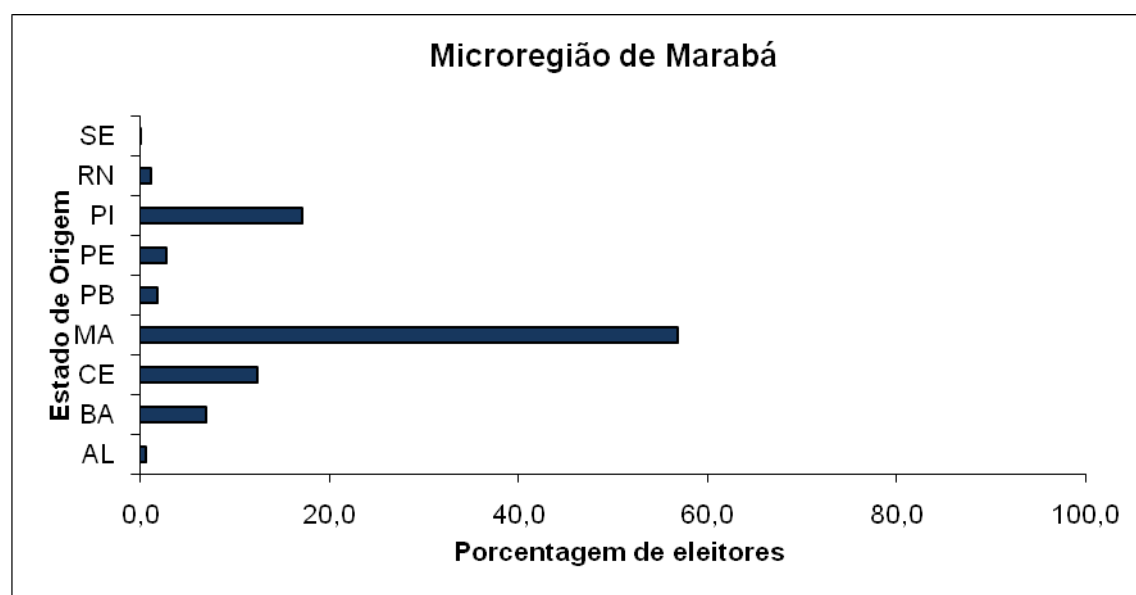
¹⁴² CF. IANNI, Octavio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Editora Vozes, Petrópolis, 1979.

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Pará, 2011.¹⁴³

Observamos que a microrregião de Marabá, localizada na região sudeste do Pará possui uma quantidade muito maior de eleitores nascidos no Nordeste e que tem idade superior a sessenta anos. Este fato nos leva a concluir, fortalecendo a idéia de Ianni, de que a migração para esta região do Estado do Pará começou antes mesmo da construção da rodovia Transamazônica. Concluímos isto a partir também de nossas entrevistas, uma vez que o perfil do trabalhador migrante é jovem, não ultrapassando os 30 anos normalmente.

Comumente os migrantes que chegavam ao Pará por imigração espontânea, antes do processo desenvolvido pelo Governo Federal, entravam no estado percorrendo rios que ligam o Nordeste ao Norte, localizados entre o Estado do Maranhão e do Pará. Este fator elevou em muito o número de migrantes instalados no Pará e de origem maranhense.

GRÁFICO II



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Pará, 2011.

Acima podemos observar que o o percentual de eleitores alocados em zonas eleitorais da cidade de Marabá – PA e de origem nordestina, são em sua grande maioria maranhenses e piauienses, corroborando a observação de Ianni acerca do movimento de

¹⁴³ Os gráficos referentes ao eleitorado nordestino presente no Pará foram construídos a partir de dados obtidos junto ao banco de dados de eleitores do estado do Pará no ano de 2011.

migração espontânea realizada através de rios da região, negando a idéia de vazio demográfico neste região amazônica.

No discurso realizado no Recife em 6 de junho o presidente da República falou sobre a situação do povo nordestino e prometeu mudanças.

*Aqui vim pra ver, com os olhos de minha sensibilidade a seca deste ano, e vi todo o drama do Nordeste. Vim ver a seca de 70 e vi o sofrimento e a miséria de sempre. Agradeço a Deus a inspiração de fazer esta viagem de emergência, uma viagem inesperada, de flagrante, apressada, parando um pouco em cada lugar pra ver as coisas e os homens que eu queria ver... Vi a paisagem Árida, as plantações perdidas, os lugarejos mortos... a desolação...*¹⁴⁴

Neste discurso o então presidente da República não falou nenhuma novidade em relação às ações do governo para ajudar o povo do Nordeste, pelo contrário, em seu discurso se observa apenas a confirmação daquilo que já era sabido pelo Estado, como dito em “Vim ver a seca de 70 e vi o sofrimento e a miséria de sempre.”

A questão social do Nordeste, como já foi observado, era marcada pela concentração de terras e pela influência dos coronéis e seus herdeiros e políticos que reproduziam as condições fundiárias existentes desde séculos anteriores.

Os chefes políticos municipais nem sempre são autênticos ‘coronéis’. A maior difusão do ensino superior no Brasil espalhou por toda parte médicos e advogados, cuja ilustração relativa, se reunida a qualidades de comando e dedicação, os habilita a chefia. Mas esses mesmos doutores, ou são parentes, ou afins, ou aliados políticos dos coronéis.¹⁴⁵

A massa de trabalhadores rurais era obrigada a viver sob um regime no qual a sobrevivência dependia das “benesses” dos latifundiários que, por sua vez reproduziam a relação dialética entre patrão e empregado, herdada de gerações anteriores, onde o patrão era representado como um homem sério e comprometido com o sustento de seus *apadrinhados*. Estes por sua vez tinham a obrigação de reconhecer a virtude de seu *padrinho* e confiar-lhes a responsabilidade de trazer as melhorias necessárias.

¹⁴⁴ Discurso do Presidente Médici em Recife, 6 de junho de 1970 *apud* ALCATRAZ, Flávio. **Transamazônica: A redescoberta do Brasil**. Livraria Cultura Editora, São Paulo, 1972. p. 17. Livro produzido pelo jornalista Flávio Alcatraz a partir de suas experiências nos trechos em que se seguiam os trabalhos da construção da rodovia.

¹⁴⁵ LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. Rio de Janeiro: Editora Nova fronteira, 1997. p. 41.

O Deputado Fernando Lira do MDB-PE descrevia a situação do trabalhador rural.

Na região do açúcar, os trabalhadores têm seus salários permanentemente em atraso. Arbitrariedades são cometidas contra seus direitos, sendo sem conta os casos de violência pessoal de proprietários de terras sobre seus moradores, com despejos forçados, destelhamentos, arrasamento de lavouras e o mais que a história do latifúndio encerra como crônica de miséria e exploração humana. A qualquer tentativa de reação a esse estado de coisas, o labéu de comunista ou “subversivo” é invocado pelo proprietário de terra, ou pelos prepostos dos usineiros, impedindo-se assim o mais leve movimento de reivindicação dos trabalhadores.¹⁴⁶

Evidencia-se com o discurso de um parlamentar em pleno auge da ditadura civil-militar brasileira um grito de socorro em favor dos trabalhadores expropriados de todos os seus direitos enquanto trabalhadores do campo, mas principalmente enquanto seres humanos.

Outra situação bastante comum era a bagunça na administração municipal, ocasionada pela incompetência administrativa, mas também como parte da estratégia de dependência e paternalismo que alimentam a relação coronel – trabalhador rural.¹⁴⁷ Essa situação é agravada pelas rivalidades entre diferentes grupos políticos, onde as “relações do chefe local com seu adversário raramente são cordiais. O normal é a hostilidade.”¹⁴⁸

Não obstante, uma das maiores mazelas existentes nessa sociedade é também responsável pela manutenção da influencia dos “coronéis” no meio rural. Esta por sua vez se manifesta através da ineficiência do poder público enquanto gestão. Nas idéias de Victor Nunes:

A rarefação do poder público em nosso país contribui muito para preservar a ascendência dos ‘coronéis’, já que, por esse motivo, estão em condições de exercer extra-oficialmente, grande número de funções do Estado em relação aos seus dependentes.¹⁴⁹

Contudo, a organização dos trabalhadores e o surgimento de organizações como as Ligas Camponesas nos anos cinquenta e posteriormente sua reaparição nos anos sessenta, antes do golpe civil-militar, que lutaram por direitos à posse da terra e chamaram a atenção de vários setores da sociedade fizeram com que a tênue linha que

¹⁴⁶ Discurso na Câmara de Deputados, em 14 de abril de 1971. *Apud* PEREIRA, Osny Duarte. A **Transamazônica: Prós e contras**. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1971. p. 163/164.

¹⁴⁷ LEAL, Vitor Nunes. *Op cit.*

¹⁴⁸ *Idem*. p. 61.

¹⁴⁹ *Idem*. p. 62-63.

mantinha os laços entre patrão e empregado ficasse prestes a se romper. Por esse motivo, os militares, ao assumirem o poder tentaram silenciar qualquer organização em prol das lutas por direitos dos trabalhadores rurais, em especial os do Nordeste, berço das ligas. Anos mais tarde, já no fim da década de 1960 e início de 1970 as tensões voltaram a se agravar devido às sucessivas secas e à escassez de alimento para as famílias pobres do sertão nordestino.

Além da seca e da falta de alimentos os trabalhadores rurais sofriam com as práticas dos proprietários que adotavam a política de expulsão dos moradores de suas propriedades, a quantidade de camponeses morando precariamente nas pontas de rua dos municípios crescia particularmente em Pernambuco após o golpe de 64¹⁵⁰.

Vale lembrar que a situação de calamidade representada pelos jornais da época não representava a condição de toda a população do sertão, uma vez que as elites sertanejas passavam com certa tranquilidade pelos anos de secas prolongadas, utilizando-se das mais diversas estratégias, entre elas possuir mais de uma fazenda em diferentes regiões. “Essa variedade de propriedade poderia significar uma maior gama de alternativas de deslocamento dos gados e das famílias dos fazendeiros”¹⁵¹.

Também se faz importante entender os motivos que levavam à repercussão das secas em jornais como o Diário de Pernambuco, onde se percebia um discurso, muitas vezes orquestrados pelos administradores e latifundiários locais que,

*Foram gestados para perdão de dívidas, justificar fragilidades administrativas, para ressaltar a força ou sofrimento de determinada família. Assim, não era raro encontrar documentos que se privilegiavam imagens fortes da miséria da seca com o intuito de referendar solicitações quanto ao prazo de dívidas, ou pedir mais apoio das autoridades.*¹⁵²

Ao final da década de 1960 e início da de 1970 as elites perceberam que tal estrutura não comportava mais as tensões geradas em seu bojo. Era necessário se fazer algo para reduzir estas tensões sociais do Nordeste, que se agravavam dia após dia devido a sua arcaica estrutura de concentração fundiária aliada aos sucessivos anos de

¹⁵⁰ ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o sindicalismo rural**. Recife: UFPE, 2005.

¹⁵¹ JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira. **O Açoite da seca: Família e Migração no Ceará (1780-1850)**. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

¹⁵² JUNIOR. *Op cit.*

seca enfrentada pela população sertaneja.¹⁵³ Os jornais noticiavam diariamente a calamidade e o desespero vivenciados por parte dos sertanejos, sem, no entanto, esclarecer os motivos sociais para tal situação, relatando apenas os aspectos naturais da seca no sertão. A tensão social pela qual passava a região se manifestava com cidades sendo ocupadas por flagelados que reivindicavam suporte por parte do governo, como visto no Diário de Pernambuco que noticiou a exemplo do que já fora mencionado anteriormente a invasão de cidades por flagelados desesperados por comida. Observamos as notícias dadas todas em janeiro de 1971: ***Flagelados Invadem e fazem ameaças: Sanharó***¹⁵⁴ e no dia seguinte nova invasão é destaque no jornal, ***Nova invasão em Sanharó, 500 flagelados na cidade***¹⁵⁵, no mesmo mês outra manchete a respeito de invasão de cidades por flagelados foi destaque no jornal pernambucano: ***Cerca de 500 flagelados invadem Buíque***¹⁵⁶.

As notícias sobre a invasão de cidades não circulavam apenas em Pernambuco, também repercutiam em jornais de outras regiões como visto em O Liberal, do estado do Pará, que noticiou o mesmo ocorrido na cidade de Sanharó no dia 23 de janeiro de 1971 com a manchete ***Flagelados cumprem ameaça: Sandaró foi invadida ontem***¹⁵⁷. Essa notícia acerca da ocupação da cidade de Sanharó merece destaque aqui, pois fora noticiada em muitas regiões do país. Além do Diário de Pernambuco e de O Liberal a mesma notícia foi dada pelo O Estado de São Paulo da seguinte forma: “Quinhentos flagelados, em sua maioria mulheres e crianças invadiram a cidade de Sanharó, em Pernambuco”.¹⁵⁸

Com as manchetes acima podemos apreender algumas posições defendidas pelos jornais, entre elas a utilização do termo invasão, que conota uma agressão à propriedade, como se aquelas cidades não fossem também daqueles trabalhadores, colocando-os na condição de estrangeiros em sua própria terra. Além do termo colocado na matéria, observamos também a preocupação do mesmo em quantificar os

¹⁵³ IANNI, Octavio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Editora Vozes, Petrópolis, 1979.

¹⁵⁴ Flagelados Invadem e fazem ameaça: Sanharó. Diário de Pernambuco, 19 de Janeiro de 1971.

¹⁵⁵ Nova Invasão em Sanharó, 500 flagelados na cidade. Diário de Pernambuco, 20 de janeiro de 1971.

¹⁵⁶ Cerca de 500 flagelados invadem Buíque. Diário de Pernambuco, 24 de janeiro de 1971.

¹⁵⁷ Flagelados cumprem ameaça: Sandaró foi invadida ontem. O Liberal, 23 de janeiro de 1971. Observa-se um erro na escrita do nome da cidade ocupada pelos trabalhadores e uma diferença de um dia em relação à data da invasão.

¹⁵⁸ O Estado de São Paulo, 21/01/1971 *apud* PEREIRA, Osny Duarte. **A Transamazônica: Prós e Contras**. Civilização brasileira, Rio de Janeiro, 1971. p. 164.

“invasores”, estratégia que nos parece intencionalmente feita para legitimar o discurso sobre a grandiosidade do ocorrido e o perigo eminente.

A cidade enquanto lugar de convívio social é esquecida e surge no discurso uma cidade propriedade dos que lá estavam antes da “invasão”, oferecendo recursos para a formação de uma memória que colocaria os trabalhadores flagelados como causadores de problemas sociais e não como vítimas maiores da situação. É curioso o fato de que apesar do uso do termo “invasão” se observa na descrição dos “invasores” feita pelo jornal paraense que diz: “*são em número de 500, na maioria mulheres e crianças...*”.¹⁵⁹ O tom de ameaça evocado pelo termo invasão entra em contradição com a descrição dos que “ameaçaram a ordem” na cidade. As notícias poderiam ser dadas das mais diversas formas, por exemplo: “*Mulheres e seus filhos famintos pedem atenção do governo para com os flagelados*”, os tons de ameaça à população e a ordem cívica seriam então abandonados e dessa forma o Estado é que seria colocado em xeque por deixar que famílias morram desnutridas à beira de estradas. O porquê da escolha dos termos utilizados nas manchetes é explicado por alguns fatores, entre eles o período de dura recessão política e os interesses das elites dirigentes da imprensa no período estudado.

A passividade com que eram tratados os trabalhadores que fugiam da seca e pediam ajuda aos governos municipais ficou evidente na matéria publicada no dia dezoito de julho de 1970.

Imagem II

¹⁵⁹ Flagelados cumprem ameaça: Sandaró foi invadida ontem. O Liberal, 23 de janeiro de 1971.

Flagelados perturbam prefeito de Sta. Cruz até durante missa

SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE (De Antônio Miranda) — O padre-prefeito deste Município, José Pereira de Assunção, conhecido por "Padre Zuzinha", tem passado por momentos vexatórios, com o número de flagelados, que têm batido à sua porta, à procura de emprego, alimentos e dinheiro. Padre Zuzinha não tem sossego. Se está em casa, quase não pode fazer refeição; na Prefeitura, dezenas de pessoas se aglomeram à porta do edifício e muitas penetram até no gabinete do chefe do executivo; na igreja, quando vai celebrar a missa, a avalanche de gente não é menor. Centenas de homens, principalmente, procurando trabalho e alimentos, têm deixado padre Zuzinha meio agoniado do juízo.

Segundo revelou pessoa ligada ao prefeito de Santa Cruz do Capibaribe, o mesmo não tem podido fazer a sua feira semanal, para o seu sustento, umas vezes, porque não tem o dinheiro suficiente para isto; outras vezes porque quando faz as compras, distribui quase tudo com as pessoas que vão pedir socorro. É que padre Zuzinha, mesmo antes de ser pre-

feito, sempre possuiu espírito de caridade e desprendimento. Como sacerdote, o prefeito deste Município leva uma vida de humildade cristã, renunciando ao conforto.

Quanto à situação da prefeitura, não é das melhores, segundo informou a mesma fonte. Arrecadação baixa, despesas altas. Dos serviços públicos, considerado da maior importância, está o do abastecimento d'água. A Municipalidade assinou convênio com o SANEPE para a execução das obras de abastecimento do líquido, a fim de livrar os santacruzenses de um martírio de muitos anos. Os trabalhadores seguem em bom andamento, com a construção de reservatório, estação de tratamento e implantação da rede adutora.

Padre Zuzinha já cansou de bater à porta do governo, para que mande abrir frentes de serviços neste Município, a fim de atender aos habitantes de Santa Cruz, especialmente, os da zona rural, que estão comendo o pão que o diabo amassou. No interior do Município, perdeu-se toda a safra agrícola, não tem mais água para beber e o povo está quase a morrer de fome.

SÁBADO, 18 DE JULHO DE 1970 — 1º CADERNO — P. 8

Fonte: Diário de Pernambuco, 18 de julho de 1970.

A publicação acima, que possui uma manchete bastante jocosa com relação à referência feita aos trabalhadores, além de tratá-los como inconvenientes na cidade, procura utilizar a matéria como ferramenta de cobrança por mais recursos para a o município. Em verdade a matéria é utilizada como porta voz do então, prefeito Padre Zuzinha. O Padre é caricaturado como pessoa do povo e caridosa, exaltando ainda, a qualidade de clérigo da cidade, sem no entanto, ouvir as reivindicações reais do trabalhador.

Nos discursos dos jornais de grande circulação como o Diário de Pernambuco e o Liberal do Pará, a situação do trabalhador rural nordestino estava constantemente sendo noticiada de forma a levar os leitores a formarem um conceito acerca deste povo. Sendo estes completamente dependentes dos grandes fazendeiros e do Estado, e nos casos citados, considerados uma ameaça à estabilidade política da região, entretanto, não havia problematização alguma sobre os motivos que levavam a essa tensão social, apenas a seca era apontada como vilã do povo sofrido do sertão. Os trabalhadores rurais não chegavam a se organizar em torno de uma instituição que reivindicasse algo concretamente, visto que os sindicatos e as ligas foram progressivamente desarticulados pelo governo ditatorial desde 1964, estas invasões se limitavam a pedir o alimento que faltava em suas mesas.

As matérias que falavam acerca das invasões de cidades, além subjugarem os trabalhadores a condição de dependentes, corrobora a percepção de que as frentes de trabalho desenvolvidas ao longo das regiões atingidas pela seca não atingiram seus objetivos, ou seja, a maior parte da população continuava passando fome. Houve, então, ineficácia por parte destas frentes.

De forma mais genérica, nos primeiros meses o Diário de Pernambuco mostrou-se um pouco receoso em relação à grande estrada, veiculando nos meses iniciais algumas opiniões de políticos contrários à execução do projeto, como o senador Ermírio de Moraes. No entanto à medida que os meses se passaram observou-se cada vez menos espaço para discussões e questionamentos, que por sua vez foram substituídas por elogios e exaltações da importância da grande obra.

Apesar de pouco debatida nos jornais de grande circulação, a Transamazônica despertou grande debate no meio público. O senador Ermírio de Moraes foi um dos políticos que demonstraram oposição ao projeto em seus discursos no senado brasileiro. O Diário de Pernambuco, por sua vez veiculou nos meses seguintes ao anúncio da construção da rodovia algumas matérias com opiniões contrárias à construção, mas a maioria delas muito mais preocupada com a retirada de incentivos financeiros do Nordeste do que com a viabilidade do projeto. Contudo O senador pernambucano mostrou-se sóbrio em suas argumentações.

“O senador Ermírio de Moraes, em seu discurso, procurou mostrar que a Transamazônica, pelo seu traçado, beneficiaria estrangeiros que adquiriram terra na Amazônia”.¹⁶⁰

Outra matéria importante acerca do tema e que demonstrava desconfiança em relação à rodovia foi publicada no mesmo jornal em 19/07/1970 com duas páginas inteiras e cuja manchete dizia: “Transamazônica – um grande sacrifício imposto ao Nordeste”,¹⁶¹ mais uma vez demonstrando apego apenas ao fato da retirada de recursos financeiros da região para construção da rodovia, sem levar em consideração uma discussão mais profunda sobre os efeitos do mega projeto federal.

Contudo, essa preocupação foi perdendo espaço para grandes matérias explicativas que tentavam convencer o público da “melhor saída” para a miséria nordestina. Miséria esta, que era exposta com o máximo de sensacionalismo possível como podemos ver a seguir.

¹⁶⁰ Diário de Pernambuco. 09de julho de 1970.

¹⁶¹ Diário de Pernambuco. 19 de julho de 1970.

Um exemplo dos discursos tendenciosos pronunciados pelos jornais em relação aos sertanejos nordestinos, podemos observar a matéria citada a seguir que expõem e explora os momentos de maior desespero do trabalhador. Diante da fome que acometia sua família, se viu obrigado a sacrificar um dos únicos instrumentos de trabalho, a fim de saciar a fome iminente. Nesse caso o instrumento fora um jumento, que servia para a lida diária, mas que diante do quadro de miséria, transformou-se em alimento para a família, a matéria intitulada **Comeram jumento:**

*Sem alimentação para dar a suas famílias, os lavradores, tentando amenizar a fome chegaram a matar jumentos para aproveitar sua carne, segundo relatou o prefeito Humberto dos Anjos isto é um retrato vivo do alto do sertão alagoano nos dias atuais.*¹⁶²

Observa-se a intenção do jornal em explorar ao máximo a situação de miséria dessa família a fim de chamar a atenção do público leitor e principalmente das autoridades competentes, justificando assim mais intervenções em socorro dos municípios nordestinos. Todavia, como já fora mencionado, esses discursos eram, em geral, direcionados a concretizar mais investimentos estatais na região e perdoar dívidas antigas já acumuladas¹⁶³.

Nesse contexto a Transamazônica e as demais estradas projetadas para serem construídas pelo governo federal surgiriam, segundo o governo, como a solução para essas mazelas sociais vivenciadas pelo Nordeste. Dentro desse contexto inseria-se a ideologia do PIN:

- Construir essas estradas de forma a propiciar a ocupação dos vales úmidos e espaços vazios existentes em larga faixa inexplorada do território nacional, ensejando a utilização ordenada e racional; de mão de obra excedente da região semi-árida, mediante vigoroso plano de colonização que haverá de contribuir decisivamente para a conquista da Amazônia e para sua incorporação econômica e social ao patrimônio da nação. A transamazônica e a Cuiabá-Santarém constituirão verdadeira espinha dorsal de um vasto programa de deslocamento de trabalhadores dos sertões semi-áridos, visando sua adequada fixação em extensas e férteis áreas situadas nos estados do Maranhão, Pará e do Planalto central, de modo de modificar a médio e longo prazos, a face das duas regiões.

¹⁶² Diário de Pernambuco, 28 de agosto de 1970.

¹⁶³ ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz. **A Invenção do Nordeste e ou outras artes**. Editora Cortez, São Paulo, 2001. p. 35.

- Acautelar o eventual desvirtuamento da função colonizadora da importante ligação terrestre, prevenindo a ocupação desordenada de suas margens e o desempenho das atividades econômicas especulativas ou predatórias da terra. Para tanto reservar para a colonização, faixa de terra de cerca de 10Km, à esquerda e à direita do eixo da estrada, em toda sua extensão, de modo que nessa larga faixa de 20Km possam os setores competentes do governo federal e dos governos locais, coordenadamente planejar e executar racional programa de ocupação da terra e sua adequada e produtiva exploração econômica.

- Promover o aproveitamento – tão amplo quanto as condições técnicas de construção das obras rodoviárias permitissem e as condições sanitárias das frentes de serviço admitissem – de mão de obra nordestina, recrutando-se trabalhadores especializados e não especializados nas áreas mais afetadas pelas secas, para aproveitamento nas mais variadas frentes de construção de estradas e criando estímulos para a fixação familiar pelo oferecimento de terras agricultáveis, sob garantia e assistência adequadas.¹⁶⁴

No trecho acima percebemos que de acordo com o PIN, a região amazônica, pela qual passaria a estrada, era classificada como um imenso vazio demográfico a ser povoado e explorado. No entanto, essa tese desconsiderava a população indígena e ia mais longe desconsiderando também o grande contingente populacional oriundo de todas as regiões do país, principalmente do Nordeste, que já migrava em escala considerável antes mesmo do projeto de colonização dirigida, orientada pelo estado brasileiro. Observa-se também que ficaria a cargo dos poderes locais parte da organização e implantação do projeto de colonização nas margens da rodovia, contudo, os governos estaduais e municipais possuíam pouca estrutura administrativa para gerir projetos de tal dimensão, além disso, estavam comumente envolvidos em casos de corrupção.

Os lotes oferecidos aos trabalhadores migrantes eram de cem hectares e cada colono tinha vinte anos para pagar por eles, com juros pequenos e facilidades para obtenção de crédito que viabilizasse a produção. No entanto, os lotes eram distribuídos sem obedecer critérios de produtividade do solo, o que foi um erro, pois numa área tão vasta há vários tipos de solo e relevo, além disso o crédito também não foi abundante como fora noticiado e será verificado na páginas seguintes.

Alguns trabalhadores entrevistados, todavia, alertaram que na época dos assentamentos havia “compra” de lotes com mais ou menos produtividade nas margens da rodovia. Exemplo dessas “arrumações” é o caso do seu Zé que mesmo sendo

¹⁶⁴ PIN *apud* SILVA, *op cit.* 2008. p. 35.

funcionário do INCRA, e por conta disso não poderia obter lotes sob nenhuma circunstância, conseguiu lotes de terras, colocando-os em nome de sua esposa.

Ainda encarei um lote, mesmo funcionário do INCRA, mas consegui pôr um lote no nome de minha mulher...não podia, mas como eles precisavam do serviço, não tinha quase mão de obra e eu tinha amizade boa né.¹⁶⁵

Tal prática entendida pelo entrevistado como uma consequência dos bons relacionamentos que ele tinha na época, parece-nos uma evidência de prática ilegal e comum na época, expondo o projeto a um risco contra a eficiência de sua execução.

Ora, se o projeto visava a integração do norte em socorro ao Nordeste, tal prática apenas transferia os problemas sociais de uma região para outra.

A migração de trabalhadores rurais e seus familiares para a região amazônica intensificou-se bastante desde 1970. Ela já ocorria em escala notável antes dessa data, se tomarmos por exemplo o que vinha ocorrendo no sul do Pará, desde a construção da rodovia Belém-Brasília nos anos 1956-60.¹⁶⁶

Este fato foi constatado a partir da região de Marabá e Palestina do Pará, onde foram encontrados muitos trabalhadores rurais que chegaram à região amazônica, oriundos do Nordeste, anos antes da construção da rodovia Transamazônica. Vejamos o caso de seu Almir, que chegou a região de Palestina do Araguaia décadas antes do projeto de colonização dirigida pelo governo.

Eu sou maranhense, da região de Grajaú... no Pará eu vim a primeira vez em 54, voltei em 56 e definitivamente em 57...o pessoal morava todo na beira do rio, a atividade era a pesca e alguma roça na beira do rio, mas não tinha comércio pra nada, o que você fazia era só pra alimentação, negócio de produção agrícola não tinha comercialização...¹⁶⁷

Note-se que segundo seu Almir, a região era habitada prioritariamente a beira do rio Araguaia e não era comum haver produção agrícola com fins comerciais. Essa região foi bastante povoada por nordestinos, em sua maioria, maranhenses que fugiam da situação social vivenciadas lá, mas reproduzida em outros estados do Nordeste e

¹⁶⁵ Entrevista realizada em fevereiro de 2011 na cidade de Brasil Novo – PA.

¹⁶⁶ IANNI (1979, p. 11).

¹⁶⁷ Entrevista realizada em Palestina do Pará em Fevereiro de 2011.

buscavam terras devolutas, nas quais pudessem viver com dignidade, sem a exploração de latifundiários ou dependentes das chuvas que comumente não vinham.

Outro Maranhense que chegou a região antes do mega-projeto estatal foi seu Francisco.

*Rapai, nós viemos em 53 do maranhão eu vim menino nesse tempo né... com finado meu pai que já morreu, aqui pela Goiás, que hoje é Tocantins...lá moramos 9 anos aí de lá meu pai mudou aqui prum lugar chamado Santa Cruz...cheguei em 64 aqui em Palestina...*¹⁶⁸

Os dois exemplos acima ilustram bem o paradoxo entre o que era dito pelo governo e reproduzido nos jornais acerca do “imenso vazio demográfico” e o que era vivenciado pelos trabalhadores. Como se pode constatar pelos depoimentos acima a corrente migratória já ocorria para a região de forma espontânea. Por isso “a própria leitura ou interpretação destas mudanças pelos atores sociais oferece outro rico campo de investigação, demonstrando que não havia, pelo menos nessa região nenhum “vazio demográfico”. “A opinião dos trabalhadores rurais a respeito do seu próprio passado revela novidades”¹⁶⁹. Também se pode notar uma semelhança básica entre os migrantes dessa região. Suas trajetórias iniciais se constituem geralmente de famílias pobres de lavradores e sem terras que buscavam na região norte a solução para a pobreza enfrentada em suas terras natais.

Com relação ao início das obras de construção da rodovia, o jornal pernambucano utilizava termos como “*arrancada histórica*”, “*conquista*” e “*imenso mundo verde*”, para ratificar e corroborar o projeto governamental. Podemos observar também que a mesma notícia dada pela Folha de São Paulo foi dada pelo Diário de Pernambuco do grupo Assis Chateaubriand¹⁷⁰ da seguinte forma:

O presidente Médici aplaudiu entusiasticamente, a derrubada, em plena selva amazônica, ontem, de uma árvore de mais de 50 metros de altura simbolizando a transposição de mais um obstáculo a construção da rodovia transamazônica... seguindo-se o descerramento de uma placa incrustada no tronco de uma árvore com

¹⁶⁸ Entrevista realizada em fevereiro de 2011 em Palestina do Pará.

¹⁶⁹ DABAT, Christine Paulette Yves Rufino. **Moradores de Engenho**. Tese de doutorado. UFPE, Recife 2003, p. 35.

¹⁷⁰ O grupo Chateaubriand se tornou ao longo do século XX um dos maiores controladores da imprensa nacional, detendo emissoras de rádio, TV, jornais e revistas de circulação nacional como O Cruzeiro e sempre esteve ligado a arranjos políticos, como no caso do governo Vargas. Ver mais em MENEZES, Fernando Dominience. *Enunciados sobre o futuro: ditadura militar, Transamazônica e a construção do “Brasil grande”*. Dissertação de mestrado, UNB: 2007.

*os dizeres: “Nesta margem do Xingu, em plena selva amazônica, o senhor presidente da república deu início a construção da transamazônica, numa arrancada histórica para a conquista e a colonização deste gigantesco mundo verde. Altamira 9 de outubro de 1970.”*¹⁷¹

É importante notar que em nenhum dos dois jornais havia dúvidas sobre a viabilidade da obra ou seu verdadeiro custo social, ambiental e financeiro. O discurso dos jornais tenta avaliar o nível de satisfação do presidente e coloca a data sob a matiz de um *grande feito* de um *grande homem*. Característica permanente desse período da história brasileira, onde o aparelho repressivo do Estado estava incumbido de proibir a circulação de idéias contrárias ao regime, relegando ao povo a condição de coadjuvante.

Os tecnocratas do governo projetaram então a Transamazônica para perpassar regiões onde não havia ainda ocupação do Estado, em plena selva amazônica, mas também passava por algumas cidades que já existiam e tiveram suas dinâmicas completamente alteradas. Foi o caso de Marabá no estado do Pará, que na época já era tratada como um centro agregador da região, recebendo muitos migrantes do Nordeste, principalmente do Maranhão devido a sua proximidade e economia voltada para extração da castanha e mineração. Ao entrevistarmos moradores que habitavam a cidade durante o período de construção da rodovia observamos o impacto que a obra gerou na rotina da cidade e a perplexidade com que os habitantes observaram a gigantesca obra, levando a crer que a construção da transamazônica não passou pela apreciação popular antes de ser iniciada.

*Aqui era uma cidade muito pacata, pequena, só era esse núcleo da velha Marabá... misturou tudo, a insegurança aumentou consideravelmente... a cidade teve que crescer forçosamente, os pais não deixavam mais as crianças sair com medo de ser roubada, com medo de ser estuprada, que tem muito isso aqui, tinha medo de gente quando via o povo...”*¹⁷²

Pode-se perceber que o impacto da obra na rotina de uma cidade interiorana como Marabá pôde ser sentido por todos os habitantes, que não estavam acostumados com milhares de trabalhadores “forasteiros” chegando de uma só vez, gerando desconfiança e desconforto para os moradores. Apesar disso o comércio se beneficiou. Entretanto, os preços sofreram aumento devido ao aumento repentino da demanda, fato

¹⁷¹ Médici aplaude queda de árvore gigantesca na Amazônia. Diário de Pernambuco, Recife, 10 out 1970.

¹⁷² Entrevista realizada com dona Júlia em fevereiro de 2011 na cidade de Marabá, estado do Pará.

que também prejudicou os moradores. Os dados do Censo demográfico de 1980 mostram o crescimento demográfico da cidade de Marabá.

Quadro IV

População do Município de Marabá			
		Ano	Número de habitantes
Fonte: IBGE, MATTOS, Maria História de Itacaiúnas, Marabá, 1996.		1950	11.130
		1960	20.089
		1970	24.474
		1980	59.915

Censo demográfico *apud* Virgínie Bastos de Marabá. Gráfica

Podemos aferir com o quadro IV que a população de Marabá vinha duplicando entre as décadas de 1950 e 1960, tendo seu crescimento reduzido no intervalo 1960-1970, mas com um boom populacional na década de 1970, período em que a rodovia Transamazônica foi construída, atraindo grande quantidade de migrantes para a região.

A rodovia com quase dois mil quilômetros seria financiada em parte por recursos retirados da SUDENE, o que fez com que autoridades e políticos do Nordeste e outras partes do país se posicionassem – de forma discreta devido à situação política do país – contra o projeto. João Agripino, então governador da Paraíba, perguntado sobre a rodovia disse: “A Transamazônica? Não tem projeto.” E o Governador de Pernambuco Nilo Coelho: “Valha-nos Deus nesta emergência histórica!”.¹⁷³

A posição dos governadores citados era acompanhada por outros políticos do Norte e Nordeste. Alguns ironizavam a construção da rodovia que “serviria apenas para passear com as crianças”, diziam alguns políticos do Acre¹⁷⁴. O espanto e a desconfiança pela qual passava o projeto de construção da rodovia faziam sentido, pois a emergência com a qual foi tratada sua construção impediu, segundo esses políticos, estudos técnicos de viabilidade suficientes para um projeto que envolvia valores tão

¹⁷³ MORAIS Fernando. **Transamazônica**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1970, p. IX.

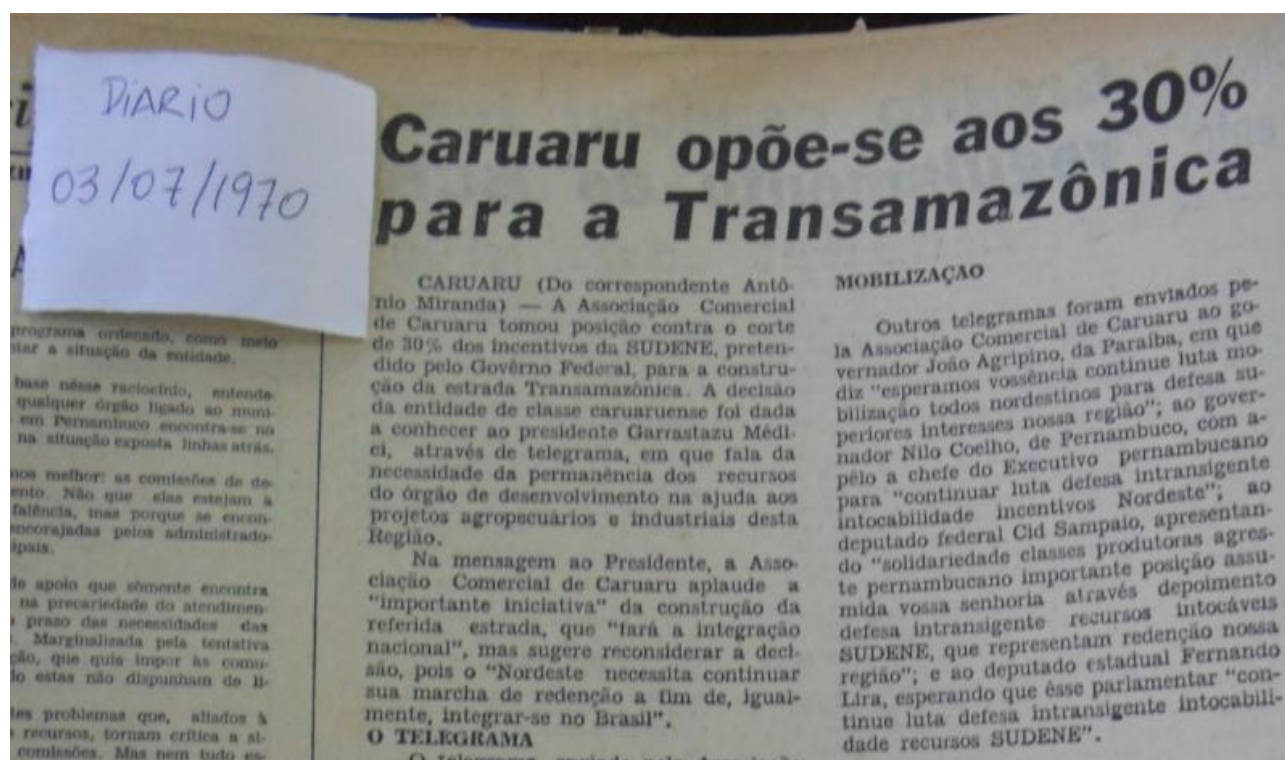
¹⁷⁴ Idem.

altos e mexeria com a vida social e financeira de duas regiões, que juntas representam mais de 40% do território nacional.¹⁷⁵

O clima de desconfiança em relação ao projeto ecoava entre algumas figuras públicas e chegara a circular em alguns jornais como no Diário de Notícias de Salvador que publicou texto de Luis Vasconcelos com o título *“Prejuízo do Nordeste”*, onde dizia *“O Nordeste vai perder 300 milhões de cruzeiros anualmente. Em quatro anos, prazo para execução do Plano de Integração Nacional, serão um bilhão e 300 milhões de cruzeiros..”*.¹⁷⁶

A pressa com que o Governo decidiu colocar em prática o PIN fez despertar uma série de desconfianças, que por sua vez não giravam em torno apenas da questão financeira, mas também em relação aos estudos prévios acerca da região ou impactos que a estrada traria para o meio ambiente. No entanto, as críticas que surgiram na mídia, em especial a pernambucana, representada pelo Diário de Pernambuco pouco, ou quase nada, discutiam profundamente as consequências da rodovia para a sociedade.

Imagem III

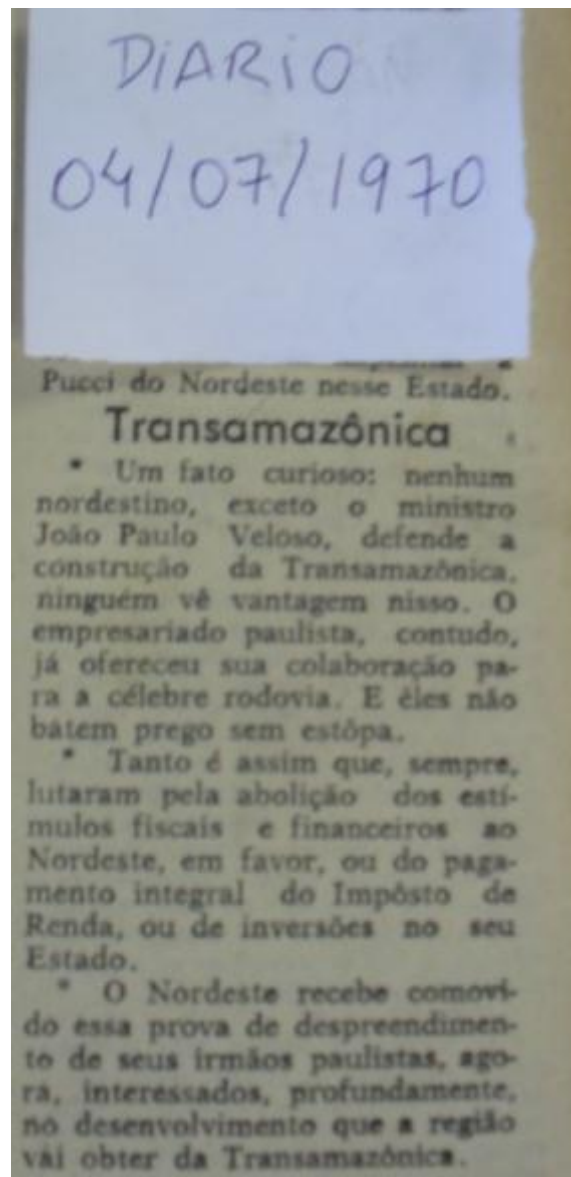


Fonte: Diário de Pernambuco, 03/07/1970.

¹⁷⁵ Divisão territorial segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

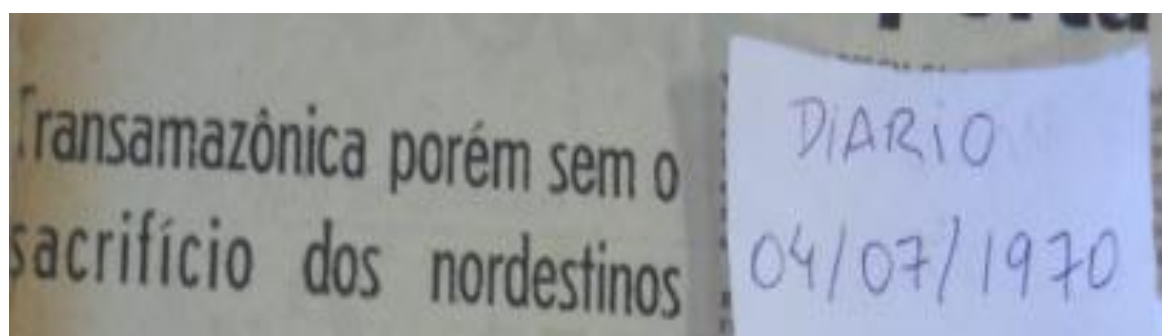
¹⁷⁶ PEREIRA, Osny Duarte. **Transamazônica: Prós e Contrás**. Civilização brasileira, Rio de Janeiro, 1971. p.159.

IMAGEM IV



Fonte: Diário de Pernambuco, 04/07/1970

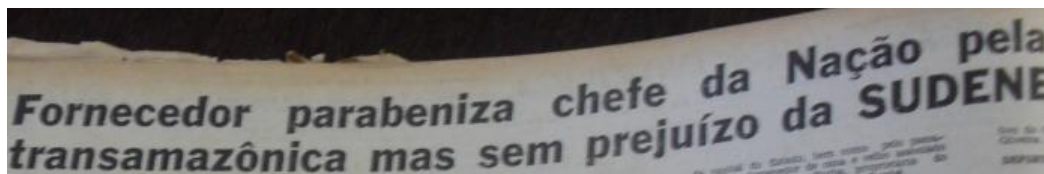
IMAGEM V



Fonte: Diário de Pernambuco, 04/07/1970

Acima, são matérias diferentes, mas encontradas na mesma edição do jornal.

IMAGEM VI



Fonte: Diário de Pernambuco, 08/07/1970.

IMAGEM VII



Fonte: Diário de Pernambuco, 15/07/1970.

Podemos constatar, a partir das matérias expostas anteriormente, que houve por parte do Diário de Pernambuco, a intenção de demonstrar a insatisfação dos políticos nordestinos frente à retirada dos incentivos fiscais da SUDENE do Nordeste, em benefício da construção da Transamazônica, contudo, tratando do tema central (a construção da rodovia e seus impactos para o país e seu povo) como mero coadjuvante.

Devemos esclarecer que a escolha de matérias tão próximas cronologicamente uma da outra se deu em primeiro lugar, por ser esse o período imediatamente após o anúncio da construção da rodovia e por consequência da retirada de verbas da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em segundo lugar, por ser exatamente esse o período (primeiros meses após o anúncio) onde se viu alguma crítica à construção da rodovia. Não obstante, tais críticas eram feitas por políticos preocupados com as perdas de verbas e em alguns casos investidores que vislumbravam queda nos seus lucros. Em nenhum momento a opinião pública de fato é consultada acerca do tema.

Neste caso, o Jornal atuou como porta voz das elites regionais, que seriam diretamente atingidas pelas medidas de diminuição dos incentivos fiscais, que normalmente alimentavam os cofres dos grandes proprietários, e chefes dos

departamentos de execução dos projetos da SUDENE que se beneficiavam economicamente e politicamente das ações da Superintendência.

Nesse período o Brasil já havia conhecido algumas tentativas de incorporação da Região Norte ao contexto político-econômico nacional, como as que ocorreram no governo de Vargas ou mesmo antes disso.¹⁷⁷ O século XX foi marcado por sucessivos projetos nacionais que visavam a efetiva incorporação sócio-econômica da Amazônia ao resto do Brasil. Ainda no século XIX houve um forte movimento migratório para a região norte em função dos seringais que ali existiam, o resultado desse avanço territorial foi a incorporação do Acre aos domínios brasileiros.

Segundo Secreto¹⁷⁸, o período Vargas foi responsável por uma transferência de grande contingente populacional da ainda recém-criada região Nordeste para o Norte do país. No entanto, nenhum dos projetos anteriores se mostrou, aos olhos do governo, tão viável como a Transamazônica¹⁷⁹. Isso se devia ao fato de que o contexto econômico vivenciado favorecia o otimismo.

O mito do desenvolvimentismo atingia todos os grupos sociais e políticos. Até mesmo o ex-presidente Kubitschek, que, apesar de perseguido pelo sistema político implantado em 1964, colocava em reportagem especial para a revista **Manchete** a Rodovia Transamazônica como uma das “21 razões para confiar no Brasil”. O ex-Presidente argumentava: “Podemos resumir o Brasil em um símbolo? Impossível. Mas podemos defini-lo através de 21 gigantescas realizações – verdadeiras maravilhas – que começam pela usina de Volta Redonda e chegam a Transamazônica.”¹⁸⁰

Desse modo, eram vários os fatores que levavam o governo a colocar tal projeto como uma de suas prioridades. Dentre esses fatores, alguns podem ser enumerados. Primeiro a necessidade de integração de uma vasta região pouco densa demograficamente e que, segundo a Doutrina de Segurança Nacional¹⁸¹, seria alvo de possíveis intenções de incorporação a outros países; Segundo, a necessidade de diminuir a dicotomia existente entre o desenvolvimento do Sul/Sudeste em detrimento do atraso

¹⁷⁷ SECRETO, Maria Verônica. **Soldados da Borracha: Trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas**. Editora fundação Perseu Abramo 2007

¹⁷⁸ *Idem*.

¹⁷⁹ PERE, Petit. **Chão de Promessas: Elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964**. Belém editora Paka-Tatu 2003.

¹⁸⁰ MENEZES, Fernando Dominienci. *Op cit* p.7.

¹⁸¹ No Brasil a doutrina de segurança nacional foi elaborada pela Escola Superior de Guerra (ESG) e representou o pensamento militar oficial do regime, sendo entendida como “Sistema nacional do *dever* ser destinada a orientação política”. (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. MANUAL BÁSICO, 1976 *apud*, MENEZES, 2007, p. 37).

do Norte/Nordeste; Terceiro a possibilidade de deslocamento de grandes contingentes populacionais “desocupados” (em virtude das secas) do Nordeste para a Região Norte, propagandeada como região de futuro próspero, como pode ser visto em discurso do presidente Médici, Citado por Petit:

*Somente quem testemunhou a caminhada de milhões de trabalhadores sem terra e, agora, vem à Amazônia contemplar essas paisagens de milhões de hectares ainda desaproveitados, pode sentir em toda sua crueza o quadro vivo de nossa luta pelo desenvolvimento...aquilo que não se pode fazer devido à escassez de capital pode ser feito com um programa integrado de colonização e de desenvolvimento com um número mínimo de recursos econômicos, capaz de gerar rapidamente riqueza e complementar sem inflação, o esforço necessário a dos dois problemas: o do homem sem terra no Nordeste e o da terra sem homens na Amazônia.*¹⁸²

Ancorados no grande *boom* que o governo federal fez emergir, algumas empresas se utilizaram do grande projeto rodoviário para beneficiar-se e ao mesmo tempo aumentar a ressonância dos dizeres oficiais do Estado. Exemplo dessa prática pôde ser observado na propaganda feita pela cervejaria Antártica, que abriu uma nova fábrica no município de Olinda-PE e estampava nas páginas da revista: “É a nova fábrica de cerveja, chope e refrigerantes da Antártica. Tem 77 mil metros quadrados de terreno. Depois dessa, você duvida que ninguém segura este país?”¹⁸³ E ao lado uma imagem ilustrativa da fábrica com a frase abaixo: “A Transamazônica: grande, moderna e serve a uma gigantesca área do Brasil.

¹⁸² PERE, Petit. *Op cit*, 2003. p. 87.

¹⁸³ Revista Manchete outubro de 1970 ed. Especial “Brasil 70” p.51

IMAGEM VIII



Fonte: Revista Manchete, outubro de 1970. Ed. Especial “Brasil 70” p. 51.

Esse tipo de apropriação do discurso estatal como estratégia de marketing não foi privilégio dessa empresa, há vários exemplos desta apropriação e reprodução discursiva visto em empresas como a Sul América, que na mesma revista de circulação nacional expõe: *“Ninguém segura este país. E a Sul América compartilha dessa convicção.”*¹⁸⁴ Ou na Metal Leve S.A. que também na revista Manchete coloca: *“Brasil Grande, nos o conhecemos desde pequeno.”*¹⁸⁵ Tal apropriação do discurso oficial do governo por parte de empresas privadas só fazia ecoar ainda mais no conjunto da sociedade os projetos e valores defendidos pelo primeiro.

Em contraste com o otimismo e os grandes avanços tecnológicos conhecidos pelo Brasil nessa época, havia a ausência do regime democrático, que se iniciara em março de 1964, mas que atingia seu período de maior repressão (às liberdades individuais) nos anos finais da década de 1960 e início da década de 1970, exatamente com o governo do general Emílio Garrastazu Médici.

Vários grupos de resistência ao Regime foram formados a fim de conseguir desestabilizá-lo e mobilizar a população de forma a pleitear a redemocratização do país. Entretanto, as sucessivas retaliações por parte do poder político vigente e o seu

¹⁸⁴ Revista Manchete, 07 de novembro de 1970 p. 135.

¹⁸⁵ Revista Manchete 05 de dezembro de 1970 p. 113.

investimento em propaganda, nas várias mídias atuantes no país, dificultavam a ação dos grupos oposicionistas¹⁸⁶. Nas palavras de Rollemberg:

*A luta das esquerdas revolucionárias nos anos 1960 e 1970 não visava restaurar a realidade do período anterior a 1964. Embora buscasse se legitimar na defesa da democracia, estava comprometida, sim, com a construção de futuro radicalmente novo, no qual o sentido da democracia era outro.*¹⁸⁷

O sentido da democracia citada por Rollemberg é um modelo aglutinador das camadas mais baixas da sociedade, não sendo excludente como o modelo existente desde antes dos acontecimentos de março de 1964 e que se baseava na grande propriedade e exclusão da grande massa populacional das possibilidades de ascensão social e econômica.

No entanto, as condições de exclusão social eram maquiadas pelo Estado, sendo uma das formas mais utilizadas pelo poder público para tentar produzir uma memória coletiva positiva do regime ditatorial e excludente instalado em março de 1964, o controle de tudo o que era veiculado pela mídia nacional.

2.2 Diretrizes do Governo para Mídia

*“Ao veicular textos que trazem a intenção de noticiar os fatos considerados importantes da cidade, do seu Estado e, mesmo, do país e do mundo, a imprensa faz questão de mostrar-se bem informada, a par de toda novidade que possa estar ocorrendo, querendo demonstrar, pois, plena autoridade para emitir opiniões e conselhos aos seus leitores.”*¹⁸⁸

Alguns autores como Elio Gaspari e Fernando Dominienci abordaram o tema da mídia no que tange a ditadura militar brasileira. O primeiro de forma mais genérica, mas não desinteressante, deixa claro como fora forjada as alianças de alguns grupos detentores de meios de comunicação com os governos ditatoriais no período de 1964 a 1985, já o segundo trabalho é dedicado em sua totalidade à análise dos discursos

¹⁸⁶ São exemplos desses grupos: MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro), atuação clandestina do PC do B (Partido Comunista do Brasil) que organizava guerrilhas, peças teatrais, entre outras atividades de oposição ao regime; VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) cuja uma das lideranças era um militar dissidente, o capitão Carlos Lamarca; ORM-Polop (Organização Revolucionária Marxista – Política Operária).

¹⁸⁷ FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves. (Orgs.) **O Brasil Republicano: O tempo da Ditadura**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. p. 48.

¹⁸⁸ GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Op cit. p. 165.

emitidos pelas duas maiores revistas de circulação nacional do período, O CRUZEIRO e MANCHETE, em relação a construção da rodovia Transamazônica. Sendo a revista O Cruzeiro pertencente ao grupo Assis Chateaubriant, cujo Diário de Pernambuco também pertencia, fato este que nos deu algumas pistas acerca do direcionamento editorial do jornal.

A mídia nacional, representada pela grande imprensa, formada por corporações como as organizações Globo, o Grupo Chateaubriand, entre outros, contribuiu grandemente para a formação de uma imagem positiva do regime. Os jornais menores, por ideologia, troca de favores,¹⁸⁹ ou diante da censura prévia e dos riscos de perseguição, prisão, tortura e morte, corroboravam da mesma forma o projeto político-econômico do governo¹⁹⁰.

Para se entender como a transamazônica foi noticiada nos jornais brasileiros, em especial os de Pernambuco e do Pará, é preciso saber que segundo O Manual Básico da Escola Superior de Guerra (ESG): “característica importante da comunicação de massa e social sob o ponto de vista do poder é que seus meios não só influenciam a ordem política, econômica, social e militar em que atuam como também, são influenciados por ela”¹⁹¹ Assim, para o governo militar existia uma relação íntima entre a mídia e o estado, devendo esta ser uma relação de mão dupla e harmoniosa, o que na prática poderia se converter em uma espécie prostituição midiática.

Outro mecanismo utilizado pelo Estado para cristalizar na memória popular a construção da Transamazônica como pedra fundamental da construção do “**Brasil Grande**” era se utilizar de propagandas nos mais diversos veículos de comunicação aliadas a imagens de artistas da época. Essa tentativa de cooptação ficou registrada pelo cantor e compositor Caetano Veloso com um depoimento realizado para o documentário ***Canções do Exílio: A labareda que lambeu tudo***, onde o artista diz que durante seu exílio lhe foi permitida a volta temporária ao Brasil para visitar sua família e

Quando chegamos no Galeão, o avião parou, a gente descia aquela escadinha assim e andava pelo chão do aeroporto, no pé da escadinha tinha um fusca, uns caras me pegaram e me jogaram no fusca...eles dali mesmo, do chão, da porta do avião saíram no fusca

¹⁸⁹ Alguns veículos midiáticos foram favorecidos pelo regime militar, em alguns casos chegando a se consolidar no cenário nacional. Ver mais em GASPARI (2002) e MENEZES (2007).

¹⁹⁰ A fim de evitar confusões acerca do conceito de mídia de massa, nos referimos aos veículos de grande alcance populacional como é o caso dos jornais de grande circulação, revistas, rádio e televisão.

¹⁹¹ MENEZES, Fernando Dominience. ***Enunciados sobre o futuro: ditadura militar, Transamazônica e a construção do “Brasil grande”***. Dissertação de mestrado, UNB: 2007. p. 40.

*comigo, eles tavam à paisana, me levaram prum apartamento...na avenida presidente Vargas...isso durou seis horas...eles estavam me pressionando, eles queriam que eu fizesse uma canção louvando a construção da Transamazônica...*¹⁹²

Através do depoimento de Caetano Veloso podemos apreender mais uma das estratégias utilizadas pelo regime de exceção instalado na década de 1970, a violência exercida contra as liberdades física e de expressão, nos levando a uma inquietação ainda maior em relação ao que era produzido na mídia, o apoio à grande obra rodoviária, levando a crer que por trás de todo o apoio midiático recebido, havia um forte aparelho repressivo que obrigava a artistas e profissionais de diferentes meios de comunicação a corroborarem o projeto federal.

No Brasil dos anos 1970 se vivia, além do ápice da repressão política, um momento de euforia, haja vista os ótimos índices de crescimento econômico apresentados pelo *marketing* do governo militar instalado no poder desde 1964. O país recebia vultosas quantias na forma de investimentos, para financiamento de grandes indústrias e obras públicas, que fossem interessantes para viabilizar o desenvolvimento capitalista no país. Era a construção do “**Brasil Grande**”¹⁹³. Esses índices podem ser vistos no quadro abaixo.

Quadro V

PIB, inflação e Dívida Externa (1964-1973)			
Ano	Crescimento PIB (%)	Inflação (%)	Dívida Externa US\$ Bilhões
1964	3	87,8	3,9
1965	2	55,4	4,8
1966	7	39,5	5,2
1967	4	28,8	3,3
1968	10	27,8	3,8
1969	10	20,3	4,4
1970	10	18,2	5,3
1971	11	17,3	6,6
1972	12	17,4	9,5
1973	14	20,5	12,6

Fonte: Adaptado de PRADO; EARP, op. cit., p. 223 e ALVES, in FERREIRA, Rafael Leite: O “Milagre Brasileiro” (1969-1973): A “Legitimação pela Eficácia”.

¹⁹² **Canções do Exílio: A Labareda que Lambeu tudo.** Dirigido por Geneton Moraes Neto e produzido por Jorge Mansur, 2011. O documentário narra as histórias do exílio de Gilberto Gil e Caetano Veloso em Londres.

¹⁹³ Era assim que alardeavam os representantes do governo em discursos e na mídia em geral, sobretudo nas revistas de grande circulação nacional como **O cruzeiro** e **Manchete**. Ver mais em MENEZES (2007), e FICO (1997).

Os números apresentados no quadro acima mostram que em menos de dez anos o país fez seu Produto Interno Bruto (PIB) multiplicar por quase cinco vezes, gerando recursos para o governo federal utilizar o argumento da eficácia econômica como legitimizador do regime político. Todavia, observamos também o acúmulo da dívida externa brasileira, que praticamente triplicou no mesmo período observado. Esses dados negativos eram menos ecoados nos meios de comunicação como pudemos observar na pesquisa feita.

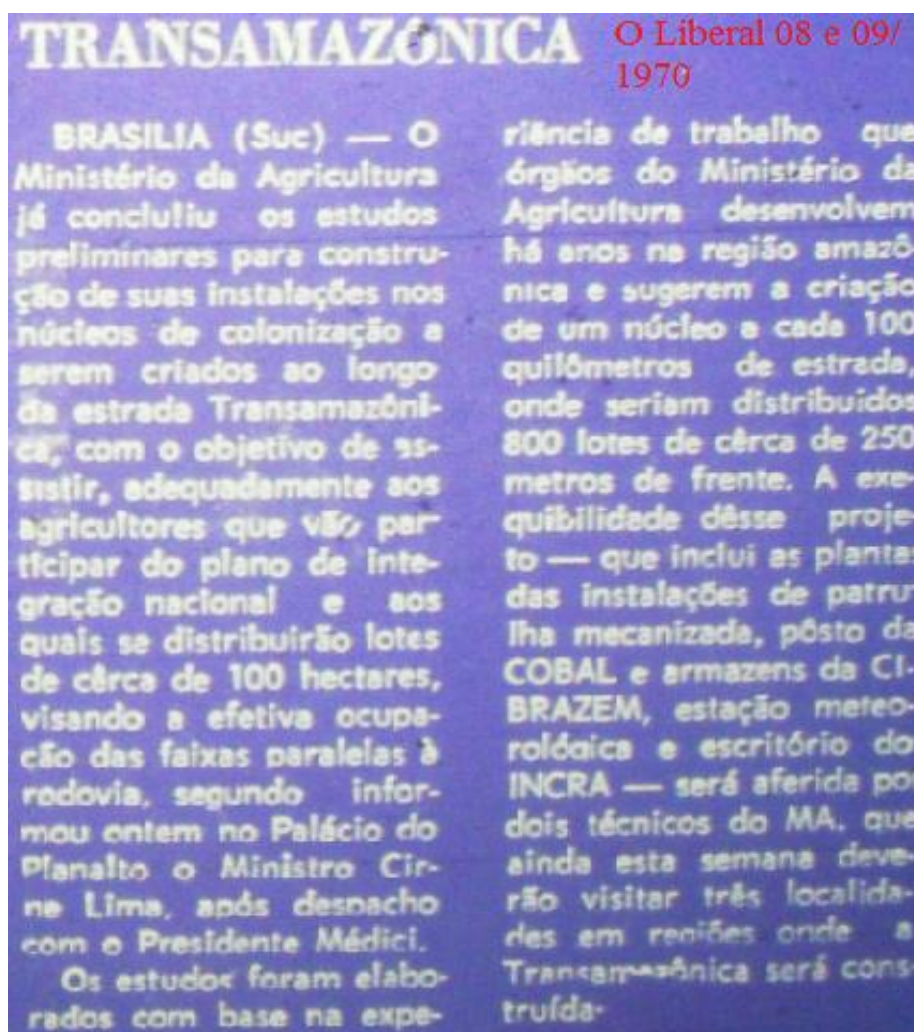
O Presidente Emílio Garrastazu Médici surgia em 1969, como o consolidador de um processo supostamente revolucionário¹⁹⁴, e, portanto, necessitava de grandes obras que o ajudassem a cristalizar na sociedade a força do novo regime político. Justificando assim a condição e a eficácia ditatorial.¹⁹⁵

O Jornal “O Liberal” do Pará desde o início da divulgação do projeto se mostrou amplificador das propostas estatais, levando a cabo as afirmações do governo.

¹⁹⁴ É necessário, todavia, esclarecer que, apesar dos envolvidos nos acontecimentos de março de 1964 classificarem de *revolução* a tomada do poder, não parece apropriado a utilização do termo, uma vez que, segundo SILVA e SILVA (2005), Revolução é definido como um fenômeno social e político de mudanças rápidas e drásticas nas estruturas sociais, em que a ordem social vigente é subvertida, daí que, empregar revolução em vez de golpe de estado para nomear um acontecimento que não transformou as estruturas sociais é uma forma de escamotear a realidade histórica.

¹⁹⁵ CF. GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IMAGEM IX



Fonte: O Liberal 08 e 09/08/1970

Qualquer leitor, menos informado, desse jornal seria convencido de que não haveria empecilhos, nem imprevistos à construção da Transamazônica, uma vez que, “Os estudos foram elaborados com base na experiência de trabalho que Órgãos do Ministério da Agricultura desenvolvem há anos na Amazônia...”¹⁹⁶, fato comprovadamente inverídico uma vez que, os prazos não foram cumpridos, além da não instalação de instituições de suporte suficientes ao trabalhador.

Ao pesquisarmos jornais de grande circulação como a *Folha de São Paulo*, a publicação de matéria, cujo título: “ARRANCADA PARA CONQUISTAR O GIGANTESCO MUNDO VERDE”, nota-se certo grau de entusiasmo com o projeto estatal da Transamazônica. Na matéria, lê-se o seguinte texto:

¹⁹⁶ O Liberal, 08 e 09 de Agosto de 1970.

*O general Médici presidiu ontem no município de Altamira, no Estado do Pará, a solenidade de implantação, em plena selva, do marco inicial da construção da grande rodovia Transamazônica, que cortará toda a Amazônia, nos sentidos Leste-Oeste, numa extensão de mais de 3.000 quilômetros e interligará esta região com o Nordeste. O presidente emocionado assistiu à derrubada de uma árvore de 50 metros de altura, no traçado da futura rodovia, e descerrou a placa comemorativa do início da construção.*¹⁹⁷

Mais adiante a mesma matéria procura demonstrar que a obra andaria de acordo com os prazos, além de descrever a estrutura física da estrada.

*Ingressando em rústico pavilhão montado nas proximidades, o gen. Médici ouviu o coronel Danilo Castro Rebello, do Ministério dos Transportes, fazer ampla exposição sobre o andamento dos trabalhos da Transamazônica. De acordo com aquelas informações, o ritmo da obra vem obedecendo aos cronogramas, o que faz prever sua conclusão dentro do prazo previsto, isto é, em janeiro de 1972. Segundo o coronel Castro Rebello, o custo total da Transamazônica está estimado em 320 milhões de cruzeiros. Será uma rodovia do tipo clássico de integração, com uma pista de 8,6 metros de largura, além de outros setenta metros laterais de desmatamento em toda sua extensão, de mais de 5 mil quilômetros. Esclareceu ainda que, até o momento, a situação das diversas frentes de trabalho é a seguinte: implantados 265 quilômetros de linhas base, 120 quilômetros de destocamento e limpeza, 180 quilômetros de desmatamento, 74 quilômetros de levantamentos topográficos e 23 quilômetros de terraplenagem. Enquanto isso, nas frentes de trabalho da rodovia Cuiabá-Santarém, entregues aos batalhões de Engenharia do Exército, já foram realizados 60 quilômetros de linhas base, além de outros 30 quilômetros de desmatamento e de destocamento. O coronel Castro Rebello considerou a visita do presidente Medico àquele canteiro de obras uma motivação extraordinária para os milhares de operários, a cuja responsabilidade foi entregue a importante responsabilidade de integrar a Amazônia.*¹⁹⁸

Como se pode perceber, a apresentação de dados técnicos sobre a obra é feita com a intenção de levar o leitor a acreditar que a rodovia seria realmente construída e que teria grande relevância na integração nacional. A matéria tem forte cunho propagandístico e alardeia o cumprimento de prazos e metas estabelecidas pelo governo, prática essa que não costumava ser comum entre os governos que implementaram projetos de desenvolvimento na região Norte do país.¹⁹⁹

¹⁹⁷ Folha de São Paulo. 10/10/1970: **Arrancada para conquistar o gigantesco mundo verde.**

¹⁹⁸ Idem.

¹⁹⁹ CF. PERE, Petit. *Op cit*, 2003. p. 75.

Segundo Petit, nos anos iniciais do governo militar houve críticas por parte de alguns setores da imprensa e da sociedade em relação à eficiência da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), o que gerou mudanças na organização desse órgão, que passou a ser chamado de Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que teria a responsabilidade de coordenar o desenvolvimento e integração da Amazônia. Apesar da afirmação constante de que a obra seria concluída no prazo previsto, os atrasos continuaram comuns, sendo, em alguns casos, camuflados por inaugurações oficiais antes da conclusão das obras.²⁰⁰ A criação da SUDAM não significou mudanças drásticas quanto ao cumprimento de prazos, exemplo disso foram as maquiagens feitas na própria Transamazônica a fim de gerar uma imagem positiva do projeto e do regime político. Essas “arrumações” puderam ser confirmadas a partir de conversas com moradores da região como seu Adelson que nos diz: “até ali (no Km 4 da saída de Altamira) era asfaltado, aí eles tiravam as fotos, os militares tiravam a foto ali e soltavam pro mundo dizendo que a transamazônica era asfaltada”²⁰¹. Dessa forma o governo passava a sociedade uma imagem positiva do projeto, e mesmo do regime.

No dia 2 de outubro de 1970, ou seja, anteriormente ao início das obras, o *Diário de Pernambuco*, já servia de amplificador dos feitos do Presidente, na seguinte manchete: “*Médici Lança Metas: 230 projetos para triplicar o progresso.*”²⁰² (Diário de Pernambuco: 2/10/1970).

As metas, lançadas em 1970, tinham como objetivo maior colocar o Brasil entre as potências mais desenvolvidas do globo até o fim do século XX. Esse foco era bem representado pelos altos índices de crescimento econômico, ultrapassando a casa dos 9% ao ano, o que reforçava o discurso da eficiência governamental²⁰³. Todavia, a situação da população pobre do sertão continuava se agravando com o passar do tempo. Esse contraste é perceptível ao olharmos o mesmo jornal e encontrarmos várias manchetes sobre a calamidade que vivia o sertão nordestino.

Vejamos a matéria publicada no início do ano seguinte com o título **DESEMPREGO AUMENTA NO VALE DO PAJEÚ: SÊCA**

Na tarde de ontem o deputado Francisco Perazzo recebeu uma notificação do Sr. Walfredo Siqueira, prefeito de São José do

²⁰⁰ Idem.

²⁰¹ Entrevista realizada na cidade de Altamira em fevereiro de 2011.

²⁰² Diário de Pernambuco, 02/10/1970: **Médici Lança metas: 230 projetos para triplicar o progresso**

²⁰³ Os números referentes as taxas de crescimento do país apresentam diferenças de acordo com os autores consultados.

*Egito, solicitando-lhe providências urgentes junto aos órgãos estaduais e federais no sentido de abrir novas inscrições nas frentes de trabalho dos desempregados da seca, principalmente para as cidades de Tuparetama, Tabira, Itapetim e São José do Egito...*²⁰⁴

Mesmo nos veículos de comunicação que apresentavam certo grau de alinhamento aos propósitos governistas como o Diário de Pernambuco se observa que o *boom* econômico que o país vivia não era desfrutado por grande parte dos brasileiros. Entretanto, é preciso ser dito que os motivos que levavam à miséria parte do povo nordestino não podem ser atribuídos apenas à seca, como propõe o jornal em sua manchete e além disso, a própria miséria era combustível para o empreendimento estatal em vigência no momento.

Além do apoio dado ao projeto como sendo parte da solução de problemas sociais graves, o Diário de Pernambuco publicava matérias que estimulavam a ida para a região amazônica colocando exemplos de pessoas que passavam por dificuldades no Nordeste, mesmo nas grandes cidades como o Recife.

É possível perceber esse fato ao analisarmos a matéria escrita antes do início das obras de construção da rodovia contida no jornal Diário de Pernambuco de 2 de outubro de 1970, com o título: “Ambulantes querem ir para Transamazônica”. A reportagem, que cita três ambulantes, Nivaldo, Antônio e José, que, desiludidos com a realidade encontrada em Recife, acreditam que no Norte encontrarão sorte melhor:

*Três ambulantes do Recife desejam ir trabalhar na transamazônica, pois as condições de vida nesta capital são precárias, não dando sequer para o sustento das famílias. Os ambulantes José Juvino, Nivaldo Francisco e Antônio José da Silva, tem ponto na praça do mercado e vieram do interior ainda jovens, para tentar a vida na cidade grande. Entretanto, para os camelôs, a situação piora a cada dia e não vêem oportunidade para continuar morando no Recife, ganham apenas Cr\$ 150,00 mensais, que não suficientes para sustentar esposa e filhos.*²⁰⁵

Com a matéria acima podemos concluir que o jornal esperava que mais pessoas ao saberem das decisões tomadas por estes trabalhadores, também tomassem o mesmo rumo, fortalecendo assim o projeto e ratificando-o como ferramenta para melhoria da vida do povo nordestino. O discurso do jornal evidencia a intenção de convencimento da massa de que o projeto seria a solução para a vida de milhares de pessoas que

²⁰⁴ Diário de Pernambuco: 12/01/1971: **DESEMPREGO AUMENTA NO VALE DO PAJEÚ: SÊCA**

²⁰⁵ Diário de Pernambuco, 02/10/1970: **Ambulantes querem ir para Transamazônica.**

passavam por dificuldades no nordeste, fossem essas pessoas do sertão, agreste ou mesmo da capital. Poucas oportunidades foram dadas aos trabalhadores para se expressarem nos jornais, normalmente eram destinadas a eles poucas palavras e de cunho meramente ilustrativo.

Como já fora dito sobre da matéria publicada no Diário de Pernambuco acerca do desejo de ambulantes em ingressarem no projeto da Transamazônica, há intenção por parte do jornal em estimular, através do exemplo, a ida de mais pessoas rumo ao “El dorado” amazônico, pintado como redentor das massas carentes do Nordeste. Desconsiderando inclusive o fato de estes trabalhadores já não terem mais os laços com o meio rural, o que dificultaria suas adaptações ao meio amazônico, uma vez que desde jovens estiveram longe da *lida* no campo. A matéria também expõe que o motivo pelo qual os trabalhadores optaram pelo caminho da transamazônica fora a questão financeira.

Segundo matéria especial intitulada “*Os heróis da Transamazônica*”²⁰⁶, onde estes heróis eram os trabalhadores das frentes de construção da rodovia, “Os trabalhadores chegam em levadas, às centenas mesmo, vindo principalmente do Nordeste, de todos os seus estados. Durante o tempo em que estiverem trabalhando lá, vão ganhar, todos eles, muito mais do que costumam receber em seus lugares de origem.”²⁰⁷ Mesmo com tais afirmações, foi possível observar que não raramente, as empresas deixavam de cumprir com suas obrigações legais, no que tange os direitos trabalhistas em vigência na época. A matéria retirada de O Liberal e o relato de um trabalhador, (que trabalhava exatamente no trecho referido pela matéria da revista citada acima) mais adiante, nos revelam que não foi bem como afirmava a revista.

Vejamos a matéria do jornal O Liberal, de Belém do Pará, acerca dos salários oferecidos nas frentes de trabalho.

TRABALHADORES DA TRANSAMAZÔNICA TÊM SALÁRIO MÍNIMO E ASSISTÊNCIA MÉDICA

A notícia de que firmas empreiteiras da transamazônica estariam pagando aos trabalhadores que contratam salários inferiores ao mínimo estabelecido para nossa região. A reportagem procurou ouvir os representantes das empresas aqui em atividades, e de todas elas ouviu os mais categóricos desmentidos. Munidos de folha de pagamentos, pelas quais comprovam o quanto afirmam, os representantes das firmas empreiteiras mostraram ao repórter que, em muitos casos, além de pagarem salários superiores ao corrente na

²⁰⁶ Revista Manchete, 09 de janeiro de 1971: *Os heróis da Transamazônica*. P.82

²⁰⁷ Idem.

*região, ainda proporcionam aos seu trabalhadores alimentação, assistência médica e residência*²⁰⁸.

Ao pesquisarmos todos os exemplares disponíveis do jornal “O Liberal” não encontramos nenhuma menção acerca de tal denúncia, no entanto a matéria acima surge como uma espécie de resposta a tal boato. O jornal atua como porta voz das empresas contratadas e acusadas do não cumprimento da legislação vigente. Outro aspecto da matéria é a ausência dos trabalhadores e suas falas, pois deveriam ser eles os maiores interessados na pauta da reportagem. Ao tratar os argumentos apresentados pelas empreiteiras como verdadeiro e final, percebe-se que houve, unilateralmente, uma decisão de sufocar tal boato negativo relativo ao não cumprimento das exigências legais.

A saúde, que era noticiada como ponto prioritário em matérias jornalísticas, segundo nossas entrevistas estava bem longe do que fora noticiado no dia 13 de janeiro de 1972, no entanto, mais uma vez apontamos a mídia como porta voz do Estado.

IMAGEM X

²⁰⁸ O Liberal, 13 de setembro de 1970.



Fonte: O Liberal, 13/01/1972

A matéria do dia treze de janeiro de 1972 induz o leitor mais uma vez a perceber a Transamazônica como sucesso absoluto. Para isso apresenta um texto que coloca a figura do trabalhador em destaque.

Quanto ao cumprimento, ou não, das leis trabalhistas, temos o depoimento de seu Edson, que trabalhou como motorista em uma empreiteira no trecho de Itaituba-jacareacanga e nos diz: “O lema era construir. A gente trabalhava de 06:00 às 22:00.

Tinha dia que eu trabalhava 24 horas do dia. Eu tinha que ir descarregar o carro pra vir abastecer...”²⁰⁹

Quando perguntado sobre o cumprimento dos direitos trabalhistas ele diz:

*Pagava a ninguém, como eu acabei de dizer. O Fundo de Garantia, a maioria das pessoas recebia quando era a pessoa tinha um certo conhecimento com o dinheiro. Porque o fundo de garantia a pessoa só recebia quando tava na justiça. E a maioria, quase 80%, não recebia. E lá era aquele pessoal que se chama de peão, não liga pra nada. Trabalhava, ganhava o dinheiro... Sem instrução, não sabiam das coisas... Eu saí da empresa, passei 75 dias sem eles quererem me pagar, aí eu fui na justiça de Santarém. Aí negocieei, me pagaram o fundo de garantia. Só depositaram depois que eu fui na justiça*²¹⁰.

Há um grande contraste entre o depoimento dado pelo trabalhador e o exposto nas matérias citadas acima, onde se credita como verdadeiras as informações dadas pelos porta-vozes das empreiteiras e repassadas enquanto verdade pelo jornal. Observa-se nas falas de seu Edson que mais de uma norma trabalhista não era cumprida pela empresa contratante, como o excesso de horas trabalhadas e os depósitos do FGTS que não eram efetuados pela empresa. Essa situação também se confirma ao analisarmos fontes do arquivo do Tribunal Regional do Trabalho de Belém do Pará, onde mais de 80% das ações contra empreiteiras construtoras da transamazônica são referentes ao não pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o último ainda mais freqüente²¹¹. É importante mencionar que os casos encontrados no arquivo morto do Tribunal Regional do Trabalho de Belém, não correspondem ao número exato dos processos, uma vez que muitos foram direcionados para a comarca de Santarém-PA e outros tantos caíram no esquecimento, devido à dificuldade dos trabalhadores conseguirem acesso à justiça em virtude das grandes distâncias e consequentes gastos financeiros exigidos para entrar com ações contra as empreiteiras.

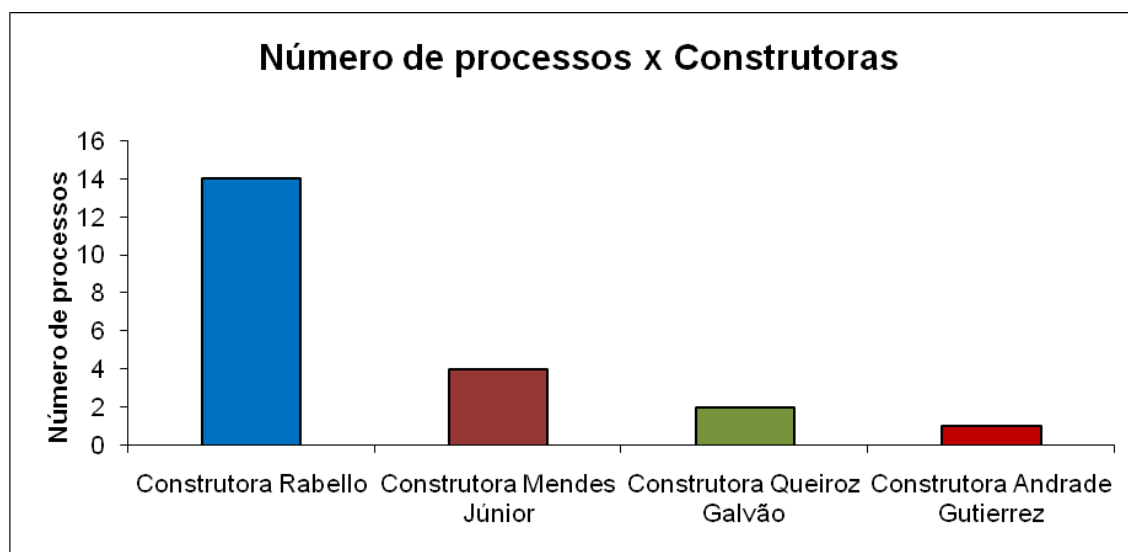
Podemos observar com o gráfico abaixo que a construtora Rabello, da qual seu Edson era funcionário, é a campeã de processos trabalhistas acionados na comarca de Belém do Tribunal Regional do Trabalho. O outro aspecto importante e que será mais apreciado no próximo capítulo deste trabalho é referente ao fato de que mais de 80% das ações envolviam cobrança do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

²⁰⁹ Entrevista realizada na cidade de Petrolina em julho de 2010.

²¹⁰ Idem.

²¹¹ Arquivos do Tribunal Regional do Trabalho da região de Belém do Pará.

GRÁFICO III



Fonte: Tribunal Regional do Trabalho do Estado do Pará. 8ª Região – Belém.

Ao observarmos mais uma edição do jornal *O Liberal* podemos perceber que este, por sua vez, seguiu a constante do Diário de Pernambuco, ou seja, corroborava com as aspirações do regime ditatorial, exaltando a importância e a conquista que seria a construção da rodovia. Como a matéria a seguir que mostra como atrativa de grandes investimentos a região. Vejamos: **Industrial Carioca Volta os olhos para a Amazônia:**

Procedente do Rio de Janeiro, chegou a Belém no domingo o industrial Giulite Coutinho, presidente de cerca de dez grandes empresas sulistas, entre elas a fábrica de móveis 'OCA', a indústria alimentícia Flória e Dietricia, fabricante do conhecido 'DIETIL'. Sua viagem a Belém, conforme declarou a nossa reportagem, prende-se a estudos de viabilidade, de uma série de projetos que pretende trazer a submeter a apreciação da SUDAM...²¹² (O Liberal: 5/8/1970)

Se observarmos as entrelinhas dessa e de outras matérias, poderemos perceber que se trata de uma estratégia que visa no fundo convencer os leitores que com a chegada do grande investimento estatal na região, outros investimentos seriam atraídos e a região se desenvolveria, respeitando o crescimento econômico de outras áreas do país. Deve-se observar também que, no caso acima, o industrial em questão era presidente de uma grande fábrica de móveis e que nos leva a concluir que seus

²¹² O Liberal, 05 de agosto de 1970: **Industrial Carioca Volta os olhos para a Amazônia.**

interesses contribuiriam para o desmatamento da Amazônia, facilitado pelo acesso das grandes rodovias ao interior da floresta, que forneceria madeira abundante e barata.

Ainda seguindo a orientação de justificar a rodovia, o mesmo jornal paraense se encarrega de retratar a transamazônica como fomentadora de um processo de pacificação indígena e chega a afirmar que a rodovia seria um benefício para essas populações, como podemos observar nas matérias a seguir:

“FUNAI vai pacificar Índios para a Transamazônica passar

*O Presidente da FUNAI, general Bandeira de Melo, em sua primeira entrevista desde que assumiu o posto, disse ontem que o índio não pode ser considerado sempre como uma peça de museu. Proverá sempre sua cultura e educação, de maneira gradativa, que lhe permita evoluir, sem perder suas tradições.*²¹³

Na matéria citada, aparece certo grau de preconceitos que eram reproduzidos na época. No discurso do então presidente da FUNAI trata-se o Índio como incapaz de prover sua própria Cultura, devendo o estado então agir em seu favor. Ora, aceitar que uma cultura de tradições milenares seja tratada de forma inferior não parece prudente, além disso, nos parece contraditório que a ação do Estado para “prover sua cultura e educação” não torne cada vez mais aculturado o Índio. Aculturação esta que aparece na segunda matéria como um dos objetivos desenvolvidos pela própria FUNAI, órgão que fora criado pelo próprio governo militar e que ainda segundo o governo deveria proteger e preservar os índios, suas terras e sua cultura.

“Índios serão beneficiados com rodovia Transamazônica”

Para cerca de dois ou três mil índios civilizados, de contato permanente ou eventual com a civilização existente ao longo de toda a extensão da rodovia Transamazônica... O General Bandeira de Melo falou ainda sobre vários aspectos de sua administração iniciada há dois meses, dando destaque a política de aculturação indígena que a FUNAI desenvolve em todo o país, especialmente quanto aos trabalhos de assistência médica, saneamento e escolarização dos índios.

O Trabalho de pacificação indígena na região da rodovia Transamazônica pela FUNAI tem seu início previsto para o mês de outubro vindouro e se desenvolverá a princípio em duas frentes com bases de operações localizadas em Pucuruí e Kararaô, a primeira abrangendo a zona que vai do Xingu ao Tocantins e a segunda compreendida na faixa que vai do Xingu ao Tapajós. Executarão inclusive, medidas de segurança para que as frentes de trabalho das

²¹³ O Liberal, 06 de agosto de 1970: **FUNAI vai pacificar índios para a Transamazônica passar.**

*construtoras não sofram solução de continuidade por problemas com os índios...*²¹⁴ (*O Liberal*: 10/8/1970)

O título desta matéria chama ainda mais a atenção dos leitores que a segunda, não por coincidência esta fora publicada poucos dias depois da primeira e traz os “benefícios” trazidos pela rodovia. Estes benefícios seriam então sua aculturação e aceitação da civilização como inevitável e sua pacificação para que os trabalhos das empreiteiras – este sim parece o grande problema a ser evitado – seja interrompido por “problemas” com os Índios.

A política indigenista adotada durante o período militar era, segundo a própria FUNAI, ambígua como podemos ver a seguir:

A política indigenista implantada pelo regime autoritário da ditadura militar continuou ambígua (em relação ao antigo serviço de proteção ao índio), entretanto, quanto ao reconhecimento da especificidade cultural dos índios, pois propunha-se a proteger as diferentes culturas indígenas ao mesmo tempo em que objetivava sua integração na sociedade brasileira²¹⁵.

A manchete das matérias parece muito atrativa, entretanto quando nos familiarizamos com o conteúdo das matérias podemos perceber a forma submissa pela qual o índio brasileiro foi tratado durante a construção de uma rodovia que rasgava os territórios indígenas de forma arbitrária e fatalmente interferindo no cotidiano das várias tribos afetadas.

A construção da rodovia seria, segundo o governo federal, a saída para os problemas de “excesso” de trabalhadores no nordeste, pois este contingente populacional seria direcionado para as terras abundantes do norte do país²¹⁶. Contudo, por trás do *marketing* em torno da construção da transamazônica podemos perceber que os maiores interessados nesse projeto eram as grandes empresas e latifundiários que ficaram com a maior parte das terras beneficiadas com a construção da rodovia²¹⁷, como podemos perceber nas palavras de dona Júlia: “Os grandes tinham dinheiro, compravam as terras daqueles próprios colonos, aí eles iam mais pro centro, mas não tinham

²¹⁴ O Liberal, 10 de agosto de 1970: **Índios serão beneficiados com a rodovia Transamazônica.**

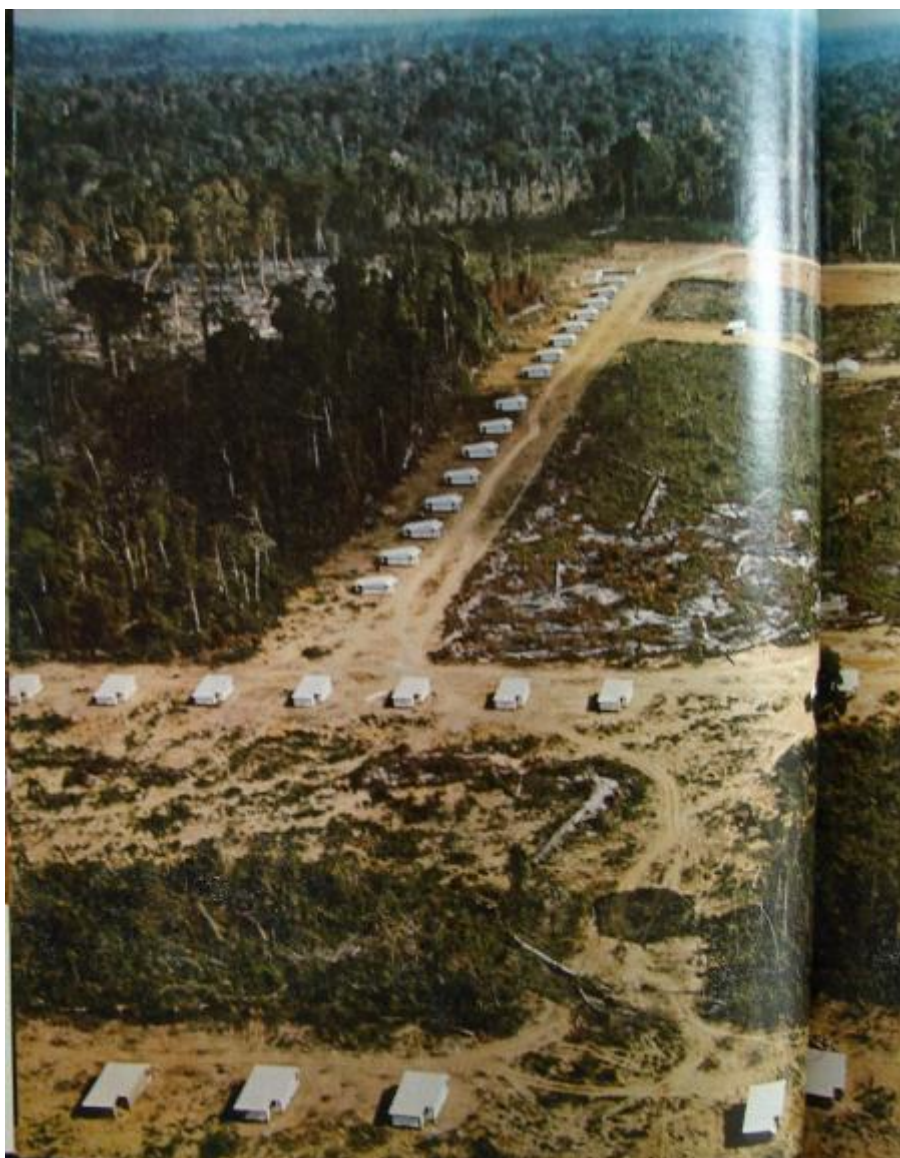
²¹⁵ Histórico da política indigenista, retirado em (<http://www.funai.gov.br/quem/historia/politica.htm>) acessado em 01 de junho de 2011.

²¹⁶ Plano de Integração Nacional.

²¹⁷ IANNI, Otávio. *Op cit.* 1979.

vicinais... como é que plantava e trazia o quê? Muitas agrovilas viraram cidades fantasmas²¹⁸”.

IMAGEM XI



Agrovila organizada pelo INCRA.

Fonte: Revista Manchete, especial Amazônia, 02/1972, p. 78.

A escolha das fontes aqui utilizadas nos leva a compreensão, pelo menos em parte, dos motivos que fizeram do projeto de construção da Rodovia Transamazônica um símbolo da construção de um “Brasil Grande”, entretanto, pontuar todos os motivos que levaram nordestinos e outros migrantes para a região amazônica, em função desta obra, seria impossível neste trabalho, todavia, é importante entender que os motivos

²¹⁸ Entrevista realizada em Fevereiro de 2011 na cidade de Marabá, no estado do Pará.

econômicos e sociais têm um peso decisivo nesse processo – situação de miséria no Nordeste brasileiro -, não anulando as questões de comprometimento com o projeto do “Brasil Grande” ou questões de ordem pessoal, que na qualidade de características individuais, não podem ser elucidadoras dentro deste estudo do processo como um todo.

Capítulo 3 - A Transamazônica Viva: Trabalhadores Migrantes na Região

*A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual, ou coletiva, cuja é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.*²¹⁹

Na formação cultural desse povo observamos evidências da construção de memórias coletivas forjadas ao longo dos anos, sendo esses casos apreciados em Palestina do Pará e Altamira, concorrendo para formação sociocultural das regiões. No caso de Palestina do Pará, por exemplo, observamos no bojo da memória popular uma grande referência ao período de ocupação militar da região para combater a guerrilha do Araguaia. Tais memórias são reproduzidas espontaneamente em conversas pelas ruas da cidade, em alguns casos despertando certa desconfiança em relação ao “forasteiro” que pergunta sobre a história local.

Iniciamos nossas exposições com trechos de uma entrevista realizada pelo *Jornal do Magistrado* – de circulação nos meios jurídicos nacionais – com o então Bispo de São Felix do Araguaia, D. Pedro Casaldáliga, que ficou marcado na História recente do Brasil por ser um clérigo combativo e que denunciou os abusos cometidos pelos militares que participavam de operações com a finalidade de por fim a uma guerrilha comunista que se lá se instalou durante o regime de exceção na década de 1970, além de ter escrito uma longa carta pastoral denunciando os abusos do latifúndio na região amazônica, intitulada “Uma igreja na Amazônia em luta contra o latifúndio e a marginalização social”²²⁰. Casaldáliga, espanhol de nascimento, chegou ao Brasil em 1968 aos quarenta anos de idade e até hoje possui residência na região do Araguaia. Também se tornou figura polêmica por emitir suas opiniões em relação à questão agrária no Brasil, além de algumas críticas à própria instituição que representava. Vejamos algumas opiniões recentes.

Acerca do MST e das ocupações de terras no Brasil ele diz:

As ocupações de terra são legítimas. Altas figuras do Poder Judiciário, além de advogados, procuradores, professores de direito consideram constitucional ocupar terras. A propriedade rural deve

²¹⁹ LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. Campinas – SP, Ed. UNICAMP, 2005. p. 469.

²²⁰ Disponível em WWW.prelaziasaofelixdoaraguaia.org.br/uma-igreja-na-amazonia/umaigrejaparte8.htm acessado em 19/04/2012.

*cumprir funções sociais. Quando não cumpre, deve-se partir para uma solução, que às vezes poderá não parecer legal, mas é mais do que legítima. Eu sou plenamente a favor destas ocupações. Evidentemente que sem violência. Por outra parte, todos sabemos que todo o latifúndio particular é nefasto e iníquo. Porque a acumulação é necessariamente exclusão. E ainda com muita frequência o latifúndio é monocultural. A monocultura é um atentado à natureza. Está mais do que comprovado historicamente que enquanto houver latifúndio não haverá justiça e por isso mesmo não haverá paz.*²²¹

As asserções feitas por D. Pedro nos parecem bastante sóbrias e aos 75 anos de idade, apresenta alto grau de conhecimento da realidade brasileira, justificando a luta pela reforma agrária como um dos maiores recursos para redução de tensões e conflitos agrários, além de demonstrar conhecimento do ponto de vista biológico, segundo o qual a monocultura é altamente nociva à sustentabilidade ecológica. Contudo, o mais importante desse discurso nos parece ser a descrição do latifúndio como “*nefasto e iníquo porque a acumulação é necessariamente exclusão.*”, remetendo à ruína e pobreza causadas por esse sistema produtivo. Atuante junto à Comissão Pastoral da Terra (CPT), ele fala sobre a atuação da mesma na luta pela melhor organização dos trabalhadores rurais e pela justiça social:

*O nosso trabalho basicamente é conscientizar, conscientizar, conscientizar. Também denunciar, denunciar, denunciar e, sobretudo, estimular a organização do povo, as reivindicações em nível nacional, internacional ou local. Cada vez mais se está vendo que há soluções locais.*²²²

Para esta parte de nosso trabalho, cujo foco central são os trabalhadores nordestinos migrantes na região da transamazônica é importante compreender como se desenvolveu o processo de organização destes trabalhadores, que em maior ou menor grau, viram em uma Igreja que se colocou ao lado dos pobres, uma aliada para denunciar os abusos e abandono sofrido ao longo da década de 1970, e, por isso mesmo, o trabalho de conscientização e denúncia feito pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi e é até os dias atuais de suma importância para aqueles cujo direito à cidadania são negados.

Fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação dos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, a CPT teve um importante papel. Ajudou a defender as pessoas da

²²¹ Entrevista dada ao Jornal do Magistrado edição de outubro a novembro de 2003.

²²² Idem.

*crueledade deste sistema de governo, que só fazia o jogo dos interesses capitalistas nacionais e transnacionais...*²²³

Dessa forma uma parte da Igreja se tornou uma forte aliada da classe trabalhadora no meio rural brasileiro, em especial a região amazônica, através da conscientização e da denúncia dos abusos impostos pelo regime fundiário. Assim a igreja teve papel importante na construção da estratégia de sobrevivência e afirmação dos trabalhadores da Amazônia.

Evidenciamos como parte da estratégia de afirmação dos habitantes da região banhada pelo rio Araguaia, e margeada pela rodovia Transamazônica, relatos que remetem às lembranças do período estudado como uma época de grandes transformações, no qual os trabalhadores tiveram uma condição de grande participação destas mudanças. Esses relatos falam também, como veremos, dos exageros por parte do Exército Nacional. Uma vez que paralelamente à construção da grande rodovia, organizou-se um movimento de guerrilha organizada por grupos de esquerda que foi duramente combatido pelo Exército, fato que fez com que houvesse na região, um estado de tensão permanente, provocado pela presença das forças militares. O fato toma lugar em uma pequena cidade, na época apenas um vilarejo, chamada Palestina do Pará.

A guerrilha do Araguaia, como ficou conhecida, era formada por jovens militantes de esquerda que pretendiam

*“organizar os camponeses visando incorporá-los no processo de transformação social brasileira. Através de pequenos grupos se pretendia formar o embrião de um exército popular, ponto de partida para a tomada do poder pela luta armada”.*²²⁴

Em algumas entrevistas podemos ver evocada a lembrança desse período.

*A questão foi o seguinte: depois da guerrilha, quando eles fizeram a colonização, eles não tinham ainda o foco da guerrilha e o pessoal estava na mata, depois que eles fizeram todo o processo das aberturas. Aí começou a chegar o pessoal do exercito e já vinha com o conhecimento que tinha alguém no sul do Araguaia pra fazer o movimento guerrilheiro. Fizeram uma operação dentro de Marabá. Depois, começaram a andar no campo e começaram a identificar e pressionar as pessoas que estavam na área da colonização ou que fosse em área de posse. A colonização quase não teve pressão, a pressão maior foi na área que ficava por trás da colonização.*²²⁵

²²³ Histórico da Comissão Pastoral da Terra disponível e acessado em: http://www.cptnacional.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=4 no dia 22/05/2012.

²²⁴ BUARQUE, Sergio; CARELLI, Vincent; DÓRIA, Palmério e SAUTCHUK, Jaime. História Imediata. **A Guerrilha do Araguaia**. Editora Alfa Omega, São Paulo, 1978. p. 15.

²²⁵ Entrevista realizada com seu Almir em fevereiro de 2011 na cidade de Palestina do Pará.

Através desse depoimento fica comprovado que realmente, a fase de construção da rodovia e assentamento dos colonos coincidiu com a existência da guerrilha do Araguaia e sucessivas operações do Exército na região em busca da desestabilização dos guerrilheiros. Esse objetivo do exército trouxe alguns traumas para a os habitantes da região.

*Então muita gente que não sabiam (sic) nem quem eram os guerrilheiros sofreram na mão deles (Exército). Apanharam, foram presos, torturados. Porque às vezes eram amigos dos guerrilheiros mas não sabiam quem eram esse pessoal, chegavam como posseiros trabalhando também na agricultura fazendo muitos trabalhos de assistência. Quem é que não queria com aquele sufoco? Porque era o momento mais difícil que tinha doença pra todo lado, sem assistência então o pessoal apoiava qualquer pessoa que chegava querendo comprar farinha. O colono vendia e às vezes eles dormiam nas casas dos posseiros passavam sempre nas casas dos posseiros e, isso foi o suficiente pro Exército dizer que os posseiros estavam apoiando! E aí morreu muita gente! Teve gente que eles levaram e nunca mais se viu, então foi muita pressão...*²²⁶

MAPA II



²²⁶ Idem

Fonte: BUARQUE, Sérgio. **A Guerrilha do Araguaia**. Editora Alfa Omega, São Paulo, 1978. p 25.

A permanência do exército refletiu na mudança de hábitos e no cotidiano dos habitantes da região, que sofriam com as incursões feitas pelos militares, muitas vezes sofrendo com a violência provocada pela suspeita de cooperação com os guerrilheiros. Segundo o relato dos próprios trabalhadores, a falta de assistência do Estado aos habitantes da região, fez com que houvesse uma aproximação desses com os guerrilheiros, que em muitos casos, substituíam o Estado no que dizia respeito à assistência médica e até mesmo agrícola na região, em virtude de serem, muitas vezes, estudantes de medicina, agrônomos e outras profissões. Essa “pressão” que nos relata seu Almir, também foi denunciada por outros depoimentos na mesma cidade e região como podemos ver a seguir.

A gente viu algumas coisa (sic) aqui que não era pra vê!. Eu já cheguei no final, mas como tinha blitz. Na semana que eu me casei, passei numa blitz, eu fiquei detido durante duas horas porque eu tinha barba fechada, tinha um cabelo no ombro e ia passando com minha esposa numa camionete né, como passageiro, aí, lá eu fiquei detido porque eles me pediram a identidade, na foto da identidade eu era uma pessoa, na característica hoje era outra, agora no momento né? Aí cismaram da minha cara, fiquei detido. Você é homem do pessoal! Você é o homem das pessoas que a gente tá procurando! Era num era... fui torturado lá.²²⁷

O relato de Seu Alexandre nos dá a dimensão do clima de tensão em que viviam os habitantes da região nesse período, onde a presença militar mudava toda a rotina de um pequeno vilarejo da época e, onde, não adotar uma aparência padrão exigido já era motivo de suspeita e consequente coerção por parte do exército nacional. Todavia, o que chamou a atenção no relato de seu Alexandre foi a reprodução de uma memória coletiva que permeia as cabeças dos mais velhos da região atualmente e se vê a seguir.

(...) eu vi várias aviatura (sic) com pessoa amarrado dentro né? Os pés e as mão, um dia eu vi uma pessoa por nome Sônia e... um dia eu vi uma moça por nome Dina, chamava Dinalva na época, assistindo o jornal, o nome dela, o nome dela certo é Dinalva, mas o apelido, o outro nome chamava Dina, isso tão bonita meu amigo, essa menina, bonita que parece que era pintada do céu assim ó, que era levada ali pra uma execução que tinha um ponto que chamava bacaba que hoje é uma sede do exército em Marabá (...)²²⁸

²²⁷ Entrevista realizada com seu Alexandre em fevereiro de 2011 em Palestina do Pará.

²²⁸ *Idem*

Esses depoimentos são parte da construção da memória coletiva que vem ano a ano após a ditadura sendo construída pelos habitantes da região. Organizações não Governamentais (ONGS) e entidades como o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (Ceji) e indivíduos particulares que se interessam pelo estudo e resgate daquele período, inclusive familiares dos guerrilheiros mortos e desaparecidos que dado esse processo, exerce influência na construção dessa memória. A fala de Seu Alexandre acerca da prisão e morte da guerrilheira, que teria sido testemunhada por ele, não é apoiada pelos estudos históricos, visto que, sua chegada e permanência na região foram posteriores ao fim do movimento guerrilheiro: A subcomandante da Guerrilha Dina foi presa em junho de 1974²²⁹, ou seja, antes da chegada de seu Alexandre na região. Todavia, seu depoimento reproduz o imaginário coletivo construído ao longo dos anos posteriores à ditadura, cercado por descobertas, mas também por mitificações de ambos os lados (oficial e popular). Não obstante, o entrevistado chegou à região no período imediatamente após o fim da guerrilha, mas também vivenciou, como já dito pelo mesmo, as intempéries daquele período de grande repressão política.

Essas mitificações são comumente construídas e servem de alegorias para enfatizar determinados acontecimentos ou períodos, portanto, não a entendemos como mentira do entrevistado e sim como reprodução da memória (alegórica) coletiva. Lembramos Montenegro que diz “O que importa na História Oral não são os fatos acerca do passado, mas todo o caminho em que a memória popular é construída e reconstruída como parte da consciência contemporânea (...)”²³⁰

Escolhemos mais um relato acerca da pressão sofrida na região em virtude da presença dos militares, por sua vez nos chamou a atenção por ser de um francês recém chegado ao Brasil e que mal falava português na época, mas mesmo assim foi preso, e acusado de ligação com a guerrilha. “Fazia dois meses que eu tava aqui, já me prenderam porque acharam que eu era remanescente da guerrilha, coisa de paranóia de milico”²³¹.

Observando esses depoimentos, podemos concluir que o processo de assentamento dos trabalhadores rurais nessa região, se desenvolveu de uma forma peculiar em relação às demais áreas abrangidas pela Transamazônica, tendo como prioridade do governo o combate à guerrilha e a qualquer um que a ajudasse, e não a

²²⁹ STUDART, Hugo, **A Lei da Selva**. São Paulo, Geração Editorial, 2006. p. 57.

²³⁰ MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e Memória: A Cultura popular revisitada**. Editora Contexto, São Paulo, 2007. p. 16.

²³¹ Entrevista realizada em fevereiro de 2011, em Marabá, com seu Emmanuel.

fixação do homem a terra realmente, o que tornou o sonho de conseguir um pedaço de terra para cultivo e a gentileza com os vizinhos, possíveis guerrilheiros, em prematura sentença. O depoimento do francês também nos revela o importante papel que foi desempenhado pela Igreja no que tange à assistência aos trabalhadores rurais dessa região brasileira. Ao ser perguntado sobre os motivos que o trouxeram para o Brasil, ele nos diz: “Muito simples! Eu era agrônomo e era de uma congregação religiosa, aí trabalhava na agricultura familiar com uma equipe de irmãos lá na região”.²³² Ou seja, além da assistência aos trabalhadores no quesito espiritual, a Igreja também fez parte da vida dos mesmos dando-lhes através de assistência técnica, humanitária e na sua luta no que tange a terem seus direitos respeitados, que eram quase sempre ignorados na região. Emmanoel também foi membro fundador da Comissão Pastoral da Terra (CPT) entidade ligada à Igreja Católica e que se dedica a causa dos trabalhadores rurais em todos os seus segmentos.²³³

Um fato importante acerca da colonização às margens da Transamazônica na região Sudeste do Pará (microrregião de Marabá) é que o processo de migração para esta região se iniciou bem antes do projeto de colonização dirigida pelo Governo Federal, inclusive já se percebia alguns conflitos entre posseiros na região, não podemos afirmar exatamente quando teria se iniciado tal processo migratório, uma vez que, pode ser remetido a séculos ou décadas anteriores, mas, aproximadamente 50% de nossos entrevistados na microrregião de Marabá eram migrantes que se deslocaram antes da década de 1970, sendo a maior parte em função da busca por terras, mas também há casos relacionados à mineração e ao crescente comércio da região em virtude da construção da rodovia Belém-Brasília.²³⁴

Os casos de migração para a região antes da Transamazônica, nos revelam o perfil do processo e do trabalhador, normalmente oriundos da região Nordeste, principalmente do Maranhão, estado mais próximo, e que utilizavam o rio Araguaia

²³² Idem.

²³³ De 75 para 76 foi criada a Comissão Pastoral da Terra, tendo como membros fundadores Emanuel e Dorothy, tendo o primeiro trabalhado mais ou menos 10 anos na CPT e que depois passou a trabalhar em parceria com a Universidade Federal do Pará em um centro agroambiental do Tocantins a partir de 1988 e também desempenhou papel na fundação agrária do Tocantins Araguaia. No discurso de Emmanuel vê-se referência à Dorothy, esta por sua vez foi uma missionária norte-americana que, em virtude dos conflitos agrários existentes na região, envolvendo grileiros, latifundiários e trabalhadores rurais, estes últimos defendidos por ela, foi assassinada em 2005, no estado do Pará, na região de Anapu (área de cobertura do projeto Transamazônica), tornando-se mártir da luta dos trabalhadores contra a exploração do latifúndio.

²³⁴ Coletamos informações a respeito dos interesses nesse movimento migratório com os próprios trabalhadores da região em nossas entrevistas e em conversas informais com pessoas locais.

como caminho a percorrer. As primeiras ocupações se formaram próximas às margens do rio e, depois da construção das estradas, como a Transamazônica foi ganhando novos desenhos, de acordo com a maior ou menor facilidade de acesso. Tais observações, derrubam o *slogan* do Governo de *terra sem homens*, uma vez que, como se observa, o processo de migração já se mostrava dinâmico nessa região amazônica. A respeito desse tema Ianni observa que:

*A migração de trabalhadores rurais e seus familiares para a região amazônica intensificou-se bastante desde 1970. Ela já ocorria em escala notável antes dessa data, se tomamos por exemplo o que vinha ocorrendo no Sul do Pará (...).*²³⁵

O autor ainda expõe sua opinião com relação aos projetos de colonização realizados na região, afirmando que tais empreendimentos foram na verdade uma espécie de “contra-reforma agrária”, já que delimitou terras que antes eram alvo de ocupação espontânea de trabalhadores rurais e então as terras devolutas deixam de ser devolutas e passam a ser tornar cada vez mais latifúndios.²³⁶

As medidas tomadas pelo governo “*fomentaram um processo de modernização através de capitalização da produção nas regiões agrárias mais produtivas, especialmente os latifúndios.*”²³⁷

Na verdade, os próprios trabalhadores rurais, sem posses em sua terra natal, proporcionaram de forma autônoma uma espécie de reforma agrária espontânea, ocupando terras devolutas sem nenhum tipo de amparo do Estado, apenas os trabalhadores entre si é que cooperavam para sobrevivência.

A partir da criação dos projetos de colonização dirigida, que teve fases e formas diferentes de atuação nas épocas e regiões onde foram aplicados, podemos perceber em maior ou menor grau um favorecimento da grande propriedade em detrimento dos minifúndios, que na verdade seriam a solução para o fim da miséria e tensão social no campo. A respeito dessa prática de ocupação das terras devolutas o INCRA dizia:

MA-INCRA-CEAT AVISO

²³⁵ IANNI, Octávio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis, editora Vozes, 1979. p. 11.

²³⁶ Idem.

²³⁷ MILDER, Ron. op cit.

O INCRA, no interesse de salvaguardar os bens da União, alerta ao público em geral das disposições legais inseridas no artigo 20 da lei 4947, de abril de 1966.

<<Art. 20 Invadir, com intenção de ocupá-las, terras da União dos Estados e Municípios:

PENA: Detenção de 6 meses a 3 anos.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem, com indêntico propósito, invadir terras de órgãos ou entidades federais, estaduais ou municipais, destinadas à reforma agrária.²³⁸

Temos acima uma situação descrita pelo próprio órgão responsável pela reforma agrária ou seja, na região do Araguaia-Tocantins, onde está o sul do Pará, em 1978 já havia uma situação de tensão reconhecida pelo Estado, uma vez que ficava limitada a ocupação dessas áreas de acordo com as restrições dos órgãos controladores. Essa situação de restrição à chegada dos trabalhadores fez com que os latifúndios fossem privilegiados em relação aos minifúndios recebidos por trabalhadores rurais pobres.

Após o lançamento do PIN, “só se falava na nova estrada e no novo país que ela ia significar para os ‘homens sem terra’ do Nordeste” apesar disso o que se viu foi que “multiplicaram-se as grandes fazendas de gado financiadas pela SUDAM.”²³⁹

Ianni resume a situação:

*A despeito da política governamental, em favor do latifúndio e da empresa (extrativismo, mineração, pecuária, agricultura, agroindústria) são muitos os trabalhadores rurais e seus familiares que seguem para as terras devolutas ou tribais da Amazônia. Cresce o número de ocupantes em áreas como a do sul do Pará (...)*²⁴⁰

Essa situação gera por consequência uma bomba relógio, que normalmente explode do lado do posseiro e seus familiares, mutilando famílias que já eram sobreviventes de outra situação de exclusão em sua terra natal, enquanto os desmandos dos grandes proprietários são comumente mascarados e pouco repreendidos pelo Estado. Casadálga em “*Uma Igreja da Amazônia contra o latifúndio e a marginalização social*” é bem claro ao afirmar que “À Sudam, infelizmente não

²³⁸ MA- Ministério da Agricultura, INCRA- Instituto nacional de colonização e reforma agrária. CEAT – Coordenadoria especial do Araguaia-tocantins, 1978 *apud* IANNI, op cit..

²³⁹ ²³⁹ BUARQUE, Sergio; CARELLI, Vincent; DÓRIA, Palmério e SAUTCHUK, Jaime. História Imediata. **A Guerrilha do Araguaia**. Editora Alfa Omega, São Paulo, 1978. p. 16.

²⁴⁰ IANNI, op cit.

podemos apelar, pois até o momento mostrou-se exclusivamente a serviço do latifundiário”²⁴¹

A inexistência do “vazio demográfico”, pelo menos na região sul do Pará, fica demonstrada por Velho:

*Na área do São Domingos, o problema de terras está se tornando mais difícil. Não existem mais extensas faixas de terra livre próximas a São Domingos (...) por isso diminui a capacidade absorver novos lavradores.*²⁴²

Essa afirmação corrobora fielmente a situação: “O negócio pro chegante está complicado. Pobre tem que andar, tem que acompanhar o movimento. Quem já fez, já fez, quem não fez, não faz mais”.²⁴³

A rodovia que foi projetada para ser símbolo da grandeza nacional e de sua justiça social, através da grande mobilização de trabalhadores nesse espaço nacional, não levou em conta, que do ponto de vista do capital, a mobilidade do trabalhador é altamente vantajosa, diminuindo custos e aumentando a eficiência do empreendimento, contudo, “do ponto de vista do trabalhador a mobilidade significa basicamente, maior instabilidade e exploração, bem como dificuldades extras de organização sindical e política”,²⁴⁴ ou seja, o trabalhador fica a mercê dos interesses do capitalista, neste caso, os donos das construtoras e os grandes latifundiários, enquanto os capitalistas lucram cada vez mais com a exploração, pouco fiscalizada, do trabalhador. “Em pouco tempo, na Amazônia de terras-do-sem-fim, surge e agrava-se a luta pela terra”.²⁴⁵

3.1 O Trabalho na construção da rodovia

Ao longo de nossas pesquisas, tomamos conhecimento de sucessivas reportagens em jornais e revistas que enalteciam a construção da Transamazônica, tentando atrair os trabalhadores pobres do Nordeste com a promessa de melhoria na qualidade de vida. Dentre os atrativos estavam os bons salários, direitos trabalhistas, condições de aquisição de lote para permanência na região, promessa de assistência médica, alimentar

²⁴¹ CASADÁLIGA, Pedro. Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social. Carta Pastoral, São Felix do Araguaia. 1971.

²⁴² VELHO, op cit. p. 153.

²⁴³ Idem.

²⁴⁴ Idem.

²⁴⁵ IANNI, op cit. p. 42.

e segurança, entre outros, como podemos ver em entrevista dada ao jornal *Notícias de Marabá*, pelo então presidente do INCRA, José de Moura Cavalcanti com a finalidade de fornecer notícias acerca da construção da imensa rodovia.

*Virão cerca de cem mil famílias, mas, segundo o presidente do INCRA, não mais virão como ‘arigós’²⁴⁶, de lamentável menoria para a amazônica, nos anos 40, nas levas da famosa ‘Batalha da borracha’. Agora, os nordestinos serão localizados em colônia na margem da Transamazônica e contarão com total assistência governamental, inclusive casas, terra de boa qualidade e ainda assistência social, o que vale dizer médico, dentista, medicamento, além de sementes selecionadas e instrutores agro-pecuários que lhes ministrarão os conhecimentos básicos sobre a maneira mais eficiente de obter resultados compensadores na terra virgem da Amazônia.*²⁴⁷

De acordo com o regime de leis trabalhistas do Brasil (Consolidação das Leis Trabalhistas- CLT), criada ainda no governo de Getúlio Vargas e vigente até os dias atuais, o regime de trabalho não pode passar das oito horas diárias acrescidas de duas horas extras a serem pagas em valor diferencial. Contudo, não havia fiscalização sobre as empresas contratadas para a construção da rodovia e tal negligência do Estado resultou em superexploração dos trabalhadores.

Vejamos o que nos diz o Seu Edson, que trabalhou como motorista para a construtora Rabelo durante a construção do trecho Itaituba/Jacareacanga, a respeito do regime de trabalho: “O lema era construir. A gente trabalhava de 6h às 10h [22h]. Tinha dia que eu trabalhava 24 horas do dia. Eu tinha que ir descarregar o carro pra vir abastecer aqui (...)”²⁴⁸

Também escutamos seu Zé, que trabalhou como auxiliar de topógrafo em outro trecho da rodovia: “Nós trabalhava 10h por dia, porque trocava turno (...) mas trabalhava o dia todo de 7 às 6 da tarde, parava pra almoçar era na picada mesmo, não tinha esse negócio de... né? (...)”²⁴⁹

O Regime de trabalho, de acordo com os relatos, superava em muito o que era estabelecido pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), instrumento responsável

²⁴⁶ Arigó é um termo depreciativo, utilizado para denominar os nordestinos que migraram em grandes levas no período de extração da borracha da Amazônia na primeira metade do século XX. Ver mais em: GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *Errantes da selva: histórias da migração nordestina para Amazônia*. Recife: Editora da UFPE, 2006.

²⁴⁷ *Notícias de Marabá*, novembro de 1970.

²⁴⁸ Entrevista realizada em julho de 2010 na cidade de Petrolina – PE.

²⁴⁹ Entrevista realizada em fevereiro de 2011 na cidade de Brasil Novo - PA.

pela regulamentação do trabalho no país, demonstrando total desrespeito aos trabalhadores e seus familiares, que, por sua vez, estavam em uma região desconhecida, e necessitavam ainda mais da presença da família unida. Isto, por sua vez, confronta os noticiários dos jornais e revistas da época que falavam do regime de trabalho proposto como se houvesse respeito às leis trabalhistas, em matéria do jornal *O Liberal* de 18 de agosto de 1970:

ASPECTO HUMANO TEM INFLUENCIA NA OBRA DA TRANSAMAZÔNICA

*O Aspecto humano é o elemento prioritário dentro do programa de implantação da rodovia Transamazônica, segundo o pensamento do ministro Mario David Andreazza, dos transportes. Assim sendo, ordenou que sejam proporcionadas todas as medidas de segurança, assistência social e fornecimento de suprimentos aos trabalhadores e suas respectivas famílias na fase de pré-implantação da rodovia de integração.*²⁵⁰

Como podemos observar, há uma enorme contradição entre a descrição do que deveria ser feito, de acordo com o que fora publicado pelo jornal e o que foi realmente feito de acordo com os relatos de trabalhadores. Tal descaso levou à morte muitos trabalhadores, tendo vários deles perecido na própria floresta durante a construção da rodovia, como nos testemunha seu Zé, então auxiliar de topógrafo pela construtora Mendes Jr. “Vinha pro acampamento, chegava aí, não resistia, morria. Trazia pra Altamira, enterrava! Osso tirava pra Belém, era assim”.²⁵¹

Sobre a assistência médica recebida nos canteiros da obra, no interior da floresta, nós podemos tomar conhecimento através dos relatos de diversos trabalhadores que atuaram em diferentes trechos e empreiteiras que tal assistência era no mínimo, insuficiente e ainda que, normalmente, não circulavam notícias na obra, sobre o doente afastado do trabalho, fato que gerava especulações acerca da possível morte ou melhora da saúde de tal trabalhador. Dentre os muitos depoimentos que ouvimos para compor essa apreciação, além da malária que era a principal doença da região, responsável pelo afastamento do trabalhador, muitos apresentavam também problema de saúde mental, como veremos pelo testemunho a seguir. Começamos pelo relato de seu Edson, que prestou serviços à construtora Rabelo.

²⁵⁰ O Liberal, 18 de agosto de 1970.

²⁵¹ Entrevista realizada em fevereiro de 2011 na cidade de Brasil Novo – PA.

Quando perguntado sobre o problema que teve, seu Edson nos diz: “*Malária... Quando adoecia, quando tava ruim, eles mandavam pra fora. Se fosse morrer, não morria no acampamento.*”²⁵²

A Mendes Júnior, segundo seu Zé:

*Construiu um hospital em Belo Monte... Não era bom, mas tinha médico pra atender tinha remédio. Já existia SUCAN em Altamira, que fornecia o medicamento principalmente pra malária. Aí o cara chegava, com três dias, passava a febre voltava pro mato. Morreu muita gente.*²⁵³

Ainda segundo ele, quando o trabalhador saía da floresta para Belém:

Acabou-se, não tinha mais notícia! Esse pessoal da empresa tem acesso às informações, mas nós na mata não tinha... então quando lá o negócio pegava demais trazia pro hospital em Altamira. Aí de lá mesmo não sabia se morria se não morria. Se o cara sarava, pagava e mandava embora. Era assim, um rolo!

Além das condições insuficientes de atendimento aos trabalhadores expostos a situações naturais muito diferentes das quais estavam adaptados em sua terra natal, observa-se também a irresponsabilidade por parte dos médicos e dos dirigentes dos postos de atendimento médico em liberar para a volta ao trabalho pessoas que ainda estavam se recuperando de uma grave doença.

Assim, chegamos à conclusão que parte dos trabalhadores mortos pela Malária, poderão ter morrido em virtude desse “descompromisso” por parte dos responsáveis pela saúde dos trabalhadores. Assim como a omissão pelo paradeiro daqueles que eram retirados para tratamento. Todos esses fatos aumentavam o nível de medo e especulação entre os que ficaram nas frentes de trabalho. Essas condições de controle emocional extremo a que estavam submetidos contribuíram para embrutecer homens e mulheres.

Segundo depoimento do Engenheiro Dalvâneo, que também trabalhou na obra, tais situações provocaram em alguns trabalhadores, patologias mentais, como nos conta.

Teve gente que trabalhou comigo, que matou gente, teve gente que tocou fogo em avião, teve gente que ficou doido... pirou! Ficava isolado lá. E muito homem junto e a diversão era tomar cachaça, entendesse? E, se num tomasse cachaça ficava doido lá... aí, sempre tem umas pessoas mais exaltadas. Teve um que matou outro camarada lá, colega de trabalho, discutiram, aí meteram a faca e morreu, teve um que pirou que eu tive que trazer ele aqui sedado!

²⁵² Entrevista realizada em julho de 2010 na cidade de Petrolina – PE.

²⁵³ Entrevista realizada em fevereiro de 2011 na cidade de Brasil Novo – PA.

*viajei com ele de avião, dormi com ele lá em Belém, e, botando vez por outra um **cachetizinho** na boca dele, pra ele ficar meio doidão, meio sedado por que ele tinha sido recrutado aqui (Recife) eu tinha que entregá-lo aqui em Recife...*²⁵⁴

As condições de vida extremas, as quais foram expostos os trabalhadores, que, em sua grande maioria eram oriundos do meio rural nordestino, sem convívio com suas famílias, ao perder seu ambiente, passavam a desenvolver perfis depressivos e/ou agressivos, como nos relatou o engenheiro Dalvêneo.

O isolamento imposto pela região onde iam trabalhar, atrelado às poucas condições de higiene, sem conforto ou assistência médica, psicológica e social, certamente gerou um quadro de depreciação do ser humano, que, nestas condições passa a desenvolver outros valores morais. Esse cenário desenhado pelos atores do processo nos mostra o quão diferente era o quadro apresentado pelas páginas coloridas das revistas semanais que circulavam no país. Após ter passado por tais circunstâncias, chegando a apresentar um quadro de distúrbio mental, um trabalhador foi, segundo seu Dalvêneo, “devolvido” ao Recife, mas ao que nos parece, sem nenhum acompanhamento médico ou profissional, pois o referido trabalhador, então trazido, já não possuía mais vínculo empregatício.

O depoimento abaixo, também de Seu Dalvêneo, nos revela ainda como se manifestavam as relações de poder nos canteiros de obras. Vejamos:

*Rapaz, eram condições... eram difíceis, por que você veja, a gente foi, num tinha nem casa, depois a gente fez um acampamentozinho com as casas de madeira, mas tinha mosquito, tinha calor, compreendeu? A alimentação vinha de Belém, via fluvial e aí tinha caça também, eu contratei um Índio, aquele safado, era só pra fazer... ser caçador. (...) não demorava muito tempo ele vinha com a caçada.*²⁵⁵

Podemos perceber que os problemas descritos vão muito além do isolamento social. A questão alimentar também era um grande problema e na tentativa de melhorar a má qualidade alimentar era comum fazer-se uso da caça. Para isso, utilizavam a mão de obra indígena, fato citado em outras entrevistas. Todavia, chama a atenção a forma como o entrevistado se refere ao índio contratado, qualificando-o como “safado”, demonstrando o preconceito existente e a incompatibilidade de valores sociais dos grupos envolvidos. Isso se deve entre outros fatores, à reprodução de uma imagem

²⁵⁴ Entrevista realizada em abril de 2011 na cidade de Olinda – PE. Grifo nosso, pois está se referindo a algum remédio de uso psiquiátrico.

²⁵⁵ Entrevista realizada em abril, na cidade de Olinda – PE.

essencialmente depreciativa do índio nos meios sociais ditos civilizados, levando o entrevistado a preconceituosamente não compreender o abismo cultural que separa o índio do resto da população brasileira.²⁵⁶

Ainda no que se refere à alimentação, a exaustiva utilização de alimentos em conserva, devido às condições climáticas e de acesso aos canteiros de obra, eram à longo prazo, um grande fardo a ser carregado pelos trabalhadores, principalmente para os que precisavam de uma alimentação mais saudável, em virtude do tipo de trabalho desempenhado, já que se fazia uso essencialmente da força física. Seu Edson nos revelou:

Comia pra não morrer. Lá a gente não tinha outra opção, ou comia ou passava fome. Então a conserva que tinha ninguém agüentava mais. Então comia feijão com arroz. E o engenheiro que trabalhava lá com a gente era muito rígido. Ele tinha muito medo que o peão adocesse. Só que a empresa não era dele. Ele era chefe só do setor... Teve uma vez que ele pegou uma panela lá cheia de jabá e jogou no meio da rua dizendo que peão não podia comer aquilo porque aquilo ia adoecer o peão que comesse. Tinha um fardo e meio de jabá.²⁵⁷

Seu Edson nos contou que era comum o consumo de comida em conserva e que seu uso diário fazia da refeição não um momento de prazer e descontração, mas sim um momento de desgaste e superação, pois a necessidade de sobrevivência os fazia comer comidas que muitas vezes não estavam em melhor estado de conservação. Ele também nos revelou que mais tarde essa situação tentou ser contornada com o uso da caça para substituir a carne, de difícil acesso na região. É importante observar como no discurso desse trabalhador o momento da alimentação aparece não como um momento de prazer e confraternização, mas sim, como mais uma dificuldade a ser enfrentada na luta pela sobrevivência.

Mesmo sem querer comentar a respeito do tratamento diferenciado dentro dos acampamentos, quando perguntado se comia junto com os outros trabalhadores, o engenheiro respondeu:

Tudo junto, quando você tá numa situação dessa, você tem que se nivelar com o pessoal, se não, num tem como ter um certo controle, ia ser na força? Claro que eu andava armado, lá todo mundo andava armado. Eu tinha dois revólveres, só vivia com meu 38 de lado e tinha outras armas mais pesada (sic) no acampamento, mas pra a gente

²⁵⁶ Sobre a História dos Índios no Brasil ver mais em: DA CUNHA, Manuela Carneiro (org.). História dos Índios No Brasil. Companhia das Letras, São Paulo, 2008.

²⁵⁷ Entrevista realizada em julho de 2010, na cidade de Petrolina PE.

*conseguir alguma coisa tem que ser, tem que se dá as mãos, se não você não consegue tanger esse povo.*²⁵⁸

Estava presente uma estratégia desenvolvida para facilitar o convívio com os demais trabalhadores subordinados imediatamente a ele. Contudo, deixa claro que se preciso fosse estava o tempo todo armado, fato que caracterizava uma violência simbólica, pois apesar de estar junto dos demais trabalhadores, ficava clara a situação de hierarquia, os que mandavam e os que obedeciam. Além do já exposto, observa-se também o tom de superioridade ao utilizar termos como “tanger” ao invés de lidar, coordenar ou outros menos depreciativos da figura humana em questão.

Os privilégios concedidos a um determinado grupo em detrimento dos outros também ficam evidenciados nos casos de folgas do trabalho.

*No meu caso, a turma de nível superior vinha a cada três meses, pro lugar de origem. A cada três meses eu tinha 15 dias aqui [Recife], mas, o pessoal de nível mais baixo não tinha essa folga não, até por que muitos não agüentava e vinha de vez (...) muita gente desistiu (...) Meu carro era um helicóptero! Eu tinha um helicóptero comigo todos os dias, da empresa carioca chamada Voltec e, a cada mês vinha um piloto, um mecânico e ia se alternando, porque a gente não tinha como circular.*²⁵⁹

O Engenheiro podia visitar sua família e terra natal de três em três meses, permanecendo quinze dias diretos, além de ter à sua disposição um helicóptero e piloto no acampamento para o caso de precisar se deslocar à Belém ou outros pontos da obra. No entanto, os trabalhadores mais humildes não tinham nenhuma dessas regalias e eram obrigados a permanecer longe de seus familiares por meses ou mesmo, anos, fazendo com que o vínculo familiar fosse desgastado e gerando problemas não só para os que ficavam no isolamento, mas também para os familiares que na prática perdiam quase totalmente o contato com seus entes queridos. Outro fato que chama a atenção é a justificativa dada para não conceder os mesmos benefícios aos demais trabalhadores, já que muitos desistiam do contrato quando voltavam para a família, o que gerava despesas para as empreiteiras que tinham que mobilizar novos trabalhadores.

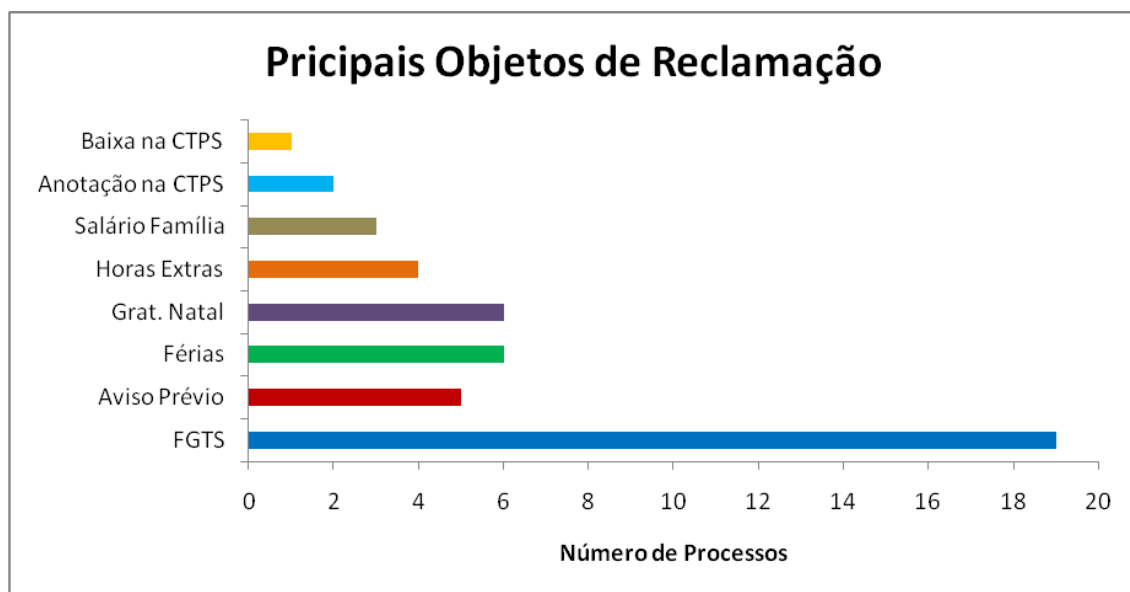
²⁵⁸ Entrevista realizada em abril de 2011 na cidade de Olinda – PE.

²⁵⁹ *Idem.*

Além das condições totalmente insalubres de trabalho havia também o não cumprimento das obrigações legais das empreiteiras em relação aos trabalhadores da Transamazônica.

Os processos pesquisados no Arquivo do Tribunal Regional do Trabalho de Belém do Pará nos fornecem dados que corroboraram os depoimentos dados pelos trabalhadores construtores da rodovia. Não havia respeito à legislação, sendo os casos mais comuns de queixas trabalhistas contra as construtoras o não pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), como podemos observar no gráfico abaixo.

GRÁFICO IV



Fonte: Arquivo do TRT – PA, 8ª Região.

Observa-se também que o segundo maior número de objetos de reclamação estavam ligados ao não pagamento ou gozo de férias, demonstrando mais uma forma de exploração abusiva do trabalho, estimulada pela não fiscalização do governo e pela mídia que ofuscava ou ignorava as denúncias de abusos cometidos.

O trabalho na construção da rodovia não nos parece a “redenção do povo nordestino”, como afirmava o Plano de Integração Nacional (PIN), pois alguns trocavam o *flagelo* da seca pelo *flagelo* do isolamento, doenças e exploração física de seu trabalho.

3.2 A vida e a fixação em solo amazônico

Os principais objetivos da transamazônica, segundo o PIN, eram: garantir a presença do Estado brasileiro na região amazônica e prover uma distribuição de terras para trabalhadores (principalmente nordestinos) nas margens da rodovia, proporcionando assim uma grande reforma agrária e promovendo a “redenção” do povo nordestino, processo de colonização que seria organizado e dirigido pelo Estado.

A respeito do processo de assentamento das famílias nas áreas destinadas à reforma agrária, se percebe inicialmente que houve insuficiência de gestão nesse quesito. Além da má gestão, percebemos também um erro na execução do projeto, uma vez que uma verdadeira reforma agrária não deve estar condicionada às diretrizes de bancos financiadores e suas estratégias de lucratividade, muito menos privilegiando o Latifúndio em detrimento da pequena propriedade.

A forma como foi proposta a distribuição de terras na Transamazônica implicava no controle total do Estado, enquanto gestor do processo, por sua vez, isso demonstrou a impotência do mesmo em gerir o processo, além tentar ignorar o processo migratório espontâneo anterior e posterior à construção da rodovia.

Aparentemente, a concepção de colonização tal como é praticada implica uma pretensão de controlar o processo de povoamento em que a onipotência pode aproximar-se perigosamente da impotência. Mesmo bem sucedida dentro de seus limites, o que é duvidoso, a colonização provavelmente levaria à formação de uma camada relativamente privilegiada de colonos no meio de um mar de povoamento espontâneo que se daria à sua revelia.²⁶⁰

Ao desembarcarem, todos desorientados e ansiosos, buscando reunir seus pertences e suas forças para conseguir enfrentar a nova realidade exposta, trazendo “consigo um pouco dos valores incorporados e dos objetos queridos para apoiá-los em sua nova vida”²⁶¹ iam se familiarizando aos poucos com a nova morada. A recepção, normalmente não era das mais confortáveis, uma vez que os migrantes eram alocados em acampamentos sem condições mínimas de higiene, onde várias famílias dividiam o mesmo espaço enquanto aguardavam seus encaminhamentos aos lotes. Contudo essa realidade de pouca estrutura dada aos trabalhadores migrantes era bem diferente da

²⁶⁰ VELHO, *op cit.* p. 155.

²⁶¹ SILVA, Maria Ivonete Coutinho da. *op cit.* p. 123.

realidade dos altos funcionários do INCRA e outras instituições burocráticas instaladas ao longo da Transamazônica que desfrutavam de confortáveis instalações.²⁶²

Deixemos então que os próprios atores desse processo nos revelem suas experiências.

Sobre a forma como era vista a distribuição de terras realizada pelo Governo Federal, em meio a um turbilhão de propagandas e matérias jornalísticas que falavam com louvor do projeto, também circulavam relatos assustadores acerca do mesmo. Seu Carlos, que havia chegado ao sul do Pará em 1972, revela por que não quis pegar os lotes oferecidos pelo INCRA.

*É por que o povo dizia aqui: óia (sic) rapaz, isso daí é uma escravidão! Esse negócio de INCRA nada, naquele tempo a gente... a gente era muito besta né? Esse povo diz que é uma escravidão esse negócio dessas terras aí é pra escravizar, ninguém quer essas terras!*²⁶³

Assim, ficou divulgado entre a população o fato de que aqueles que recebessem terras do Estado, ficariam em situação de semi-escravidão. Havia uma desconfiança dos trabalhadores, em relação às intenções do governo, além do fato de a experiência recente ter mostrado a relação de dependência estabelecida após a aquisição do lote pelo trabalhador desprovido de capital, passando este a ficar nas mãos de financiadores da produção. Isso por si só já poderia ser considerado um entrave ao sucesso do projeto de reforma agrária proposto, pois, aquele que seria, supostamente o beneficiário, não demonstra interesse em cooperar com um sistema cujos objetivos reais ele desconhece ou desconfia. Além da experiência de Seu Carlos, outros migrantes falam também influenciados pelos mitos que circulavam na época.

Seu Chico Sena nos conta acerca das histórias que chegavam à sua terra sobre a região Amazônica:

*Noventa por cento era mentira, dez por cento era verdade, o que era mentira era que o povo dizia que, aqui, tinha uma cobra que abria a boca lá no meio do mato e você via uma cidade dentro, aí você ia pra dentro e a cobra engolia a gente! É mentira! Outra também que ouvi falar é que disse que a gente chegava aqui, bastava sair no mato que o índio lascava a flecha na gente (...)*²⁶⁴

²⁶² Idem, p. 124.

²⁶³ Entrevista realizada com Seu Carlos em fevereiro de 2011 na cidade de Palestina do Pará – PA.

²⁶⁴ Entrevista realizada com Seu Chico Sena em fevereiro de 2011 na cidade de Altamira – PA.

O depoimento de Seu Chico Sena revela o lado mítico das histórias que circulavam na região Nordeste, a respeito do que os retirantes encontrariam ao chegar à região amazônica. Tal existência dos mitos e lendas amazônicas não são novidades em nossa História, contudo, é preciso entender que, para uma população carente, que enxergava aquela como única oportunidade de ascensão social, eram essas histórias, mais um obstáculo a ser superado na perspectiva de uma vida melhor. Seu Chico Sena superou os medos e imbuído de coragem e disposição, se deslocou por conta própria do sertão piauiense, até Altamira, de onde chegou a sair algumas vezes, mas sempre retornando. Lá, constituiu família e depois abandonou o trabalho rural para se dedicar a atividade de taxista.

O exemplo de Seu Chico não é singular, pois, muitos trabalhadores rurais, com o passar do tempo, deixaram suas antigas atividades e passaram a dedicar-se a outras atividades, sendo a maioria delas ligadas ao centro urbano dos municípios em que estavam alocados. Os motivos que levaram essas pessoas a abandonar o trabalho rural foram vários, mas, podemos citar como preponderantes, os que tange a falta de assistência estatal na zona rural, as doenças da mata, a falta de financiamento agrícola e, o baixo preço conseguido com a venda dos produtos, além da dificuldade de locomoção, em virtude da falta de manutenção das estradas. Em resumo, como poderemos observar a seguir, a verdadeira reforma agrária não foi uma prioridade.

Ao analisarmos o programa de metas e bases para a ação de Governo, criado pela equipe do Presidente Médici, encontramos como prioridades:

- I – Revolução na educação e aceleração do programa de saúde e saneamento;
- II – Revolução na agricultura-abastecimento;
- III – Aceleração do desenvolvimento científico e tecnológico;
- IV – Fortalecimento do poder de competição da indústria nacional.²⁶⁵

Observamos acima que, entre as prioridades do Governo Federal não está presente a questão agrária do país. O que se observou, foram políticas voltadas para o grande produtor, no caso, a agro-indústria, uma vez que a revolução agrícola levada a

²⁶⁵ Presidência da República. **Metas e bases para a ação de governo**. Serviço gráfico da Fundação IBGE, 1970. p. 27.

efeito desde então, foi no sentido de aumento da produção, contudo não na distribuição equitativa dela. O agro-negócio foi tomando conta inclusive das faixas de terras destinadas à reforma agrária nas margens da Transamazônica. Com relação a “Revolução na educação, aceleração do programa de saúde e saneamento, deixemos que os atores do período nos revele os resultados:

*Então, foi muita fome, foi muita miséria que nós passamos, não tinha escola, não tinha nada, aquilo que o governo falava, foi tudo baboseira! A minha mãe passou oito dias sem botar comida na boca, fazendo greve, ela fez greve de fome, só botava água, fez greve de fome por que ela viu que botou todos nós num beco sem saída (...).*²⁶⁶

Esse testemunho, onde se vê um grau de revolta contra o Governo da época, é de extrema importância para revelar o sentimento que tomava conta dos retirantes que chegavam à Amazônia, trazendo em sua bagagem apenas o sonho de melhorar de vida, tendo, no entanto, sofrido com promessas não cumpridas.

De início vemos na memória de dona Maria José um resquício de revolta e frustração em relação ao que foi encontrado por sua família em 1972, quando então, chegaram a Altamira.

*Nós éramos onze, fora papai e mamãe, então éramos treze (...) e a gente ficava, dormia, tomava banho naquela água suja que tinha por ali, e a gente foi passando, quando foi um tempo apareceu... acho que quase um ano depois, no sentido também pra Altamira no quilometro 18 antes de chegar em Altamira, começaram a matar gado por ali, não sei de onde vinha esse gado, mas começaram a matar e eles jogam tudo aquele, aquela carne que não era boa né? Por exemplo aquelas víceras... os mocotós, cabeça né? Língua, essas coisas assim, jogavam fora nós descobrimos, pessoal dali do povoado descobriu, então se juntava esse povo todin (sic), (...) iam lá buscar isso aí, aquele horror de gente e minha irmã, muito forte, hoje ela mora em Macapá, ela ia junto também, quando ela chegava, a gente tinha ralado mandioca ou macaxeira pra fazer beiju... então aquilo que eles traziam tudo(...) colocavam em comum.*²⁶⁷

Pelo que ouvimos, não houve a assistência prometida para todas as famílias que foram deslocadas para a região. Para a família de Dona Maria José, que fez parte do programa de colonização, de iniciativa governamental, a nova empreitada não significou sucesso para a família. A falta que o Estado fazia era, na medida do possível, superada

²⁶⁶ Entrevista realizada na cidade de Brasil Novo – PA em fevereiro de 2011.

²⁶⁷ Idem.

com a organização e solidariedade dos próprios migrantes que estavam em situação semelhante. A busca por “restos” de comida, desprezada por uns, era organizada e seu preparo e distribuição também se faziam de forma comunitária. A sobrevivência nesse tipo de situação dependia da organização e cooperação dos próprios trabalhadores. Nos casos de doença, da mesma forma, era preciso a ajuda de vizinhos para o deslocamento do doente até a unidade de saúde de Altamira, que ficava a alguns quilômetros de distância. Percebemos também o tom com que a depoente fala de sua família, o orgulho ao citar sua irmã mais velha, como um símbolo de superação das dificuldades, hoje morando em Macapá.

Na trajetória das famílias que se fixaram em solo amazônico há uma constante, a importância do papel feminino no desenvolvimento de estratégias para sobrevivência diante do abandono estatal. As mulheres ocuparam papel de destaque, uma vez que, além de cuidar das crianças, normalmente eram as mulheres que atuavam como professoras em escolas improvisadas e aglutinavam demais trabalhadores através de tarefas coletivas. Um dos exemplos da importante atuação feminina foi a fundação do Clube das Mães, existentes muitas agrovilas e que em associação com organismos públicos ou privados atuou de forma salutar no que tange à conscientização da população acerca dos procedimentos de saúde, higiene cotidiana, etc. Mas o raio de ação ia mais longe, uma vez que, “a participação conjunta em torno de um projeto de colaboração social pode vir a consubstanciar uma percepção crítica dos universos público e privado, emprestando outra feição às relações de gênero vivenciadas nestas instâncias.”²⁶⁸

IMAGEM XII

²⁶⁸ SILVA, Maria Ivonete Coutinho da. op. Cit. p. 196.

TAMBÉM ESTAMOS NA TRANSAMAZÔNICA

*Desde 1965, estamos
acompanhando a
arrancada da Amazônia.
Fomos os primeiros a
acreditar nela. Agora,
seremos também os
primeiros a construir uma
Escola na
Transamazônica.*

ESCOLA ADOLPHO BLOCH

Projeto:
arquiteto Raphael
Matheus Peres

Local:
Medicilândia —
2.ª agrópolis —

Km 92 a partir de Altamira
Área do terreno: 20.000m²
Área construída: 2.000m²



Capacidade: 320 alunos (40 por sala de aula)

Características: Escola integrada para 8 séries. Construção tropical, com arborização dos pátios que circundam as salas, auditório para 200 pessoas, biblioteca, laboratório para aulas práticas.

A Escola Adolpho Bloch, que está sendo construída em colaboração com o INCRA, será inaugurada em setembro.

Como já aconteceu com as Escolas Joseph Bloch e Ginda Bloch, doadas à Guanabara e a Teresópolis — a nossa Escola da Transamazônica será também doada ao Governo.

FONTE: Revista Manchete, especial Amazônia. 02/1973. p. 29.

A propaganda acima, colocada na revista Manchete, das editoras Bloch nos leva a crer havia ligação da editora com o projeto dos militares, o que explica boa parte das sucessivas matérias especiais acerca da rodovia e seus “benefícios” para o povo brasileiro contudo, a revolução na educação, proposta pelo governo em suas metas de ações não foram coerentes, pois observa-se que a propaganda acima é datada de 1973, quando já havia muitos colonos na região, uma vez que chegaram desde 1970 pelo menos. Ou seja, além de ser um projeto de escola de pequeno porte (320 alunos), a primeira escola ainda seria construída em 1973 e os que chegaram antes foram obrigados a conviver com a inexistência de escolas públicas de qualidade.

Sobre a questão do acesso à educação, Dona Maria ainda nos falou:

Surgiu uma vaga pra ser professora, eu já tinha começado um servicinho como professora lá no arraial, e aí surgiu uma vaga ali e eu não perdi tempo né? Aqui dizia sempre que quem tem um olho é rei, então, como eu tinha 5ª série na época né... quem tinha 5ª série na época era doutor, então eu disse rapaz, eu vou arriscar, arrisquei,

*ganhei a vaga, comecei a trabalhar (...) já casada, já barriguda, quando eu vim receber o primeiro salário era setembro (...) esses meses todinhos fiquei sem receber, mas no fim veio a vitória, por que quem trabalhava na Transamazônica tinha um abono, por estar trabalhando na transamazônica ganhava um abono né? Então em setembro eu ganhei meu salário, o do mês, em outubro eu ganhei todos os atrasados e em novembro ganhei o abono, então isso né? Foi uma vitória muito grande pra mim...*²⁶⁹

A revolução na educação não atingiu aos que protagonizaram a concretização desse projeto nacional de integração. É importante perceber que o tom de deboche em que fala da propaganda governamental da época é fruto do não cumprimento das promessas recebidas ainda em sua terra natal. Esse fato desencadeou uma forma de protesto feito pela mãe de Dona Maria José, que se vendo arrependida de ter colocado sua família exposta a tal situação optou por uma greve de fome, sem, no entanto, perceber que esta forma de protesto poderia agravar ainda mais a situação familiar. Os motivos que a levaram a tomar essa decisão foram expostos.

Observamos que os responsáveis pela educação básica da população alocada nos lotes da Transamazônica eram os próprios trabalhadores, uma vez que não havia prestação desse serviço pelo estado. Segundo relatos, as escolas eram improvisadas em qualquer espaço menos inconveniente e aqueles que tinham o mínimo de formação, ou seja, sabiam ler e escrever, eram responsáveis por passar seus conhecimentos para os demais. Com o passar do tempo, essas escolas foram reconhecidas pelo Estado e seus professores incorporados à rede pública de ensino, porém não precisamos discutir acerca da qualidade de ensino recebida por esses estudantes, já que, não haviam professores capacitados para exercer tal função, nas palavras populares, “quem tem um olho só é rei”. Apesar dessa situação, o governo dos militares, através da imprensa, propagava a presença do Ministério da Educação na região dos assentamentos. A revolução educacional estava bem longe, contudo, o que era noticiado:

²⁶⁹ Idem.

IMAGEM XIII



Fonte: O Liberal, 11/01/1972.

Mesmo não obedecendo aos procedimentos estabelecidos pelo governo, segundo a matéria publicada no dia 11 de janeiro de 1972, Dona Maria conseguiu oficializar-se enquanto professora da rede estadual de ensino. Contudo o número de profissionais não foi suficiente nesse período, obrigando professores a acumularem alunos de séries diversas em um único vão, chamado de escola.

A vitória final, para Dona Maria, surgiu após sua incorporação à rede pública, fato que proporcionou a chance de se capacitar enquanto professora, lhe garantiu um salário mensal independentemente de qualquer problema com colheitas ou venda de produtos, e também lhe garantiu um status dentro de sua comunidade. Essa vitória veio após meses de trabalho não remunerado, trabalho que antes já era exercido em outra localidade, por pura cooperação e senso de solidariedade.

Essa forma de cooperação entre os trabalhadores para superar as dificuldades impostas pela ausência ou ineficiência do Estado era praticada antes mesmo da atuação das instituições religiosas como e segundo Dona Francisca já era comumente praticada

no Nordeste quando se passava por situações similares.²⁷⁰ As formas mais comuns de organização para cooperação entre os trabalhadores eram os chamados **mutirões**, feitos para abrir uma picada na mata, consertar ou construir uma ponte, ou mesmo para conseguir deslocar doentes até os postos médicos das cidades.

Observamos que as dificuldades se apresentavam antes mesmo da partida, a dificuldade de sobrevivência no sertão do Rio Grande do Norte levou à família de dona Maria José a deixar para trás suas poucas posses e seus familiares. A descrição da cena, onde os sogros estavam sentados à mesa diante da notícia da viagem é carregada de emoção, a separação entre pais e filhos foi uma constante nesse processo de migração. A venda das posses para dar um mínimo de garantia também se manifesta com normalidade nos discursos dos migrantes.

Sentamo (sic) o velho e a velha, eu e ele desse lado da mesa, eu digo Tonho Zé, Chico Pedro chegou contando que você se inscreveu pra ir pro Amazonas “ eu me inscrevi, mas vou nada” num vai? Numa vai só se num for chamado, mas se for, como é que nós vamo (sic) criar onze filhos e só possui num seis quantas braças de terra, era bem pouquinha e pra criar esses filhos e dá estudos a eles, nós vamos aí o velho e velha as lágrimas caíram nos olhos que era meu sogro e minha sogra... aí ficou vai e num vai e lá vai a gente vendendo as coisinhas que tinha, isso era pra vir em dezembro, nós chegamos aqui no dia 7 de março (...) o governo trouxe a gente.²⁷¹

Observamos nas entrelinhas que o maior motivo para a saída dessa família de sua terra natal não foi a seca em si, mas a terra insuficiente, para o sustento de uma família com onze filhos. Vemos aí mais uma vez o Nordeste se mostrando como uma região de grande desigualdade social e concentração fundiária.

A história da família de dona Maria José, assim como a de muitas famílias migrantes é de sofrimento, mas também de vitória, uma vez que, conseguiram sobreviver a adversidade. Neste caso específico, a família pegou um lote às margens da Transamazônica, o que facilitou a produção e o escoamento da mesma. Muitas famílias não tiveram essa mesma sorte. A família de dona Maria José também nos revelou que era comum os funcionários das empreiteiras andarem sempre armados com revólveres, fato que gerava uma violência simbólica, além de perceberem que muitos desses

²⁷⁰ SILVA, Maria Ivonete Coutinho da. op cit.

²⁷¹ Entrevista realizada em fevereiro de 2011 na cidade de Brasil Novo – PA.

funcionários após as obras de construção da estrada fixaram-se na região, inclusive adquirindo lotes.²⁷²

No que diz respeito a organização dos trabalhadores para a reivindicação de melhorias, Seu Francisco das Chagas, Filho de Dona Maria José diz que não havia mobilização nesse sentido “*até por que era na época da ditadura né? se tivesse alguém com algum levante era considerado subversivo né? aí tinha muita gente que era X9!* (observadores do governo).”²⁷³

A esse respeito, Seu Francisco nos fala de um tal de Gaúcho, que era conhecido por reclamar das “falcatruas” de funcionários e instituições da região e ameaçava denunciá-las, foi retirado a força da região antes da chegada do presidente.

*Esse Gaúcho que mamãe falou mesmo, numa época que veio o presidente, não sei se foi o Médici, tiraram ele daqui. Ele falava muito (...) aí deram um banho de pau nele (...) disseram que levaram ele pra vitória do Xingu, ele ficou quatro dias preso por lá (...) deu um cala boca nele né?*²⁷⁴

A situação, como se pode perceber, era de medo, despertado pelo Estado em seus cidadãos, fato que é praxis em regimes ditatoriais, como o que o Brasil viveu nos anos 1970. Como consequência dessas experiências traumáticas desenvolvem-se relações de desconfiança entre homens e mulheres, que, assim, levavam uma vida de medo, nunca sabendo se estavam sendo observados, mas agindo movidos pela dúvida e pelo medo de serem descobertos ou confundidos com opositores ao regime. O Exemplo dado do Gaúcho é bem claro a respeito do que ocorria com os que ousavam questionar, não o regime político, mas, apenas as falhas de um projeto político que pretendia ser símbolo da eficiência estatal. Ele retrata bem o porquê das poucas mobilizações coletivas para cobrar do governo e de seus agentes o cumprimento de seus papéis.

Essa forma de camuflar os erros cometidos durante a execução do projeto federal revela a truculência e a incapacidade de ouvir as reivindicações por parte dos que eram desassistidos por aqueles que deveriam sanar seus problemas. O dito homem que foi sequestrado e espancado voltou depois de alguns dias, mas se recusou a falar

²⁷² Essa conversa com a família de dona Maria José também nos fez corroborar a tese de Maria Ivonete Coutinho, que afirma que as primeiras escolas ou similares eram organizadas essencialmente pelas mulheres e filhas dos colonos, revelando o importante papel feminino no convívio, desenvolvimento e sobrevivência de todos os trabalhadores que estavam em situação similar.

²⁷³ Entrevista realizada em Fevereiro de 2011 na cidade de Brasil Novo-PA.

²⁷⁴ Entrevista realizada em Fevereiro de 2011 na cidade de Brasil Novo- PA.

sobre o assunto, o que nos leva a concluir que além de espancado foi também ameaçado.²⁷⁵

No caso das famílias, como a de Dona Maria José, que foram levadas à região como parte do projeto de colonização dirigida pelo governo, havia uma assistência inicial do INCRA no sentido de fornecer abrigo, normalmente em barracos construídos em determinados trechos da rodovia, as agrovilas. E também uma assistência alimentar que durava até seis meses, sendo de total responsabilidade do colono a busca por seu sustento após esse período. Contudo, essa assistência alimentar era básica e padronizada para os colonos, fazendo com que as famílias mais numerosas não conseguissem sobreviver apenas com esta “benesse”.

Em relação à assistência médica, segundo a totalidade dos relatos obtidos, não havia em quantidade e qualidade suficientes. Utilizamos a fala de Dona Nair, lotada na região próxima de Altamira, para ilustrar tal condição.

*Meu filho, na época, naquela época nem posto de saúde não tinha, difícil, adoecia, tinha que vir aqui pra Altamira né? E por conta de condição financeira da gente mesmo, se não tivesse condição de trazer pra cá, em caso de morte morria ali.*²⁷⁶

Não foram raros os relatos de mortes em função das doenças, principalmente a malária, e das diarreias provocadas por outras contaminações devido à falta de saneamento básico, além de água potável. Seu Expedito nos fala do choque ao perceber o lugar para onde havia direcionado as esperanças de uma vida melhor.

*Antigamente era difícil, aqui pra você comer um grama de mandioca, isso era difícil demais. Você não via um pé de mamão, você não via nada, só mata e essa Transamazônica aberta aí... aí a gente veio, aí eu cheguei aqui, me arrependi demais, mas aí num tinha mais jeito (...) Você tá doido de vê aquele tanto de criança morrendo (...) ali embaixo, no finado João Pezinho, ali, ali morreu gente demais...*²⁷⁷

²⁷⁵ O medo disseminado nos habitantes da região, se revelou, ainda durante algumas de nossas entrevistas, dado que, em determinados momentos houve certo receio por parte alguns depoentes quando falavam acerca do período passado, medo este que só foi sendo vencido com o passar de algumas conversas e graças a boas indicações que tivemos de outros entrevistados, uma vez que, quando éramos levados a um possível entrevistado por outra pessoa da comunidade percebemos um maior grau de confiança, fato que se demonstrava nas conversas mais soltas e menos receosas.

²⁷⁶ Entrevista realizada em fevereiro de 2011 na cidade de Altamira-PA.

²⁷⁷ Entrevista realizada em fevereiro de 2011 na cidade de Brasil Novo-PA.

O choque, sofrido com a paisagem completamente diferente da que era encontrada no Nordeste, além das sucessivas doenças que acometiam os trabalhadores e suas famílias durante os anos iniciais da ocupação, fez com que muitos trabalhadores pensassem em abandonar os lotes. Alguns que tiveram condições financeiras para voltar à terra natal, o fizeram. Os relatos obtidos contrapõem o que era noticiado cotidianamente nos jornais e revistas da época. Estes por sua vez demonstravam um otimismo incontestável no projeto, incentivando inclusive a ida de mais trabalhadores e também de investidores para a região.

Diferentemente do que era noticiado na mídia nacional, a realidade encontrada pelo colono foi de muito sofrimento para a adaptação ao clima da região. A revista *Manchete*, já citada em nosso trabalho, falando da adaptação do colono, dizia que: “A maioria dos colonos – nordestinos ou sulistas – tem se adaptado facilmente ao clima da região e forma hoje pequenas comunidades de raízes definitivas.”²⁷⁸

Ao contrário do que era noticiado pela mídia, os depoimentos dizem que:

*Ali tinha uma epidemia meu fio, que só você vendo. De rato, pulga, o diabo do inferno tinha lá... todo mundo que vinha (...) passava em João Pezinho, ficava lá, ali eu fazia nojo. Eu tinha uma menina nova, quase que morre com tanta ferida nas pernas dos bichos, as pulgas, o diabo, o pium, a moléstia, tudo tinha. Parecia um hospital, quase a gente não dormia com tanta gente chorando...**pium** meu filho... a malária, até os macacos tremia (sic) (...) nós comia sabe como? Dentro de dois sacos, botava um assim e outro assim, botava o prato aqui, por que ninguém agüentava o pium (...) a gente vestia o saco pra poder comer, por que ficando parado ninguém agüentava não...*^{279 280}

O relato da revista, em que surge a “facilidade de adaptação” em nada se parece com o que foi dito e vivenciado por Seu Severino, que nos conta um processo lento e sofrido de adaptação. Além dos problemas oferecidos pela própria região, ele nos fala da sujeira e imundice provocada pela simples falta de organização dos espaços que recebiam os colonos. As feridas que acometeram sua filha e o mosquito chamado pium foram segundo ele, os maiores obstáculos para a adaptação e fixação à região receptora.

²⁷⁸ Revista *Manchete*, especial Amazônia. 02/1973, p. 81.

²⁷⁹ Entrevista realizada em fevereiro de 2011, na cidade de Brasil Novo – PA.

²⁸⁰ O Pium é um mosquito muito comum na região amazônica e que apresenta hábitos diurnos, sendo responsável por picadas que se transformavam em feridas e atormentavam os trabalhadores recém chegados. Houve relatos de morte provocada pelo excesso de picadas e infecção.

Na fala de Seu Severino observamos a grande disparidade do que era veiculado na mídia e do que acontecia nos acampamentos. As fotografias que estampavam sorrisos nos rostos de trabalhadores não condiziam com a realidade da maioria.

IMAGEM XIV Trabalhadores no canteiro de obras



Fonte: Revista Manchete, 09/01/1971, p. 88

As histórias de sofrimento daqueles que saíram de sua terra natal para uma inóspita e desconhecida região são muitas. Todavia, nenhum de nossos relatos deixou mais clara a verdadeira odisséia vivida por esses migrantes, do que a história de Dona Alvina, cuja trajetória de vida, de pobreza, migrações e traumas familiares, chegou a nos emocionar. O depoimento tem a capacidade de sensibilizar o leitor, mostrando os impactos que tal projeto federal causou nas vidas das pessoas mobilizadas para sua execução.

Eu vim pro 46 (quilômetro), trazida pelo INCRA, mas na estrada nós tivemos uma tragédia muito grande. Sim, porque, quando eu vim pra aqui, eu tinha.. já era casada e tinha sete filhos e teve um naufrago (sic) na estrada e morreu seis filho (sic) meu. Ttava vindo de barco, um barco era quase um... um... como é que chama?... tinha dois andares pra cima o barco, então pra cima de Breve (...)minhas menina (sic) era tudo uma meninazinha branquinha, tudo de cabelo cumprido né? Naquele tempo num usava cortar cabelo né? Então o povo pedia e depois eu me arrependi cento e uma vezes depois que eu num dei (...) quando nós chegemo (sic) pra cima de Breve, na Amazônia, quando foi onze hora da noite, o barco pegou fogo. Era umas onze pra doze horas assim, o barco pegou fogo. E aí foi aquela gritaiada (sic), foi aquela coisera (sic) toda ... e gente caindo dentro d'água, outros morreu (sic) queimado (...) escapou da minha família eu, o meu esposo e um filho de nove anos ... e as cinco menina morreram e o menino... uma menina já com treze anos, mais velha, morreu tudo afogado. E o menininho com dois meses, eu sortei (sic) ele dentro d'água, foi por minhas mãos sabe? Eu sinto isso muito e sinto... graças a Deus que eu num fiquei foi doida, mas eu fiquei com minha cabeça, eu sabia lê, num sei mais nem fazer meu nome, que eu

me esqueci sabe? (...) Eu escapei num foi por eu não, foi por Deus que me tirou pra fora, que eu num sabia nadar... eu cai com aquele menino dentro d'água e fui me batendo e fui me batendo, quando eu vi que ia morrer, que eu ia afogar e segurando nele né? Eu vi uma voz falar assim: "sorta (sic) a criança, senão tu morr!". Falou assim, três vezes. Quando falou assim, eu sortei (...) eu sei que eu escapei. (...) A mais velha tinha um cabelo cumprido assim, e tinha um lenço assim, um lencinho assim, um pano fino assim, que ela amarrava o cabelo assim, aí ela falou assim: mãe pega esse lenço por que se a senhora escapar, a senhora vai lembrar de mim...aí eu peguei o lenço e amarrei na cintura..."²⁸¹

Esse não foi o primeiro naufrágio ocorrido nos anos de construção e colonização da Transamazônica. Ainda em 1970 já fora noticiado no Diário de Pernambuco um naufrágio ocorrido no rio Amazonas, a exemplo do anterior, em que um nordestino a caminho da grande rodovia morreu afogado. A matéria tinha por título: "Paraibano pereceu em naufrágio no Amazonas".²⁸²

A história de Dona Alvina poderia ser a de outros tantos migrantes que decidiram ir em busca do sonho transamazônico. A saída de sua terra natal, a viagem pelas vias sem a mínima estrutura (via terrestre e fluvial) e a tragédia que a esperava. O desespero de uma mãe que perdeu vários filhos tentando realizar o sonho de poder dar-lhes uma vida melhor. A dor de encontrar os corpos chegando aos montes em barcos do INCRA e tê-los lavados à mão, são exemplos de uma empreitada que aos nossos olhos jamais poderiam ter sido chamada "redenção do povo nordestino". As cicatrizes deste evento Dona Alvina guarda até os dias de hoje, pois foi levada, anos depois à Campinas para tratamento psiquiátrico juntamente com seu esposo e até hoje sofre com sequelas do sofrimento vivido. Entre essas marcas está o fato de não mais saber ler e escrever, segundo ela, devido ao trauma sofrido.

As histórias contadas aqui ajudam a reconstruir parte da história de um país que viveu durante vinte e um anos o infortúnio da ditadura e da censura, responsáveis pelo convencimento de milhares de pessoas de que o país vivia um ótimo momento e que o projeto, na verdade benfeitor dos latifundiários, denominado Transamazônica serviu realmente para melhorar a vida daqueles que, para lá foram, atendendo ao chamado de um "Brasil Grande", onde eles estariam incluídos. Na verdade o "Brasil Grande" ficou com alguns poucos afortunados no curso desse processo.

²⁸¹ Entrevista realizada em fevereiro de 2011 na cidade de Altamira-PA.

²⁸² Diário de Pernambuco, 01 de novembro de 1970.

Considerações finais

Diante do que observamos nos jornais e revistas publicados ao longo dos anos de execução do projeto Transamazônica, apreendemos que de fato houve uma grande lacuna deixada pela mídia no que tange à discussão acerca dos impactos sócio-ambientais do mega projeto. Questões acerca da viabilidade econômica, das consequências sociais para o país e principalmente para as famílias que se deslocariam e sua necessária adaptação, além dos impactos ambientais a que seria sentenciada a Amazônia, neste caso, já observado por Fernando Dominience Menezes, em seu trabalho, ao analisar as revistas Cruzeiro e Manchete.

*Em todo caso, ao analisarmos cinco anos de publicações dessas revistas, a questão da degradação do meio ambiente como um problema chegou a ser sinalizada, entretanto silenciada, sobretudo durante o governo Médici, por estar relacionada diretamente à Transamazônica.*²⁸³

Corroborando com nossa ilação, resultado da análise de jornais e revistas, de que no período estudado, ou seja, de 1970 a 1974, a mídia escrita adotou ou foi imposta a aceitar uma influência superestimada das propostas estatais para o país. Contudo, no Diário de Pernambuco, nos primeiros meses após a divulgação da construção da rodovia, tendo como parte do investimento verbas oriundas da SUDENE, observamos algumas matérias e entrevistas realizadas com políticos e outras personalidades que se opunham à construção, mas, principalmente questionando a retirada de trinta por cento das verbas recebidas do governo federal para serem investidos na grande obra.

Tal observação nos leva a concluir que o jornal não estava cumprindo com o seu papel social de informar imparcialmente seu leitor a fim de que este, por sua vez, pudesse emitir uma opinião baseada no que realmente ocorria em seu país. Mas sim, estava representando naquele momento inicial os medos de uma elite local em relação à continuidade de seus *status* e manutenção dos antigos privilégios.

No caso do outro grande jornal pesquisado, O Liberal, do Estado do Pará, a convergência com as ideologias difundidas pelo governo federal, foi ainda maior. Neste, as matérias especiais avolumavam, comumente, as páginas do jornal. As matérias feitas

²⁸³ MENEZES, Fernando Dominience. Op cit. p. 138.

com ministros da agricultura e dos transportes eram as mais repetidas, enaltecendo as “conquistas” do governo “revolucionário”.

Os demais jornais, de menor porte, seguiram a linha adotada em *O Liberal*, ecoando a voz do Governo Federal, sem nenhum questionamento mais profundo. Neste caso o alcance de suas palavras era mais restrito à localidade, mas não menos pernicioso à sociedade.

No entanto, o que se observou ao longo da construção da rodovia e a conseqüente colonização da área foi um despreparo do INCRA e demais órgãos executores e fiscalizadores do Estado em relação aos problemas surgidos durante a execução do projeto. Entre estes, a exploração excessiva do trabalhador por parte das empreiteiras que atuavam na abertura da estrada e a pouca assistência dispensada pelo INCRA ao colono recém chegado como pôde ser observado através dos depoimentos citados no curso desta dissertação.

Com relação às expectativas oficiais de movimentação populacional, através da colonização dirigida, o Estado falhou na missão de transferir o quantitativo de famílias veiculado oficialmente em notas de jornais e documentos do governo. Segundo Clara Pandolfo, o número de famílias deslocadas foi demasiadamente inferior. Contudo, nada acerca desse tema foi comentado em notas ou matérias dos jornais analisados, pelo contrário, as matérias falavam do “grande sucesso” que estava sendo o processo de colonização da Transamazônica.

A retirada de incentivos fiscais da SUDENE para construção da estrada, era justificada pelo Governo, pela melhoria de vida dos trabalhadores que seriam deslocados das regiões atingidas pela seca em direção ao “prodigioso vale amazônico”. Contudo, a execução do projeto mostrou-se ineficiente. “Algumas centenas de camponeses, recrutados entre os de melhor constituição física, efetivamente seguiram. A quase totalidade dos vitimados permaneceu na própria região atingida pelas sêcas.”²⁸⁴

No quesito educação, a execução do projeto de colonização foi inegavelmente insuficiente ou ineficiente. Situação comprovada pelos vários depoimentos tomados ao longo desta pesquisa e que situavam a educação em uma posição de destaque em relação aos problemas enfrentados para fixação das famílias à terra.

Outro campeão de reclamações dos migrantes quando se lembram do período de adaptação à região era a não prestação de um serviço de saúde adequado.

²⁸⁴ PEREIRA, Osny Duarte. *Op cit.* p. 163.

Obrigando as famílias a se deslocarem vários quilômetros para buscar atendimento, sem a garantia de tê-lo.

Com relação à mudança de vida dos trabalhadores deslocados da região Nordeste para o Norte do país, pudemos aferir de forma geral, que, foi um processo muito difícil, agravado pela não prestação dos serviços básicos que um Estado deve fornecer ao seu povo, ainda mais um povo que se deslocou de sua terra natal para terras alardeadas como lugar da “redenção do povo nordestino”, mas que apresentou como obstáculos condições climáticas completamente diferentes das conhecidas, isolamento social, infra-estrutura precária, além de doenças desconhecidas e cuja adaptação traria muito sofrimento para as famílias. Apesar de tudo isso, na maioria dos entrevistados, observamos um ar de orgulho por terem vencido todas as intempéries e estarem lá até hoje, contando suas histórias de luta pela sobrevivência da família, sem esquecerem porém, daqueles que desistiram e abandonaram seus sonhos de independência, diferentemente do que o governo afirmava que seria a Transamazônica pros nordestinos. O então presidente do INCRA, José Francisco Moura Cavalcanti afirmou que “A Transamazônica é a verdadeira reforma agrária do país e sua implantação é a ascensão do nordestino, com novos níveis de vida, deixando de lado e para sempre a estrutura sub-humana colonial em que ele vive”.²⁸⁵

No que tange à análise da Transamazônica enquanto projeto, não podemos nos furtar a emitir opinião. Enquanto proposta a ocupar o “vazio demográfico”, o projeto já se iniciou equivocadamente, uma vez que grande parte desse “vazio” já era bastante habitados por pequenos posseiros que cultivavam a terra em regime de subsistência. “Ao contrário do que afirmava o governo, os projetos agrícolas não eram pioneiros nessa região fronteiriça, pois já se encontravam ocupados por posseiros que ocupavam a terra sem que tivessem o título legal.”²⁸⁶

A posição oficial do governo de incentivar grandes empreendimentos agropecuários e industriais na região, funcionou com espoleta em um barril de pólvora, desencadeando uma mudança na relação de posse da terra na região e gerando conflitos entre grandes proprietários e/ou grileiros e os pequenos posseiros.

Grandes projetos agrícolas representavam a recolonização da fronteira, pois as grandes fazendas (muitas vezes de gado) substituíram a agricultura de subsistência (...) essa recolonização

²⁸⁵ O Liberal 18/09/1970.

²⁸⁶ MAINWARING, Scott. **A igreja católica e Política no Brasil 1916 – 1985**. Editora Brasiliense, São Paulo, 2004. p. 107.

*promovida pelo governo em terras previamente ocupadas gerou conflitos acirrados por toda a Amazônia.*²⁸⁷

A idéia de “redenção do povo nordestino”, por sua vez, jamais poderia ser alcançada com tal projeto, uma vez que não só as relações de propriedade da terra no Nordeste não foram alteradas em nada, como o mesmo modelo de apropriação latifundiária da terra foi exportado para toda a Amazônia, gerando desigualdade e violência social no campo.

À exemplo do que pudemos constatar em nossa viagem de pesquisa ao Pará, principalmente a região sul/sudeste foi duramente castigada com conflitos sangrentos entre grandes proprietários rurais e posseiros da região. A região, já povoada e receptora de um público migrante de origem nordestina, como constatamos pelos números abaixo mostrados no quadro VI, se viu em meio a um *boom* demográfico após a construção da Transamazônica e os incentivos fiscais concedidos pelo governo federal.

QUADRO VI Eleitores por faixa etária e estado de origem

Estado de origem	Porcentagem de Migrantes					
	Altamira		Itaituba		Marabá	
	Maior de 60 anos	Menor de 60 anos	Maior de 60 anos	Menor de 60 anos	Maior de 60 anos	Menor de 60 anos
AL	3,3	3,1	0,4	0,3	0,7	0,8
BA	15,1	16,3	2,1	1,3	7,1	6,3
CE	27,4	17,3	16,5	6,5	12,4	6,2
MA	24,3	43,6	58,8	83,6	56,8	73,2
PB	3,6	1,2	1,5	0,8	1,8	1,0
PE	6,6	5,0	2,1	0,8	2,8	2,3
PI	11,7	8,2	17,1	5,9	17,2	9,2
RN	7,1	5,1	1,3	0,7	1,2	0,7
SE	0,8	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral – PA

Os migrantes que se deslocaram antes e depois da construção da rodovia foram sempre dos mesmos estados, demonstrando que o projeto não mudou o curso do que vinha acontecendo, mas potencializou tal processo.²⁸⁸

A região do Araguaia, ao sul do Pará, era outra região de graves conflitos. A construção da Rodovia Transamazônica e os investimentos maciços de grandes fazendeiros levaram a um constante atrito entre estes e os camponeses. A Superintendência do desenvolvimento do Amazonas (SUDAM) aprovou mais projetos no

²⁸⁷ Idem.

²⁸⁸ Esses dados foram retirados de fontes do TER-PA, com dados de janeiro de 2011.

*Araguaia que em qualquer outro lugar do país e disso resultaram mudanças na estrutura social, nos padrões de posse de terras e produção.*²⁸⁹

Além do crescimento demasiado da população em algumas áreas, o que gerou conflitos pela terra com latifundiários, observamos que na verdade a Transamazônica privilegiou o grande agro-negócio, atraindo investidores nacionais e estrangeiros, aumentando o desmatamento e a exploração social na região amazônica, fazendo crescer a desigualdade social e até mesmo a exploração sexual de mulheres e crianças.²⁹⁰

Como foi o nosso propósito, esperamos que este trabalho tenha ajudado a contar uma parte da história de nosso país, mais ainda, desejamos ter atingido o objetivo de contar parte da história dos que fizeram dos projetos impessoais do Estado, seus sonhos pessoais.

²⁸⁹ Idem. p. 112.

²⁹⁰ Alguns filmes como *Anjos do Sol* (2006) e *Iracema: Uma transa amazônica* (1974), relatam o tema da exploração sexual envolvendo mulheres e crianças na região amazônica, em especial a influenciada pela Transamazônica.

FONTES:

Obras Literárias

Luar do sertão, composição de João Pernambucano e Catulo da Paixão Cearense, 1914.

RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. e-book 45ª edição. (1938, primeira edição)

Jornais

Diário de Pernambuco (1970-1974)

Folha de São Paulo (1970)

Itatocan (1971-1972)

O Liberal (1970-1974)

O Marabá (1970-1974)

Notícias de Marabá (novembro de 1970)

Jornal do Magistrado (outubro a novembro de 2003)

Revistas

Manchete, exemplares de 1970 à 1975

Fontes impressas:

ALCATRAZ, Flávio. *Transamazônica: A redescoberta do Brasil*. Livraria Cultura Editora, São Paulo, 1972.

Censos do IBGE 1970 e 1980.

Histórico da política indigenista, retirado em

(<http://www.funai.gov.br/quem/historia/politica.htm>) acessado em 01/06/2011.

MELO FILHO, Murilo. *O jovem deve saber tudo sobre a Transamazônica*. Bloch editores, Rio de Janeiro, 1971..

Metas e Bases para a ação de governo, 1970/71.

MORAIS Fernando. *Transamazônica*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1970.

O Jogo da Verdade (coletânea de discursos presidenciais de Médici produzido no Departamento de Imprensa Nacional para a Secretaria de Imprensa da presidência da República. 1970).

PEREIRA, Osny Duarte. A Transamazônica: Prós e Contras. Editora civilização brasileira, Rio de Janeiro, 1971.

Processos do acervo do Tribunal Regional do Trabalho da região de Belém do Pará.

Filmes e Documentários

SOL, Anjos do. Direção: Rudi Lagemann. 2006.

AMAZÔNICA, Iracema uma transa. Direção: Jorge Bondansky e Orlando Senna. 1974.

EXÍLIO, Canções do: A Labareda que Lambeu tudo. Dirigido por Geneton Moraes Neto e produzido por Jorge Mansur. 2011.

Entrevistas

Entrevistas realizadas nas cidades de Petrolina-PE, Marabá-PA, Brasil Novo-PA, Palestina do Pará-PA e Altamira-PA entre 2010 e 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o sindicalismo rural*. Recife: UFPE, 2005.
- ALBUQUERQUE, Jr., Durval Muniz de . *A Invenção do Nordeste e outras artes*. Editora Cortez, São Paulo, 2001. p. 35.
- ALVES Filho, Armando ; SOUZA Jr., José Alves de; BEZERRA Neto, José Maia. *Pontos de História da Amazônia* vol. II. Editora Pakatatu, Belém, 2000, p. 49.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ANDRADE, Manuel Correia. *1964 e o Nordeste: Golpe, Revolução ou Contra-revolução?*. Editora Contexto, São Paulo, 1989.
- ANDRADE, Manuel Correia. *A terra e o homem no Nordeste*. Livraria editora ciências humanas, 4ª edição, São Paulo, 1980.
- BAER, Werner BARATA, José Fernando Nunes; COSTA, José Marcelino Monteiro; HÉBETTE, Jean; MARIN, Rosa E. Acevedo; SMITH, Nigel. *Colonização, Desenvolvimento e modelos econômicos*. NAEA, Belém, 1977.
- BECKER, Bertha K.. *Amazônia*. Editora ática. São Paulo, 1994. p. 39.
- BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia, formação social e cultural*. Editora Valer, Manaus, 1999, p. 135.
- BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. São Paulo: UNESP, 2002.
- CASADÁLIGA, Pedro. *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. Carta Pastoral, São Felix do Araguaia. 1971
- CHAUI. Marilena. *Brasil, mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000
- CONTINI, Elísio. *A Colonização na Transamazônica: resultados e problemas*. Rio de Janeiro: EBAP/FGV, 1976.
- DABAT, Christine Paulette Yves Rufino. *Moradores de Engenho*. Tese de doutorado. UFPE, Recife 2003.
- FERRARI, Monia de Melo. *A migração nordestina para São Paulo no segundo governo Vargas (1951-1954): Secas e desigualdades regionais*. Universidade Federal de São Carlos. 2005.
- FERRARINI, Sebastião Antônio. *Transertanismo: Sofrimento e miséria do nordestino na Amazônia*. Editora vozes Ltda. 1979.

- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves. (Orgs.) *O Brasil Republicano: O tempo da Ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.
- FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV 1997.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. 48ª edição, Global editora. São Paulo, 2006
- FURTADO, Junia Ferreira. *Cultura e sociedade no Brasil colônia*. Editora Atual, São Paulo, 2001.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras: 2003.
- _____. *A Ditadura Encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- _____. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GIRON, Loraine Slomp e RADÜNZ, Roberto. (orgs.). *Imigração e Cultura*. Caxias do Sul: EDUCS, 2007.
- GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *Errantes da selva: histórias da migração nordestina para Amazônia*. Recife: Editora da UFPE, 2006.
- HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina (orgs). *No mar, nos rios e na fronteira: Faces do campesinato no Pará*. Universidade Federal do Pará, 2002.
- HOBBSAWM, E. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HOBBSAWM, Eric. *A Outra História – Algumas Reflexões in KRANTZ, Frederick* (Organizador). *A Outra História: Ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- IANNI, Octavio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Editora Vozes, Petrópolis, 1979.
- JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira. *O Açoite da seca: Família e Migração no Ceará (1780-1850)*. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais.
- LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. Rio de Janeiro: Editora Nova fronteira, 1997.
- LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. Campinas – SP, Ed. UNICAMP, 2005.

LUCA, Tania Regina de. *Fontes impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas*. 2º ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MAINWARING, Scott. *A igreja católica e Política no Brasil 1916 – 1985*. Editora Brasiliense, São Paulo, 2004.

MARTINE, G. *Expansão e retração do emprego na fronteira agrícola*. Brasília, 1982.

MARTINS, Edilson. *Amazônia, a última fronteira*. Editora Codecri Ltda., Rio de Janeiro, 1981.

MATTOS, Maria Virgínie Bastos de. *História de Marabá*. Gráfica Itacaiúnas, Marabá, 1996.

MENEZES, Fernando Dominience. *Enunciados sobre o futuro: ditadura militar, Transamazônica e a construção do “Brasil grande”*. Dissertação de mestrado, UNB: 2007.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História Oral e Memória: A Cultura popular revisitada*. Editora Contexto, São Paulo, 2007.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, Metodologia, Memória*. Editora Contexto, São Paulo, 2010.

MORAES, Emanuel de. *Brasil Sertão*. Editora Nova razão cultural. Rio de Janeiro, 2008.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. Editora Pontes, Campinas – SP 2009. p. 9.

PAGE, Joseph A.. *A Revolução que nunca houve: O Nordeste do Brasil 1955-1964*. Editora RECORD, Rio de Janeiro, 1972.

PALLARES-BURKE, Maria Lucia Gracia. *Gilberto Freyre: Um vitoriano dos Trópicos*. Editora UNESP, São Paulo, 2005.

PANDOLFO, Clara. *Amazônia Brasileira: Ocupação, desenvolvimento e Perspectivas atuais, futuras*. Editora cejup, Belém, 1994.

PETIT, Pere. *Chão de promessas: Elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964*. Belém editora Paka-Tatu 2003

PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas*. Editora Contexto, São Paulo 2008.

PRADO, Jr., Caio. *Formação Econômica do Brasil*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1977.

REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois*. Bauru: Edusc, 2004.

- SECRETO, Maria Verônica. *Soldados da Borracha: Trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.
- SILVA, Claudécir Ribeiro da. *A representação do Nordeste nas letras das músicas da cantora Marinês*. Campina Grande. UEPB, 2009
- SILVA, Kalina Vanderlei. *'Nas solidões vastas e assustadoras': a conquista do sertão pernambucano pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII*. Tese de doutorado em História, UFPE, Recife, 2008.
- SILVA, Maria Ivonete Coutinho da. *Mulheres Migrantes na Transamazônica: Construção da ocupação de fazer política*. Tese de doutorado Universidade Federal do Pará, 2008.
- SOUZA, Márcio. *Breve História da Amazônia*. Rio de Janeiro, AGIR, 2001.
- STUDART, Hugo. *A Lei da Selva*. São Paulo, Geração Editorial, 2006
- VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária*. ZAHAR editora, Rio de Janeiro, 1981.
- VILLA, Marco Antônio. *Vida e morte no sertão: História das secas nos séculos XIX e XX*. Editora Ática, São Paulo, 2001.

Apêndice

Relação dos Processos consultados.

Nº da Ação	Reclamado	Objeto de Reclamação
	Construtora	
026/74	Queiroz Galvão	Horas extras
059/73	Construtora Rabelo	Aviso prévio, Férias, FGTS, Grat. Natal, Passagens, Baixa na CTPS
064/73	Construtora Rabelo	FGTS
173/71	Construtora Rabelo	FGTS
180/71	Construtora Rabelo	FGTS
205/71	Construtora Rabelo	FGTS
206/71	Construtora Rabelo	FGTS
231/71	Construtora Rabelo	FGTS
248/71	Construtora Rabelo	FGTS
		Férias, FGTS, Grat. Natal, Sal. Família, Grat. Retida, Anotação em
260/74	Construtora Rabelo	CPTS
273/71	Construtora Rabelo	FGTS
	Construtora	Aviso prévio, Férias, Grat. Natal, FGTS, Adicional noturno, Descanso
300/74	Queiroz Galvão	Remunerado, Horas Extras
393/71	Construtora Rabelo	FGTS
		Aviso prévio, Descanso Remunerado, Grat. Natal, Horas extras,
436/73	Construtora Rabelo	Insalubridade, Férias, FGTS, Sal. Família, Passagens.
	Construtora	
456/71	Mendes Jr.	Aviso prévio, Grat. Natal, Férias, FGTS, Sal. Família, Dif. De Salário
488/71	Construtora Rabelo	FGTS
535/71	Construtora Rabelo	FGTS
	Construtora	
565/74	Mendes Jr.	FGTS
	Construtora	
714/74	Andrade Gutierrez	Aviso prévio, Grat. Natal, Férias, Hora Extra, FGTS
	Construtora	
938/73	Mendes Jr.	FGTS
	Construtora	
973/74	Mendes Jr.	Dif. de Salário, Salários, Anotação na CPTS, Passagens